



SIMONE ASSIS MEDEIROS

**POLÍTICA PÚBLICA DE ACESSO ABERTO À
PRODUÇÃO CIENTÍFICA: O CASO DO
REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS**

LAVRAS - MG

2013

SIMONE ASSIS MEDEIROS

**POLÍTICA PÚBLICA DE ACESSO ABERTO À PRODUÇÃO
CIENTÍFICA: O CASO DO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de
Lavras, como parte das
exigências do Programa de
Pós-Graduação do Mestrado
Profissional em
Administração Pública, área
de concentração Gestão de
Organizações Públicas, para
a obtenção do título de
Mestre.

Orientadora

Prof^a Dra Patrícia Aparecida Ferreira

LAVRAS - MG

2013

**Ficha Catalográfica Elaborada pela Coordenadoria de Produtos e
Serviços da Biblioteca Universitária da UFLA**

Medeiros, Simone Assis.

Política pública de acesso aberto à produção científica : o caso
do Repositório Institucional da Universidade Federal de Lavras /
Simone Assis Medeiros. – Lavras : UFLA, 2013.

258 p. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Lavras, 2013.

Orientadora: Patrícia Aparecida Ferreira

Bibliografia.

1. Política Pública de acesso aberto. 2. Ciclo de políticas
públicas. 3. Repositório institucional. 4. Acesso aberto. I.

Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD – 352.74

SIMONE ASSIS MEDEIROS

**POLÍTICA PÚBLICA DE ACESSO ABERTO À PRODUÇÃO
CIENTÍFICA: O CASO DO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de
Lavras, como parte das
exigências do Programa de
Pós-Graduação do Mestrado
Profissional em
Administração Pública, área
de concentração Gestão de
Organizações Públicas, para
a obtenção do título de
Mestre.

APROVADA em 24 de julho de 2013.

Profa. Dra. Valéria da Glória Pereira Brito UFLA

Prof. Dr. Vinícius Medina Kern UFSC

Profa. Dra. Patrícia Aparecida Ferreira

Orientadora

LAVRAS - MG

2013

AGRADECIMENTOS

Agradecer é admitir que houve um momento em que se precisou de alguém; é reconhecer que o homem jamais poderá lograr para si o dom de ser autossuficiente. Ninguém e nada cresce sozinho; sempre é preciso um olhar de apoio, uma palavra de incentivo, um gesto de compreensão, uma atitude de amor (Autor Desconhecido).

Assim, agradeço,

A Deus. O que seria de mim sem a fé que eu tenho nele. Obrigada, por me dar saúde, sabedoria e força para que eu pudesse superar todos os obstáculos deste percurso.

À Universidade Federal de Lavras, ao Departamento de Administração e Economia (DAE) e aos coordenadores do Mestrado Profissional em Administração Pública, pela oportunidade de cursar a pós-graduação.

Ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), pelo financiamento do projeto para a implantação do RIUFLA.

Ao magnífico reitor da UFLA, professor José Roberto Scolforo, pelo apoio e reconhecimento da importância do projeto.

À professora Patrícia Aparecida Ferreira, pela paciência, disponibilidade, dedicação e incentivo.

Aos professores Paulo Bermejo, Mozar Brito, Mônica Desidério e Elias Rodrigues, pelas contribuições à pesquisa.

Aos professores Vinícius Medina Kern e Valéria da Glória Pereira Brito, pela disponibilidade em participar da banca.

Ao chefe do DAE, professor Francisval de Melo Carvalho, pela oportunidade de implantar o projeto piloto no departamento.

A todos os professores do curso, que foram tão importantes para o desenvolvimento e a conclusão deste trabalho.

A todos os colegas do mestrado, pela cooperação. Em especial, Josiane, Magalhães, Vitor Fernando e Ana Cláudia.

A todas as instituições que colaboraram com esta pesquisa,

Ao Hélio Kuramoto, pela atenção e colaboração.

À equipe técnica do Repositório Institucional da UnB, em especial a Marília, pelo auxílio nas questões de implantação do repositório.

A todos da equipe técnica do RIUFLA, pela colaboração e auxílio.

A toda a equipe da Biblioteca Universitária da UFLA, pelo incentivo, em especial a todos da Coordenadoria de Processos Técnicos e ao Karol, pela ajuda.

A Vânia Natal, pela colaboração e apoio, tornando possível que eu dedicasse um maior tempo ao curso.

A todos os meus amigos, pelo incentivo, em especial ao meu amigo Nivaldo, pelo apoio, incentivo, paciência, ensinamentos e companheirismo.

Aos meus pais, José e Ivone, e irmãos, Glauciene e Bruno, pela compreensão nos momentos de ausência.

Sou grata a todos àqueles que, em algum momento, estenderam a mão para me ajudar.

RESUMO

Este trabalho foi realizado com o objetivo de compreender o processo de formulação da Política Institucional de Informação (PII), mais especificamente do Repositório Institucional da UFLA (RIUFLA) e recomendar o ajuste de ações para a implementação dessa política. Dentre os temas que permeiam o campo das políticas públicas no Brasil, observa-se, atualmente, uma preocupação do Estado em relação à disponibilização de informações das atividades de ciência, tecnologia e pesquisa, por intermédio de suas instituições federais de ensino superior. Atualmente, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia IBICT, em parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), vem apoiando universidades e instituições de pesquisas na implantação de repositórios institucionais (RIs), com a finalidade de promover o acesso e a divulgação da produção científica brasileira. Para promover o acesso livre da informação científica com a implantação de repositórios, o IBICT também recomenda que as instituições, ao implantarem seus repositórios, implementem uma PII que torne obrigatório o depósito da produção científica por parte dos pesquisadores das instituições. Dessa forma, destacam-se as iniciativas de formulação e implementação de políticas institucionais de informação no contexto de instituições de ensino superior no Brasil e a importância da implantação de RIs como uma ferramenta para facilitar e assegurar o acesso aberto e a visibilidade da produção científica. Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa descritiva. O método é o estudo de caso. Três instrumentos foram utilizados para a coleta de dados: observação participante, visto que a pesquisadora participa do processo de planejamento e implementação do RIUFLA; entrevistas semiestruturadas sobre a percepção dos atores da universidade envolvidos diretamente com a implantação do RI da UFLA e questionários aplicados por meio do Google Docs e enviados aos responsáveis pelos RIs de dez instituições de ensino superior que estão com repositórios constituídos e possuem PII constituídas. Para a análise dos dados utilizou-se análise de conteúdo. Conclui-se que, por meio da experiência do projeto piloto, das entrevistas com os atores e por meio de um comparativo com a experiência de implantação das instituições analisadas, foi possível verificar que questões gerais norteadas pelo IBICT foram assumidas pela UFLA. Entretanto, a política do IBICT apresenta limitações, pois não contempla todos os quesitos necessários para a efetiva operacionalização de um RI, com diretrizes genéricas, prazo estipulado inferior à necessidade de tempo para a implementação e a falta de treinamentos. Quanto à visão dos entrevistados sobre a política, ela foi positiva, pois acreditam que trará benefícios para os pesquisadores e visibilidade à instituição. Além disso, foi possível detectar as primeiras barreiras e limitações do RIUFLA e buscar ações para corrigi-las. Assim, pela experiência de

implementação, recomendou-se o ajuste de ações quanto à reestruturação da PIIUFLA, no que se refere à equipe técnica, aos tipos de documentos, estratégias de divulgação mais efetivas e a propor novamente a obrigatoriedade de depósito.

Palavras-chave: Política pública de acesso aberto. Ciclo de políticas públicas. Formulação. Implementação. Repositório Institucional. Política Institucional de Informação. Acesso aberto.

ABSTRACT

This thesis was carried out in order to understand the formulation process of the Institutional Information (PII), more specifically the UFLA Institutional Repository (RIUFLA) and recommend adjustment of actions for the implementation of this policy. Among the themes that permeate the field of public policies in Brazil, it is currently a State concern the provision of information activities in science, technology and research, through its federal institutions of higher education. Currently, the Brazilian Institute of Information in Science and Technology IBICT, in partnership with the Financier of Studies and Projects (FINEP), has been supporting universities and research institutions in the implementation of institutional repositories (IR), in order to promote access to and dissemination of scientific production. To promote open access scientific information with the deployment of repositories, IBICT also recommends that institutions, when setting up their repositories, implement a PII that turns mandatory the deposit of scientific production by researchers from institutions. Thus, we highlight the initiatives of formulation and implementation of institutional policies information in the context of higher education institutions in Brazil and the importance of implementing IRs as a tool to facilitate and ensure open access and visibility to scientific production. Regarding the methodology, it is a descriptive research. The method is by case study. Three instruments were used for data collection: participant observation, since the researcher participates in the planning and implementation of RIUFLA; semistructured interviews on the perception of the university actors directly involved with the implementation of RI UFLA and questionnaires through Google Docs sent to those responsible for IRs in ten higher education institutions that are repositories established and PII have made. For data analysis we used content analysis. We conclude that, through the experience of the pilot project, the interviews with the actors and by means of a comparison with the implementation experience of the analyzed institutions, we found what general questions guided by IBICT were adopted by UFLA. However, the IBICT policy presents limitations because it does not include all items necessary for the effective operation of an IR with generic guidelines, shorter deadline than the time needed for implementation and lack of training. As for the view of the interviewees on the policy, it was positive, as they believe it will benefit researchers and bring visibility to the institution. Moreover, it was possible to detect the early barriers and limitations of RIUFLA and seek actions to correct them. Thus, by the implementation experience, it was recommended adjustment actions regarding the restructuring of PIIUFLA, concerning the technical team, the types of documents, more effective outreach strategies and the repeated proposal for a mandatory deposit.

Keywords: Public open access policy. Cycle policy. Formulation. Implementation. Institutional Repository. Institutional Policy Information. Open Access.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Modelo do sistema político.....	28
Figura 2	Classificação por permissão de depósito	99
Figura 3	Etapas para o planejamento e implantação do repositório	117
Figura 4	Comunidades, subcomunidades e coleções do RIFULA	128
Figura 5	Logo do RIUFLA	131
Figura 6	Comunidade do projeto piloto.....	132
Gráfico 1	Software utilizados no mundo.....	94
Gráfico 2	Profissionais da equipe técnica dos RIs	170
Gráfico 3	Software utilizado para implantação do RI.....	171
Gráfico 4	Tipos de documentos inseridos nos RIs.....	175
Gráfico 5	Modalidade de depósito	180
Gráfico 6	Autorização para o depósito.....	182
Gráfico 7	Correlação de depósitos e áreas do conhecimento	186
Gráfico 8	Tipos de licenças	191
Gráfico 9	Dificuldades enfrentadas na implantação do RI.....	194
Gráfico 10	Momento de formulação da PII.....	205
Quadro 1	Plano de implementação da Política Institucional de Informação	77
Quadro 2	Política Institucional de Informação das instituições de ensino superior no Brasil.....	82
Quadro 3	Metadados Dublin Core	101
Quadro 4	Descrição dos metadados utilizados no RIUFLA	129
Quadro 5	Fases da implantação do projeto piloto.....	134
Quadro 6	Elaboração de categorias e questões para análise do processo de formulação e implementação da PII e do RI da UFLA	136
Quadro 7	Síntese das principais percepções dos atores entrevistados	157

Quadro 8	Questões utilizadas para análise dos questionários	163
Quadro 9	Procedimentos quanto a depósito e autorização	183
Quadro 10	Autorização para submeter itens nas comunidades/coleções	184
Quadro 11	Experiência de implantação do RI.....	197
Quadro 12	Resultados da implantação do RI	199
Quadro 13	Dados estatísticos das comunidades RIUFLA	202
Quadro 14	Fases executadas do projeto piloto	214
Quadro 15	Avaliação dos repositórios institucionais do projeto FINEP.....	217
Quadro 16	Cronograma de ações a serem desenvolvidas no RIUFLA.....	220

LISTA DE SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BIREME	Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CC	Creative Commons
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DC	Dublin Core
DOAJ	Directory of Open Access Journals
DOI	Digital Object Identifiers
ECS	Electronics and Computer Science
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FSA	Fundação Santo André
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICT	Políticas de Informação Científica e Tecnológica
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions
MCT	Ministério de Ciência e Tecnologia
MIT	Massachusetts Institute of Technology
NIH	National Institutes of Health
NISO	National Information Standards Organization
OAI	Open Archives Initiative
OAI-PMH	Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting

OPENAIRE	Open Access Infrastructure Research for Europe
OpenDOAR	Directory of Open Access Repositories
PADCT	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PBDCTs	Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PCAL	Portal de Publicação Seriada de Acesso Livre
PII	Política Institucional de Informação
RI	Repositório Institucional
RIIs	Repositórios Institucionais
ROAR	Registry of Open Access Repositories
ROARMAP	Registry of Open Access Repositories Mandatory Archiving Policies
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SOCINFO	Programa Sociedade da Informação
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UE	União Europeia
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNB	Universidade Federal de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URN	Uniform Resource Name
USCS	Universidade Municipal de São Caetano do Sul

USP Universidade de São Paulo

UTFPR Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	Objetivos	22
1.1.1	Objetivo geral	22
1.1.2	Objetivos específicos	23
1.2	Justificativa	23
2	REFERENCIAL TEÓRICO	27
2.1	Política pública: noção geral	27
2.2	Ciclo de política pública	37
2.2.1	Formulação	41
2.2.2	Implementação.....	48
2.3	Política de Informação em Ciência e Tecnologia (ICT)	61
2.4.	Política Institucional de Informação	74
2.5	Repositório institucional.....	86
2.5.1	Software	93
2.5.2	Políticas para repositórios	94
3	METODOLOGIA.....	105
3.1	Tipo de pesquisa.....	105
3.2	Método de pesquisa.....	105
3.3	Coleta de dados.....	106
3.4	Tratamento e análise dos dados.....	109
4	RESULTADOS.....	111
4.1	Formulação e implementação da política do RI: caso UFLA.....	111
4.1.1	Percepção dos atores quanto à implantação da política na UFLA .	135
4.1.1.1	Movimento de acesso livre à produção científica.....	138
4.1.1.2	Visibilidade	140
4.1.1.3	Implantação do repositório.....	144
4.1.1.4	Benefícios	146
4.1.1.5	Barreiras	148
4.1.1.6	Obrigatoriedade do depósito	150
4.1.1.7	Missão institucional	154
4.2	Resultados da pesquisa com as instituições que têm políticas institucionais e que já implementaram seu RI.....	162
4.2.1	Planejamento do repositório.....	168
4.2.2	Política de gerenciamento.....	169
4.2.3	Software	170
4.2.4	Política de conteúdo.....	172
4.2.5	Plano de marketing e/ou estratégia de comunicação	176
4.2.6	Política de submissão/depósito	179
4.2.7	Política de acesso à informação	188

4.2.8	Política de direitos autorais	190
4.2.9	Política de preservação digital.....	192
4.2.10	Dificuldades enfrentadas	193
4.2.11	Resultados da implantação.....	195
4.2.12	Formulação da Política Institucional de Informação	204
4.3	Recomendar o ajuste de ações para continuidade da implantação do RIUFLA	208
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	223
	<u>REFERÊNCIAS</u>	229
	<u>APÊNDICES</u>	246

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, o estudo de políticas públicas busca compreender o papel do Estado e suas implicações na sociedade contemporânea. Isso significa observar as formas de interação e as relações entre esses atores.

Dentre os temas que permeiam o campo das políticas públicas no Brasil, observa-se, atualmente, uma preocupação do Estado em relação à disponibilização de informações das atividades de ciência, tecnologia e pesquisa, por intermédio de suas instituições federais de ensino superior.

Essa preocupação com as políticas públicas de informação desse tipo no Brasil iniciou-se na década de 1950, com o desenvolvimento científico e tecnológico, o qual deveria também garantir a difusão da informação por meio de Políticas de Informação Científica e Tecnológica (ICT). De acordo com Albagli (2009), estruturou-se, nesta época, um arcabouço político-institucional orientado para a informação científica e tecnológica, como campo específico e estratégico do Estado, com o objetivo de promover ciência e tecnologia.

Neste cenário, foram criados o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), os quais representam um marco da ação do Estado brasileiro como promotor do desenvolvimento científico-tecnológico nacional, constituindo o centro das primeiras experiências nacionais de planejamento e implementação de uma política científico-tecnológica governamental.

Observam-se, ainda, ações governamentais direcionadas ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia na Constituição Federal (1988), em seu capítulo IV, art. 218, que prevê duas espécies de pesquisas: a científica e a tecnológica.

Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas. § 1º - A pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso das ciências. § 2º - A pesquisa tecnológica voltará-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional (BRASIL, 1998).

Nos últimos anos, com novas tendências globais, o conhecimento e a informação tornaram-se fatores críticos para o desenvolvimento e a realização de mudanças, principalmente na área das tecnologias de comunicação e informação (TICs), as quais têm afetado grande parte da sociedade. Como ressalta Takahachi (2000), o conhecimento se tornou um dos principais fatores de superação de desigualdades, de agregação de valor, de criação de emprego qualificado e de propagação do bem-estar. Essa nova situação tem reflexos no sistema econômico e político.

Como este processo envolve o desenvolvimento, isso resulta em uma preocupação quanto à adoção de políticas correspondentes que, segundo Matias-Pereira (2010), estão passando por um período de “transição, incertezas e novas oportunidades”, em todos os sentidos. Para este mesmo autor, a função principal do Estado-nação no mundo contemporâneo – realizada por meio do governo e da administração pública – é a de ampliar de forma sistemática as oportunidades, individuais, institucionais e regionais.

Nesse sentido, Montvloff (1990) salienta que uma política nacional de informação é uma política ou um conjunto de políticas que, geralmente, permeia as seguintes orientações: i) desenvolvimento dos recursos e serviços de informação, incluindo a geração e a coleta de informações, de tecnologia de informação, de recursos humanos e instalações; ii) o fornecimento e o acesso à informação e sua divulgação eficaz, incluindo áreas como a comercialização de recursos de informação e a gestão da informação; iii) a promoção e o uso efetivo de informações, incluindo treinamento de usuários, e formas de buscar e aplicar

informações, melhorando sua percepção quanto ao valor da informação e iv) o desenvolvimento e a coordenação de atividades de informação nacionais, incluindo a operação de um sistema de apoio à decisão e avaliação.

A política de informação científica e tecnológica, segundo Dias (2011), constitui um objeto de estudo extremamente complexo e que possibilita uma ampla variedade de recortes. Alguns temas que compõem essa política são programas de pesquisa, instrumentos de financiamento, instituições, aspectos da legislação e geração de conhecimento e de inovações. Segundo o autor, a comunidade de pesquisa é o ator dominante nas Políticas de Informação em Ciência e Tecnologia (ICT).

Entende-se por comunidade de pesquisa o conjunto de profissionais envolvidos com atividades científicas, tecnológicas e acadêmicas em geral. Trata-se de um grupo heterogêneo de indivíduos e instituições que, em geral, compartilham de valores, interesses, ideologias e práticas profissionais bastante próximas, o que permite que seja tratado, sem prejuízos significativos, como uma categoria de análise específica (DIAS, 2011, p. 325).

Neste cenário, as universidades despontam como instituições essenciais para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural da humanidade. De acordo com Leite (2007), as universidades aparecem como celeiro principal da produção do conhecimento científico e constitui um campo fértil para a aplicação e o estudo da gestão do conhecimento. Esse pressuposto, segundo este autor, fundamenta-se em duas questões principais: as atividades da universidade estão diretamente relacionadas com a produção e a comunicação do conhecimento científico. A universidade, por construir um sistema científico maior, está envolvida por uma cultura científica que deve prezar e privilegiar o compartilhamento do conhecimento que é constantemente produzido.

Dessa forma, as universidades devem ficar atentas a atribuições importantes sobre acesso, controle, produção e distribuição do conhecimento,

pois, como declara Tilly (2006, p. 56),

O acesso desigual ao conhecimento científico e o controle desigual sobre sua produção ou distribuição são temas importantes não só em razão do valor intrínseco do conhecimento, mas também porque sua distribuição desigual gera outros tipos de desigualdade.

As universidades exercem, portanto, um papel fundamental para a produção e a retroalimentação do conhecimento. Além do papel desempenhado pelas universidades, como mencionam Mercer (2011) e Little (2012), algumas bibliotecas acadêmicas e de pesquisa também têm expandido seus papéis como curadores do registro acadêmico, adotando novas responsabilidades quanto à produção, à disseminação e à preservação dos registros acadêmicos.

Associada a este contexto, destaca-se a importância da Sociedade da Informação que, de acordo com Silva (2007, p. 2), “é aquela onde se faz uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) para fazer a troca de informação digital entre indivíduos e assegurar a comunicação entre estes”. Com o uso das TICs, a comunicação da produção científica tomou maior dimensão com a publicação em meio digital, quebrando as barreiras geográficas, de tempo e de acesso, proporcionando uma espécie de conforto operacional ao criar condições adequadas para o aumento não somente da pesquisa de cunho científico, mas também da avaliação e da classificação da produção científica (DUARTE; RODRIGUES, 2012; RIBEIRO JUNIOR et al., 2012).

Apesar das vantagens promovidas pela tecnologia, o processo de comunicação científica ainda enfrenta muitas barreiras. Um dos problemas encontrados é que somente uma pequena parcela da produção científica é conhecida na própria instituição e fora dela, devido a problemas como os altos custos das assinaturas dos periódicos. Associado a esta questão, o Acesso Aberto (*Open Access* – AO) aparece como solução para uma nova comunicação científica colaborativa, juntamente com veículos complementares, tais como as

revistas de acesso aberto e os repositórios digitais.

Esse Movimento pelo Acesso Aberto à Informação Científica permite que usuários leiam, façam download, copiem, distribuam, imprimam, pesquisem links ou textos completos de artigos, sem barreiras econômicas, legais ou técnicas na internet (BONGIOVANI; GOMEZ; MIGUEL, 2012; CASSELA; MORANDO, 2012; XIA, 2012). A utilização de repositórios é apontada pelos estudiosos na área como principal solução para o acesso aberto, visto que surgiram como alternativa ao tradicional sistema de comunicação científica, visando dar acesso imediato e amplo a trabalhos de investigação resultantes de atividades científicas. Segundo Costa e Leite (2009), os repositórios podem ser subdivididos em três tipos: a) repositórios disciplinares ou temáticos que tratam da produção intelectual de áreas do conhecimento em particular; b) repositórios de teses e dissertações, que lidam exclusivamente com teses e dissertações e c) repositórios institucionais (RIs), dedicados à produção intelectual de uma instituição, especialmente universidades e institutos de pesquisa

O foco deste trabalho é o repositório institucional (RI) que, segundo Lynch (2003), representa um conjunto de serviços que a universidade oferece para os membros de sua comunidade, para o gerenciamento e a disseminação de conteúdos digitais criados pela instituição, como forma de preservação, organização, acesso ou distribuição. Segundo Marcondes e Sayão (2009, p. 9), “RI é uma biblioteca digital destinada a guardar, preservar e garantir livre acesso via internet, à produção científica no âmbito de uma dada instituição”. Os RIs, atualmente, estão se tornando uma ferramenta estratégica para as universidades, promovendo a visibilidade e o acesso à produção científica, servindo, ainda, para a obtenção de indicadores que orientem os rumos da ciência e da tecnologia no país, promovendo maior transparência e governança nos investimentos em pesquisa científica (ROLLEMBERG, 2011).

Como o movimento de acesso aberto vem ganhando destaque no cenário

mundial, alguns países e agências de financiamento de pesquisas implementaram políticas de informação mandatórias, exigindo a obrigatoriedade dos pesquisadores em disponibilizar os resultados de pesquisas financiadas com dinheiro público. No Brasil, apesar de não existir, ainda, uma política que exija essa obrigatoriedade, observa-se que o governo brasileiro vem desenvolvendo ações para garantir a disseminação e acesso à produção científica do país. Atualmente, o IBICT, em parceria com a FINEP, vem apoiando universidades e instituições de pesquisas na implantação de RI, com a finalidade de promover o acesso e a divulgação da produção científica brasileira.

Entretanto, há relatos de que apenas a implantação do RI não é garantia de sucesso. O ideal é que o país tenha uma política de informação científica, obrigando os pesquisadores que tiveram suas pesquisas financiadas com recursos públicos a depositarem suas pesquisas no RI. Uma política com esta finalidade já está tramitando no Senado Federal. Contudo, até que ela seja aprovada, as iniciativas de implantação de RIs vêm garantir maior visibilidade da produção científica brasileira a toda a sociedade.

Para promover o acesso livre da informação científica com a implantação de repositórios, o IBICT também recomenda que as instituições, ao implantarem seus repositórios, implementem uma política institucional de informação que torne obrigatório o depósito da produção científica dos membros das instituições nos seus repositórios.

Nesse sentido, destaca-se o problema deste estudo: como a política do Repositório Institucional da UFLA foi formulada e como será implementada?

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

- Compreender o processo de formulação da Política Institucional de Informação (PIIUFLA), mais especificamente do Repositório Institucional da UFLA, e recomendar o ajuste de ações para a implementação dessa política.

1.1.2 Objetivos específicos

- Descrever o processo de formulação da política do RIUFLA e a implementação a partir de um projeto piloto.
- Recomendar o ajuste de ações que visam à implementação do RIUFLA a partir das vivências do projeto piloto e de experiências de outras universidades que já implementaram essa política.

1.2 Justificativa

Para o desenvolvimento científico e tecnológico de um país, o acesso à informação técnico-científica se torna fundamental. No cenário atual, com o desenvolvimento das TICs e o uso da internet, as formas de comunicação e de acesso à informação mudaram. O uso das tecnologias se tornou essencial para possibilitar esses novos formatos.

Entretanto, apesar do uso intenso de novas tecnologias de comunicação, Johnson (2002) ressalta que o atual sistema de comunicação científica tradicional limita, mais do que expande, a disponibilidade e a legibilidade da maior parte da pesquisa científica, ao mesmo tempo em que obscurece suas origens institucionais. Segundo Harnad (2004), na maioria das universidades, os usuários conseguem acessar apenas uma pequena fração dos artigos publicados, devido às questões de altos custos das assinaturas de periódicos.

Observa-se, portanto, que a falta de visibilidade da produção científica tem sido um problema recorrente para a comunidade científica e tecnológica. Dentre as possíveis soluções, destaca-se o acesso livre, em que os RIs se mostram como uma ferramenta eficaz para a comunicação da ciência, livre de barreiras de acesso. Assim, a implantação de RIs pelas universidades pode ser vista como uma oportunidade de mudanças deste cenário.

Tendo em vista as experiências positivas de várias universidades, no Brasil e no mundo, quanto à implantação de repositórios, é importante que a UFLA também se insira neste contexto. Ao oferecer a sociedade o acesso à sua produção científica por intermédio do RI, a UFLA também terá uma maior visibilidade institucional, além de garantir a preservação digital e o livre acesso e a gestão dos conteúdos intelectuais da instituição.

Assim, é pertinente a inserção dessa universidade no contexto do acesso livre, buscando a implantação do seu RI, o qual trará vários benefícios para a comunidade acadêmica, como visibilidade da sua produção científica e impacto dos resultados das suas pesquisas para a sociedade. Esta iniciativa mostra-se como um importante meio para cumprir com sua missão, quando cita a disseminação da cultura acadêmica, do conhecimento científico e tecnológico na sociedade.

No entanto, apesar dos benefícios da implantação de repositórios, autores mencionam que existem alguns desafios a serem transpostos. As principais dificuldades se referem aos processos de gestão, como atividades de inserção de dados, coleta de informações, direitos autorais e resistência por parte dos pesquisadores (GUIMARÃES; SILVA; NORONHA, 2009; VAN WESTRIENEN; LYNCH, 2005). Outro fator é a baixa adesão ao depósito voluntário, que é relatado como um dos grandes fatores que podem levar o RI ao fracasso.

Segundo Tomaél e Silva (2007), a implantação de um RI exige um

estudo extenso das máquinas complexas que são as instituições, de maneira a formular políticas de gestão adequadas às características, aos interesses e às necessidades individuais. No entanto, a formulação dessas políticas deve envolver planejamento, participação dos envolvidos, definição de diretrizes e responsabilidades, além de ser clara e objetiva.

Durante o planejamento do RI, deve-se levar em consideração uma série de decisões que vão desde custos, objetivos, missão, comunidade envolvida, serviços oferecidos, recursos humanos, financeiros e operacionais. Estas questões devem estar alinhadas com a formulação de políticas para o RI, que direcionarão o repositório de acordo com os objetivos e metas propostos. Para buscar uma implementação perfeita, as políticas locais têm que ser bem construídas para se chegar ao objetivo pretendido na formulação. Portanto, é necessário estabelecer uma Política Institucional de Informação que preveja diretrizes e responsabilidades, buscando, ainda, garantir o depósito dessa produção pelos autores.

No Brasil, onze instituições de nível superior já implementaram suas políticas institucionais de informação, buscando assegurar o desenvolvimento do RI e garantir o acesso livre à produção intelectual de suas pesquisas. A UFLA é mais uma das instituições a implementar esta política.

Acredita-se que, para construir uma política e um sistema de gestão eficiente de um repositório institucional, a experiência de outras instituições possa ser utilizada como uma possível fonte para subsidiar decisões e ações, bem como contornar possíveis problemas. É nesse sentido que este trabalho se propõe, com base nas experiências de instituições que já implantaram suas políticas de informação, traçar diretrizes e ações para adoção no RIUFLA.

Além disso, no presente estudo, ao tentar compreender o processo de formulação da política do RIUFLA, recomenda-se o ajuste de ações para a sua implementação, buscando auxiliar outras iniciativas de implementação de

repositórios institucionais, uma vez que demarca os principais problemas e desafios enfrentados pela UFLA, ao longo desse processo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Uma das etapas mais importantes de uma dissertação é a revisão de literatura. Nesta etapa, foi realizado um levantamento bibliográfico acerca de tópicos centrais para fundamentar o problema desta pesquisa. Dessa forma, os temas que correspondem aos pressupostos teóricos que nortearam este estudo foram: política pública no contexto geral, ciclo de política pública, fases de formulação e implementação, políticas públicas de informação, ciência e tecnologia no contexto brasileiro, políticas institucionais de informação no contexto de instituições de ensino superior e repositório institucional.

2.1 Política pública: noção geral

O estudo das políticas públicas busca compreender o papel do Estado, suas ações em relação à sociedade. Por meio dessas ações, os governos procuram alterar uma realidade, eliminar ou amenizar os problemas que os afetam. O campo da análise em políticas públicas, como área de conhecimento e disciplina acadêmica, nasceu nos EUA e teve como interlocutor Robert McNamara, que estimulou a criação, em 1948, da RAND Corporation, organização não governamental financiada por recursos públicos. Já na área do governo, a introdução da política pública como ferramenta de decisões é produto da Guerra Fria e da valorização da tecnocracia.

De acordo com Souza (2006), os fundadores desta vertente da ciência política foram H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. Segundo descreve essa autora, Laswell, nos anos 1930, introduziu a expressão *policy analysis* (análise de política pública) como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico. Simon introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*), argumentando que a limitação da

racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional. Lindlom questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório. Já Easton contribuiu para a área, ao definir política pública como um sistema, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente.

Segundo Dagnino (2002), Easton propõe que a atividade política seja analisada em termos de um sistema abarcando uma série de processos que devem permanecer em equilíbrio, a fim de que a atividade sobreviva. Ele e seus seguidores das ciências políticas entendiam a vida política como um processo que engloba os inputs (entradas) que poderão ser divididos em duas grandes categorias: demandas e apoios que vêm do ambiente externo (econômico, religioso, cultural etc.), que se transformam em outputs (saídas) em decisões e ações, os quais, por sua vez, retroagem sobre o ambiente circundante, provocando, assim, sempre novas perguntas. O esquema proposto por Easton é mostrado na Figura 1.

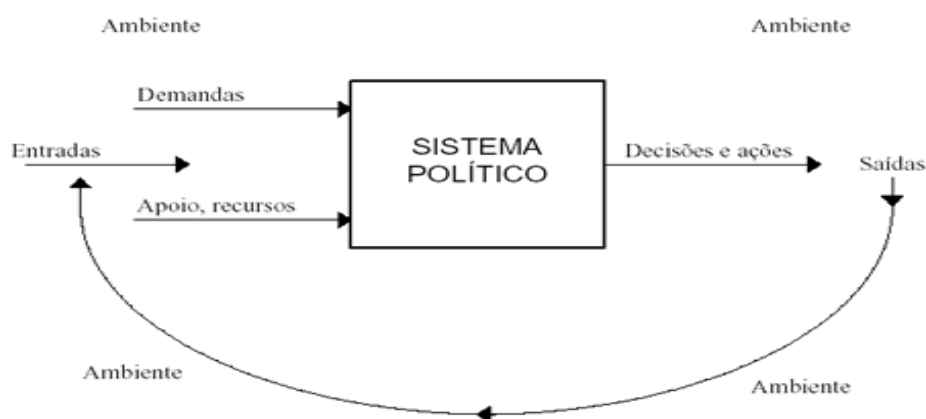


Figura 1: Modelo do sistema político
Fonte: Dagnino (2002, online).

No Brasil, as políticas públicas se inscreveram na agenda do Estado a

partir da Revolução de 1930, na Era Vargas, tendo como princípio a integração social e a construção do Estado. Já em 1945 e em 1960, houve ampliação da participação política e as políticas foram submetidas “à lógica do mercado político”, servindo como moeda de troca política” (MELO, 1999b). Na década de 1970, as guerras, as crises petroleira e financeira e o surgimento de novas variáveis mostraram que o sistema de planejamento era muito lento e rígido diante de uma conjuntura que exigia respostas imediatas. Neste cenário, Saravia (2006) relata que as organizações estatais reagiram tardiamente ou não se modificaram, gerando uma deteriorização de sua capacidade de resposta às necessidades e aos anseios da população e, conseqüentemente, um declínio de sua credibilidade. No âmbito público, aumentou-se o desejo de participação democrática nas decisões estatais, na sua implementação, no seu controle e nos seus benefícios (SARAVIA, 2006).

Quanto à definição de política pública, na literatura são encontradas inúmeras definições. Mas, visando compreender melhor o significado de política pública, é necessário entender, primeiramente, o termo política para o que, segundo Dagnino et al. (2002, online), é preciso levar em conta:

1. a distinção entre política e decisão: a política é gerada por uma série de interações entre decisões mais ou menos conscientes de diversos atores sociais (e não somente dos tomadores de decisão);
2. a distinção entre política e administração;
3. política envolve tanto intenções quanto comportamentos;
4. política envolve tanto ação como não-ação;
5. que pode determinar impactos não esperados;
6. que os propósitos podem ser definidos ex post: racionalização;
7. política é um processo que se estabelece ao longo do tempo;
8. processo que envolve relações intra e interorganizações;
9. que é estabelecida no âmbito governamental, mas envolve múltiplos atores;

10. que é definida subjetivamente, segundo as visões conceituais adotadas.

Essas características estão presentes nas definições de políticas públicas que, de acordo com Saravia (2006), também podem ser compreendidas pelas seguintes perspectivas:

- a) institucional: a política é elaborada ou decidida por autoridade formal legalmente constituída no âmbito da sua competência e é coletivamente vinculante;
- b) decisória: a política é um conjunto-sequência de decisões, relativo à escolha de fins e/ou meios, de longo ou curto alcance, numa situação específica e como resposta a problemas e necessidades;
- c) comportamental: implica ação ou inação, fazer ou não fazer nada; mas uma política é, acima de tudo, um curso de ação e não apenas uma decisão singular;
- d) causal: são os produtos de ações que têm efeitos no sistema político e social.

Ainda segundo o autor, o estágio de maturidade de cada uma delas contribuirá, ou não, para a estabilidade e a eficácia das políticas, para o grau de participação dos grupos interessados e para a limpidez dos procedimentos de decisão.

De acordo com Bonetti (2011), as políticas públicas são criadas e colocadas em prática a partir de uma determinada concepção da sociedade ou de um fundamento teórico. Isso significa que uma decisão política deva ser pautada com base em dados comprovadamente científicos ou técnicos da realidade na qual se busca aplicar a política pública. Ainda segundo o autor, para compreender o processo de gestação das políticas públicas, é necessário entender que existe um poder instituído, o Estado, composto pelos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, no contexto de uma lógica de produção, o capitalismo. Essas três instâncias do poder têm entre elas uma relação de cumplicidade e as políticas públicas tendem a satisfazer a estes princípios. Nesse sentido, as políticas públicas tendem a estabelecer um vínculo entre a sociedade

civil e o Estado, mediante ações de intervenção na realidade social.

Para Saravia (2006, p. 38), “política pública trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade”. Ainda de acordo com o autor, dentro de uma perspectiva mais operacional, a política pública é

Um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos (SARAVIA, 2006, p. 38).

A compreensão das políticas públicas pelo Estado deve ser entendida como um compromisso público com a sociedade, desenvolvendo serviços e ações relevantes e de forma planejada. Para Santos et al. (2007), elaborar uma política pública significa definir quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem. Segundo ele, são definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente.

Com base nas definições desses autores, é possível perceber que existem vários pontos de vistas do que seja política pública. Dessa forma, Souza (2006, p. 36) procurou sintetizar em tópicos as principais definições:

- a. a política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz;
- b. a política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materialista por meio dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes;
- c. a política pública é abrangente e não se limita a leis e regras;
- d. a política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados;

e. a política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo;

f. a política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, também implica implementação, execução e avaliação.

Como ressalta Secchi (2010), o conteúdo de uma política pública pode determinar o processo político e esse papel compete ao analista de política pública, o qual deve entender detalhes da política e extrair os elementos essenciais do conteúdo por meio do uso de tipologias. De acordo com o autor,

Uma tipologia é um esquema de interpretação e análise de um fenômeno baseado em variáveis e categorias analíticas. Uma variável é um aspecto discernível de um objeto de estudo que varia em qualidade ou quantidade. Uma categoria analítica é um subconjunto de um sistema classificatório usado para identificar as variações em quantidade ou qualidade de uma variável (SECCHI, 2010, p. 16).

Nesse sentido, ressalta-se que o objeto de estudo políticas públicas pode ser analisado com o auxílio de esquemas analíticos. As tipologias de políticas públicas são formas de classificar os conteúdos, os atores, os estilos, as instituições, dentro de um processo de política pública. Theodore J. Lowi (1972) propôs uma reviravolta da relação causal entre política (*politics*) e políticas públicas (*public policies*) e afirmou que são as políticas públicas que determinam a dinâmica da política, ou seja, isso vai depender do que está em jogo, pois à estruturação dos conflitos, das coalizões e o do equilíbrio de poder se modificam. Segundo Secchi (2010), por meio da tipologia de Lowi, é possível basear-se no critério de “impacto esperado na sociedade” e, nesse critério, há quatro tipos de políticas públicas, que são:

a. políticas regulatórias: estabelecem padrões de comportamento, serviço ou produto para atores públicos e privados;

b. políticas distributivas: geram benefícios concentrados para alguns grupos de

atores. Como exemplos citam-se subsídios, gratuidade de taxas para certos usuários de serviços públicos;

c. políticas redistributivas: concedem benefícios concentrados em algumas categorias de atores. Exemplo cotas raciais para universidades;

d. políticas constitutivas: são aquelas políticas que definem as competências, as jurisdições, as regras de disputa política e a elaboração de políticas públicas.

Ainda existem outros tipos de tipologias, como a Tipologia de Wilson, a Tipologia de Gormley, a Tipologia de Gustafsson e a Tipologia de Bozeman e Pandey, que não serão tratadas neste trabalho. Segundo Secchi (2010, p. 23), “o analista de políticas públicas pode realizar sua análise utilizando uma das tipologias já consolidadas (aplicação dedutiva) ou então construir sua própria tipologia (desenvolvimento indutivo).” No entanto, segundo ele, por agregar características de dois ou mais tipos de políticas, nem sempre é fácil visualizar as fronteiras que as separam.

De acordo com Rua (1997, p. 4), “a política compreende um conjunto de procedimentos destinados à resolução de conflitos em torno da alocação de bens e recursos públicos”. Envolvidos nesses conflitos estão os chamados atores políticos. Para realizar as etapas de uma política pública, há a influência dos atores nesse processo que, segundo Secchi (2010), são os indivíduos ou grupos que desempenham um papel na arena política e podem ser divididos em individuais e coletivos. De acordo com o autor, os atores individuais, os coletivos, os grupos e as organizações são pessoas que agem intencionalmente em uma arena política. São exemplos de atores individuais os políticos, os burocratas, os magistrados e os formadores de opinião. Quanto aos atores coletivos, os grupos e as organizações têm como exemplos os partidos políticos, a burocracia, os grupos de interesse, as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais. Os atores podem integrar uma única categoria, mesmo não tendo comportamentos ou interesses em comum, bem como os interesses de um

ator podem variar em diferentes fases do processo de elaboração de política pública. A presença desses atores em uma política pública é determinada em função da relevância e pelos resultados que a política trará para suas atividades (SECCHI, 2010). Ainda, na conjuntura atual, representada pela globalização e a sociedade da informação e do conhecimento, é pertinente destacar a mídia como um ator relevante nesse cenário, pois tem um papel difusor de informações.

Para Secchi (2010), os atores mais relevantes para uma análise de política pública são os políticos, por estarem investidos em cargos no Executivo ou no Legislativo, por dispor de legitimidade para propor e fazer acontecer políticas públicas de grande impacto social. Eles se diferenciam de outras categorias de atores porque

1. são representantes de interesses da coletividade;
2. são portadores de autoridade;
3. são símbolos.

Ainda de acordo com o mesmo autor, os atores se apresentam como agentes fundamentais no cenário das políticas públicas, por estabelecerem os objetivos políticos, identificar os problemas públicos e decidir as políticas públicas mais adequadas para combatê-los. Além disso, representam interesses de várias instâncias da sociedade.

De acordo com Secchi (2010), os destinatários das políticas públicas são os indivíduos, os grupos e as organizações para os quais elas são elaboradas, também conhecidos como *policytakers*. São rotulados como uma categoria passiva de atores, pois, no processo de elaboração de políticas públicas, mais recebe influência do que provoca. No entanto, como declaram Jacobs e Shapiro (1994 apud SECCHI, 2010), existem certas situações em que os destinatários conseguem moldar a opinião pública de grupos difusos, como, por exemplo, atuando como ativistas na internet, articuladores de interesses coletivos, etc.

Nesse sentido, no cenário de análise de políticas públicas, é fundamental

definir os atores que irão determinar as ações e as decisões para a formulação e a implantação de políticas públicas. Como expõe Secchi (2010), os atores relevantes em um processo de política pública são aqueles que têm a capacidade de influenciar, direta ou indiretamente, o conteúdo e os resultados da política pública. São eles que conseguem sensibilizar a opinião pública sobre os problemas de relevância coletiva, estudam e elaboram propostas, tomam decisões e fazem com que as intenções sejam convertidas em ações.

Ainda buscando entender a análise de política pública, Dye (2009) sistematizou alguns modelos que podem ser utilizados para descrever e explicar as políticas públicas. Nessa perspectiva, Ferreira, Alencar e Pereira (2012) contextualizam os modelos referenciais deste autor de forma mais resumida e que foi usada neste trabalho. São eles:

- a. institucional - trabalha a política como um produto institucional, ou seja, uma política não se transforma em política pública antes que seja formulada e implantada por alguma instituição governamental, que lhe propicia três características essenciais: i) legitimidade; ii) universalidade e iii) coerção;
- b. processo - a política pública é concebida como um conjunto de processos político-administrativos, dividido em uma série de atividades (identificação de problemas, organização de agenda, formulação, legitimação, implementação e avaliação);
- c. grupo - concebe a interação entre grupos como o fato mais importante da política. Os indivíduos com interesses comuns unem-se, formal ou informalmente, para apresentar suas demandas ao governo;
- d. elite - a política pública é vista como resultado das preferências e valores da elite governante, ou seja, flui de “cima para baixo”, das elites para as massas (não se originam nas demandas da sociedade). Este modelo sugere que a sociedade é apática e mal informada a respeito das políticas públicas e que a elite molda a opinião das massas;

- e. racional - a política é pautada por duas importantes orientações que levem a um “ganho social máximo”, ou seja, não se devem adotar políticas cujos custos excedam os seus benefícios e os tomadores de decisão devem selecionar, entre as opções, aquela que produza o maior benefício em relação aos seus custos;
- f. incremental - a política é vista como variações sobre passado, mais especificamente como uma continuação de governos anteriores com apenas algumas modificações incrementais;
- g. teoria dos jogos - a política pública é concebida como uma escolha racional para situações competitivas e interdependentes. Pode ser aplicada em situações de formulação de políticas em que não existe uma escolha a fazer que seja independentemente “melhor” que outras – em que os melhores resultados dependem daquilo que os outros façam;
- h. opção pública - a política é definida como a deliberação coletiva de indivíduos movidos pelo autointeresse;
- i. sistêmica - a política pública é vista como produto do sistema político. O conceito de sistema implica um conjunto identificável de instituições e de atividades na sociedade, que funcionam no sentido de transformar demandas em decisões oficiais, com apoio indispensável de toda a sociedade.

Vale destacar que modelos elencados por Dye (2009) não são competitivos entre si e podem ser utilizados de forma isolada ou conjuntamente. Para o desenvolvimento deste estudo, optou-se por usar o modelo processual (ciclo de política pública), abordando as fases de formulação e de implementação. Conclui-se que a compreensão das políticas públicas pelo Estado deve ser entendida como um compromisso público com a sociedade, buscando a solução de problemas por meio de ações politicamente decididas e planejadas.

2.2 Ciclo de política pública

A análise de políticas públicas, segundo Cavalcanti (2007), pode ser desenvolvida por meio do modelo ciclo de política pública. Neste modelo, a política pública é tida como um ciclo deliberativo, formado por vários estágios que constituem processos político-administrativos que usualmente segue etapas. De acordo com Saravia (2006), cada política pública passa por diversos estágios e, em cada um deles, os atores, as coalizões, os processos e as ênfases são diferentes. Esses estágios compõem o ciclo de política pública.

Para Cavalcanti (2007, p. 168), “dentre uma diversidade de instrumentos analíticos, uma das ferramentas mais utilizadas na literatura é a da decomposição da política pública em fases ou etapas, ao longo do ciclo de política.” Nesse sentido, Frey (2000) ressalta que, ao subdividir o agir público em fases parciais do processo político-administrativo de resolução de problemas, o *policy cycle* acaba se revelando um modelo heurístico bastante interessante para a análise da vida de uma política pública.

Contudo, o ciclo é criticado por alguns autores, como Howard (2005), Mota (2010) e Secchi (2010), pois representa um processo muito dinâmico e, na prática, é difícil diferenciar as suas etapas. Como declara Secchi (2010), este ciclo raramente reflete a real dinâmica ou vida de uma política pública; suas fases geralmente apresentam-se misturadas e as sequências não se alternam. Segundo Mota (2010, p. 21), apesar de todas as melhorias, o modelo de ciclo ainda é alvo de diversas críticas que se traduzem nos seguintes argumentos:

- Não apresenta um argumento causal, não são apresentadas pistas sobre o que causa o movimento de uma fase para a outra;
- A cadeia de fases proposta não tem uma base empírica, dado que o processo não tem de percorrer necessariamente todas as fases e pode ocorrer por uma ordem diferente;
- A proposta assenta-se em uma perspectiva top-down,

- estando assim enquadrada numa lógica hierárquica;
- Não considera que as novas políticas são influenciadas pelas já existentes – o que Hogwood e Peters designam de “policy succession”;
 - Ignora alguns elementos que não estão relacionados com a típica concepção de problem-solving, como, por exemplo, a disputa de poder e a aprendizagem.

Howard (2005) também trata do assunto e cita que alguns decisores políticos sugerem que o ciclo de política não deve ser utilizado como uma descrição universal e formal da política porque, muitas vezes, os estágios são ignorados e a ordenação das fases é invertida.

Traçadas algumas críticas que permeiam o ciclo de política pública, vale destacar que, como qualquer outro modelo, este também tem as suas limitações, mas se apresenta como uma boa referência didática para compreender a política pública. Corroborando essa ideia, Secchi (2010, p. 34) declara que o

ciclo de políticas públicas tem uma grande utilidade: ajuda a organizar as ideias, faz que a complexidade de uma política pública seja simplificada e ajuda políticos, administradores e pesquisadores a criar um referencial comparativo para casos heterogêneos.

Conforme declara Mota (2010), apesar de algumas variações sutis, as diferentes versões do ciclo incorporam a ideia de que a política é um processo com fases distintas, que envolve algum tipo de problema para deliberar uma solução, que diferentes atores e instituições estão envolvidos nas diferentes etapas, e que as políticas realimentam novas políticas.

Esta separação das fases foi introduzida para ilustrar o fato de que o processo de política envolve diversos atores, que exigem habilidades diferentes e podem ter perspectivas divergentes. Isso porque a natureza segmentada desse modelo também permite a possibilidade de que o conteúdo e a direção de uma determinada política possam mudar consideravelmente ao longo do tempo, que se move por diferentes estágios.

No intuito de simplificar e melhor abordar este processo, citam-se, neste

trabalho, as fases apresentadas por Secchi (2010), que restringe o modelo em sete fases principais. No entanto, nesta dissertação, o enfoque maior está nas etapas de formulação e de implementação, pois o objeto de estudo é formado pela formulação e a implementação da política do repositório institucional da UFLA, embora abordem-se resumidamente as fases apresentadas por Secchi (2010), que são: 1) identificação do problema, 2) formação da agenda, 3) formulação de alternativas, 4) tomada de decisão, 5) implementação, 6) avaliação e 7) extinção.

1) Identificação do problema - conforme expõe Secchi (2010), um problema público é a diferença entre o que é e aquilo que se gostaria que fosse a realidade pública, e pode aparecer subitamente ou pode ganhar importância aos poucos.

Mas, por que alguns problemas fazem parte de programas do governo e outros não? Subirats (2006) explica que, a princípio, uma das causas é a limitação de recursos, sejam eles econômicos ou humanos, como também a falta de legislação sobre o tema ou, mesmo, por falta de vontade política e de uma adequada pressão por parte dos meios de comunicação. Este mesmo autor cita que, para que um problema público faça parte de um programa de ação, ele deve contemplar as seguintes situações: a) se o tema em questão já alcançou proporções de crise; b) quando tiver adquirido, apresenta características peculiares e significativas que o diferenciem de um problema mais geral; c) quando a questão provoca uma série de situações emotivas, que atrai a atenção dos meios de comunicação; d) quando um tema vai adquirindo importância global; e) temas que desencadeiam questões relacionadas com legitimidade ou poder e f) temas que alcançam grau de notoriedade pública. Segundo Frey (2000, p. 227), “frequentemente, são a mídia e outras formas da comunicação política e social que contribuem para que seja atribuída relevância política a um problema peculiar.”

2) Formação da agenda - a agenda é um conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes. Ela pode tomar forma de um programa de governo, um planejamento orçamentário, um estatuto, etc. Segundo Secchi (2010), existem dois tipos de agenda:

- agenda política: conjunto de problemas ou temas que a comunidade política percebe como merecedor de intervenção pública;
- agenda formal: também conhecida como agenda institucional, é aquela que elenca os problemas ou temas que o poder público já decidiu enfrentar .

Ainda existe a agenda da mídia, em que os problemas recebem atenção especial dos meios de comunicação.

3) Formulação de alternativas - a partir da introdução do problema na agenda, faz-se uma combinação de soluções para os problemas identificados. Isso é feito por meio de objetivos e estratégias, além do estudo de potenciais consequências de cada alternativa de solução. Na definição dos objetivos, todos os atores envolvidos no processo resumem o que esperam que sejam os resultados da política pública. A etapa de construção de alternativas é o momento em que são elaborados métodos, programas, estratégias ou ações que poderão alcançar os objetivos estabelecidos (SECCHI, 2010).

4) Tomada de decisão - esta etapa sucede a formulação de alternativas de solução. Segundo Secchi (2010), representa momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema público são explicitadas. No entanto, como declara Rua (1997), a decisão em política pública representa apenas um amontoado de intenções sobre a solução de um problema, expressas na forma de determinações legais, como decretos e resoluções, por exemplo. Nada disso garante que a decisão se transforme em ação. Uma decisão vira ação a partir do momento em que se chega a uma efetiva resolução.

5) Implementação - esta fase, segundo Batista e Rezende (2011), é

definida como o momento de colocar uma determinada solução em prática e envolve uma série de sistemas ou atividades da administração pública: o sistema gerencial e decisório, os sistemas de informação e os agentes implementadores.

6) Avaliação - nesta fase da política, segundo Oliveira, Martins e Silveira (2012), faz-se a comparação entre o proposto e o realizado, analisando-se os impactos e a efetividade da política. Esta etapa é fundamental para a continuidade (ou não) e a melhoria da qualidade da política pública. Consiste na mensuração e na análise dos efeitos produzidos, na sociedade, pelas políticas públicas.

7) Extinção: é importante frisar que o ciclo de políticas públicas tem um fim no momento da extinção da política pública implementada, que pode advir da seguintes causas:

- a) o problema que originou a política é percebido como resolvido;
- b) os programas, as leis ou as ações que ativavam a política pública são percebidos como ineficazes;
- c) o problema, embora não resolvido, perdeu progressivamente importância e saiu das agendas políticas e formais (SECCHI, 2010, p. 53).

Considerando que o foco deste trabalho é a formulação e a implementação da política de repositório institucional da UFLA, nos próximos tópicos são descritas com mais detalhes essas duas fases que compreendem o ciclo de política pública.

2.2.1 Formulação

O processo de formulação de uma política pública envolve identificar as decisões, os atores e os diferentes instrumentos que permeiam a luta por inclusão de determinada questão na agenda política e, posteriormente, sua regulamentação como política pública. Além disso, como declara Nogueira

(2006), essa etapa se apresenta como um processo complexo, difuso, que envolve diversos atores estatais e não estatais, e que tem como resultado a seleção de alternativas que visam responder a um problema ou a uma questão que tenham se destacado na agenda pública.

De acordo com Hayes (2008), a formulação de políticas consiste no desenvolvimento de cursos eficazes e aceitáveis de ação para lidar com o que foi colocado na agenda política. O autor propõe duas definições de formulação de políticas, que são:

- a formulação eficaz, que significa que a política proposta é considerada como válida, eficiente e implementável para a solução do problema em questão, pois, se a política é vista como ineficaz ou inviável na prática, não há nenhuma razão legítima para propô-la;
- a formulação aceitável significa que o curso de ação proposto é susceptível de ser autorizado pelos decisores legítimos, geralmente por meio da construção de um processo de negociação. Isto é, ele deve ser politicamente viável, pois, se a política é susceptível de ser rejeitada, não deve ser sugerida.

Para Corkery, Land e Bossuyt (1995), verifica-se uma deformidade no processo de formulação de políticas, pois este processo tem sido tipicamente considerado um modelo linear, dentro do qual a complexidade da elaboração de políticas é reduzida a uma sequência de passos, cada um com uma identificação início e um fim. Segundo os autores, a visão mecanicista dos processos de formulação de políticas tem grandes falhas, pois desenha uma linha artificial entre o processo de formulação de políticas (geralmente terminando na fase de tomada de decisão) e o processo de implementação da política. É tipicamente um processo iterativo e, muitas vezes, casual e altamente político.

De acordo com Theodolou e Cahn (1995), o processo de formulação de políticas públicas pode ser definido como a criação de cursos de ações relevantes

para lidar com os problemas. Entretanto, os autores salientam que essas ações nem sempre resultam na implementação das políticas, pois a identificação de um problema não significa, necessariamente, que o governo irá agir de forma eficaz para resolvê-lo. Ainda segundo estes autores, a formulação de políticas públicas se divide em duas etapas, sendo que, inicialmente, há uma decisão geral, que deve ser tomada em relação à adoção ou não de ações para a solução do problema em pauta. Caso se decida pela realização de ações para solucionar o problema, a segunda etapa é o desenho propriamente da política pública, “colocar a política no papel”, identificando seus objetivos e os resultados esperados.

Na visão de Azevedo (2003 apud FERREIRA; ALENCAR; PEREIRA, 2012), a formulação deve ser concebida como um processo de planejamento que passa, inicialmente, por um diagnóstico que deverá identificar as reais necessidades das partes envolvidas e estudar as melhores soluções para a sua efetivação.

A análise da fase de formulação é também contextualizada por Capella (2006), a partir dos modelos apresentados por Kingdon, que são denominados de Modelo Múltiplos Fluxos (*Multiple Streams Model*) e o modelo de Equilíbrio Pontuado (*Punctuated Equilibrium*), de Frank Baumgartner e Brian Jones (1993). Segundo Capella (2006), esses modelos representam importantes ferramentas de análise de processos de formulação de políticas e de mudança na agenda governamental. De acordo com Gelinski e Seibel (2008), o Modelo de Múltiplos Fluxos baseou-se no Modelo “Lata de Lixo” (*Garbage Can*), que considera como se as alternativas estivessem numa lata de lixo, com vários problemas e poucas soluções. Ainda segundo as autoras, o modelo de Múltiplos Fluxos analisa os fluxos que percorrem uma decisão em organizações que se configuram como “anarquias organizadas” (como universidades e governos nacionais), que operam sob incerteza e com alto grau de ambiguidade.

O modelo de Kingdon tornou-se referência para os estudos voltados para a análise da formulação de políticas governamentais. A partir desse modelo, ele procurou responder à seguinte questão: por que alguns problemas se tornam importantes para um governo? Como uma ideia se insere no conjunto de preocupações dos formuladores de políticas públicas, transformando-se em uma política pública?

Segundo Capella (2006), Kingdon considera as políticas públicas como um conjunto formado por quatro processos: o estabelecimento de uma agenda de políticas públicas; a consideração das alternativas para a formulação de políticas públicas; o conjunto de alternativas disponíveis e a implementação da decisão. Kingdon preocupa-se, especificamente, com os dois primeiros processos, chamados estágios pré-decisórios: a formação da agenda e as alternativas para a formulação das políticas. Como expõem Calmon e Costa (2007), os grupos competem para formar a agenda porque nenhuma sociedade ou sistema político são capazes de processar e solucionar todos os problemas de uma sociedade ao mesmo tempo. Dessa forma, para Costa (2008), os atores que interagem na formação da agenda governamental se dividem entre um bloco de atores governamentais e um de atores da sociedade civil, e eles podem transitar de um grupo para outro.

De acordo com Capella (2006, p. 26), “a agenda governamental é definida, por Kingdon, como o conjunto de assuntos sobre os quais o governo e pessoas ligadas a ele concentram sua atenção num determinado assunto.” Segundo ele, uma questão passa a fazer parte da agenda quando desperta a atenção e o interesse dos formuladores de políticas e, em virtude da complexidade e do volume de questões, apenas algumas delas são consideradas num determinado momento.

Conforme relata Souza (2007), as questões transformam-se em problemas ao chamar a atenção dos formuladores de políticas públicas por meio

de três mecanismos: (a) tornar públicos indicadores que mostrem a dimensão do problema; (b) eventos que mostrem como a situação se repete ou é decorrente de desastres e (c) o retorno (*feedback*) das políticas em vigor, que mostram a necessidade de correções.

Na visão de Calmon e Costa (2007), para que um problema seja incorporado na agenda das políticas públicas e desperte a atenção de um público mais amplo, ele deve apresentar cinco características, que são:

- a) grau de especificidade - quanto mais abstrata for a definição de um problema, maior é a probabilidade de despertar a atenção de uma audiência mais ampla;
- b) escopo da importância - quanto mais importante for o tema para a sociedade, maior é a probabilidade de ele atingir o público;
- c) relevância temporal - quanto mais duradouro for o possível impacto do problema, maior será a audiência;
- d) grau de complexidade - problemas mais simples e fáceis de serem compreendidos atingem uma audiência mais ampla;
- e) precedência categórica - problemas com precedentes similares atingirão mais rapidamente uma audiência ampla.

Os problemas que têm estas características terão maior impacto e, conseqüentemente, maior facilidade da sua inclusão na agenda de políticas públicas, visando amenizá-los ou eliminá-los.

O segundo fluxo, *policy stream*, é um conjunto de alternativas e soluções (*policy alternatives*) disponíveis para os problemas, ou *what to do ideas*. Segundo Kingdon, as pessoas não necessariamente resolvem problemas. Em vez disso, elas, geralmente, criam soluções. Para Calmon e Costa (2007), este fluxo ocorre sem estar necessariamente relacionado à percepção do problema; é a formulação de propostas de ação governamental. Segundo eles, ideias circulam em comunidades de especialistas, tanto dentro quanto fora do governo. Esse debate pode levar anos, combinando-se com outras ideias, recebendo críticas e

adaptações, segundo as características daquela comunidade de especialistas. A solução deve estar disponível dentro do alcance rápido e fácil para os tomadores de decisão. Tais soluções são frequentemente preparadas por empreendedores de políticas públicas.

Segundo Lima e Medeiros (2012), os empreendedores de política têm grande importância nas decisões políticas, pois são "advogados que estão dispostos a investir seus recursos em tempo, energia, reputação e dinheiro com o objetivo de obter benefícios" e acrescenta que eles podem ser encontrados em muitos locais, tanto em posições formais quanto informais, tanto dentro quanto fora do governo. Para Guldbrandsson e Fossum (2009), Kingdon atribui aos empreendedores de políticas alguns recursos vitais. O primeiro recurso é a habilidade de ser ouvido, o que significa que um ator tem capacidade de falar para os outros, manter uma posição de decisão ou tem especialização. O segundo recurso refere-se a conexões políticas ou habilidades de negociação, o que implica uma combinação de conhecimento técnico e conhecimento político. O terceiro é descrito por Kingdon como o recurso mais importante: é a absoluta persistência. Isso significa que os atores promovem suas ideias de todas as formas e em diversas instâncias, e estão dispostos a investir grandes recursos, a fim de promover as suas soluções.

Quanto ao terceiro fluxo, de acordo com Capella (2006, p. 28), ele é composto pela dimensão da política "propriamente dita" (*policy stream*). Independentemente do reconhecimento de um problema ou das alternativas disponíveis, o fluxo político segue sua própria dinâmica e regras. No fluxo político, as coalizões são construídas a partir de um processo de barganha e negociação políticas. Segundo o autor, nesse fluxo, os três elementos exercem influência sobre a agenda governamental, chamada por Kingdon de clima ou humor nacional, caracterizado por uma situação na qual diversas pessoas compartilham as mesmas questões durante um determinado período de tempo. O

segundo elemento é composto pelas forças políticas organizadas, exercidas, principalmente, pelos grupos de pressão. O terceiro fator são as mudanças dentro do próprio governo, como mudanças de pessoas em posições estratégicas dentro da estrutura governamental, mudanças de gestão, mudanças na composição do Congresso e mudanças na chefia de órgãos e de empresas públicas.

Segundo Capella (2006), em determinados momentos, os três fluxos - problemas, soluções e dinâmica política - são reunidos, gerando uma oportunidade de mudança na agenda. Nesse momento, um problema é reconhecido, uma solução está disponível e as condições políticas tornam o momento propício para a mudança, permitindo a convergência entre os três fluxos e possibilitando que questões ascendam à agenda. Essas circunstâncias, segundo o autor, é que possibilitam a convergência dos fluxos denominados por Kingdon (2003, p. 165) como *policy windows* (janela de oportunidade). A janela de oportunidade são influenciadas pelo fluxo de problemas (*problems stream*) e pelo fluxo político (*politics stream*). Ao tomar consciência de um problema, os formuladores de políticas acionam a *policy stream*, em busca de alternativas que apontam soluções para o problema. Dessa forma, mudanças na agenda acontecem quando esses três fluxos são unidos, processo denominado por Kingdon de acoplamento (*coupling*). De acordo com o autor, a janela de oportunidade se abre, sobretudo, a partir dos fluxos de problemas e políticas, e essa oportunidade de mudança tem caráter transitório. Isso acontece quando um dos fluxos desarticula-se com relação aos demais. A janela de oportunidades não fica aberta por muito tempo. Assim, os atores devem promover soluções específicas e agir rapidamente antes que a oportunidade passe.

Na visão de Capella (2006), existem atores com capacidade de influenciar a definição da agenda governamental e outros exercem maior influência na definição de alternativas. O primeiro grupo, segundo ele, é formado pelos atores visíveis que recebem atenção da imprensa e do público. O

segundo grupo é o dos atores invisíveis, que formam as comunidades nas quais as ideias são geradas e postas em circulação (*policy communities*). Esse grupo dos participantes invisíveis que têm influência sobre a geração de alternativas e soluções é composto por servidores públicos, analistas de grupos de interesses, assessores parlamentares, acadêmicos, pesquisadores e consultores. De acordo com este autor, os servidores públicos exercem maior influência sobre a gestão de alternativas e sobre o processo de implementação de políticas públicas do que o processo de formulação da agenda governamental. Em resumo, os atores “visíveis” têm uma atuação mais influente na definição da agenda e, por outro lado, os participantes “invisíveis” são determinantes na escolha de alternativas. Para Costa (2008), a importância de debater o papel dos atores na formação da agenda governamental deve-se às diferenças de recursos disponíveis e interesses envolvidos, que podem atrair ou afastar participantes de um determinado debate.

A próxima fase é a da implementação. É a fase em que as intenções são colocadas em ações concretas.

2.2.2 Implementação

De acordo com Saravia (2006), a implementação é constituída pelo planejamento e a organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos necessários para executar uma política. Trata-se da preparação para colocar em prática a política pública, a elaboração de todos os planos, programas e projetos que permitirão executá-la. Para Hill (2006), a implementação refere-se a objetivos específicos, à tradução, na prática, das políticas que emergem do complexo processo decisório. Os efeitos (*outcomes*) referem-se aos resultados conjuntos da decisão e da implementação, isto é, o que realmente aconteceu. Para Arretche (2001), a implementação de políticas supõe (pelo menos) dois tipos de agentes situados

em pontos distintos: os agentes encarregados da formulação dos termos de operação de um programa, os quais têm autoridade para definir os objetivos e o desenho de um programa, e os agentes encarregados de executá-lo, traduzindo suas concepções em medidas concretas de intervenção.

Segundo Birkland (2005), a implementação é uma das fases decisivas para o sucesso de uma política. Contudo, pelo fato de envolver uma maior multiplicidade de atores, agentes e fluxos de informação, torna-se uma fase bastante complexa, à qual deverá ser atribuída grande atenção, quer ao nível da realidade política, quer da produção teórica. Segundo esse autor, o estudo da implementação dedica-se, portanto, à colocação em prática da decisão formulada, envolvendo, necessariamente, planos de ação que definam fundos a alocar, pessoal a designar e regras para serem cumpridas.

Ainda de acordo com o autor, essa fase foi negligenciada durante muito tempo, pois, no início da década de 1970, poucos estudos tinham sido realizados sobre implementação. Até ao final da década de 1960 não era atribuída, de fato, grande atenção à fase da implementação, isto é, poucos estudiosos haviam procurado sistematicamente estudar o que acontece depois que a legislação ou alguma outra declaração de política é decretada e, em seguida, colocada em prática. Entendia-se a implementação como sendo a fase em que os funcionários da estrutura organizativa hierárquica simplesmente cumpriam ordens (BIRKLAND, 2005).

Contudo, com as crises energéticas da década de 1970 e a consequente necessidade de contenção, surgiu a preocupação com a eficiência e a eficácia das políticas de *Welfare*. Aí surge um dos trabalhos mais importantes sobre a implementação a obra: *Implementation: how great expectations in Washington are dashed in Oakland*, de Pressman e Wildavsky (1973). Daí por diante, a fase de implementação passou a ser alvo de atenção, tornando-se, assim, área de observação e de análise no estudo do processo de produção.

Na visão de Cardim (2006, p. 18), os estudos da implementação inclinam-se sobre:

- a) como é que de fato as decisões são postas em prática;
- b) quais os seus objetivos e como são entendidos por quem as concebe;
- c) como são percebidos e comunicados por quem as aplica;
- d) como são percebidos pelos destinatários;
- e) como é que se preparam para “encontrar” e “agir” sobre o individual e o coletivo a que se destinam;
- f) como é que acompanham as evoluções do contexto, dos problemas e das hipóteses de intervenção mais eficazes.

Para Frey (2000), o interesse da *policy analysis*, nesta fase, se refere, particularmente, ao fato de que, muitas vezes, os resultados e os impactos reais de certas políticas não correspondem aos impactos projetados na fase da sua formulação. Pois, como declara Arretche (2001), é grande a distância entre os objetivos e o desenho de programas, tal como concebidos por seus formuladores originais, e a tradução dessas concepções em intervenções públicas. A incongruência de objetivos, interesses, lealdades e visões de mundo entre agências formuladoras e a gama diversa de implementadores implicam que, dificilmente, um programa atinge plenamente seus objetivos e que seja implementado inteiramente de acordo com seu desenho proposto, pois será colocado em prática por agentes que não participaram no processo de formulação.

Para Rua (1997), o processo de implementação pode ser uma continuação da formulação, envolvendo flexibilização, idas e vindas, etc. - de maneira que compreende um contínuo processo de interação e negociação ao longo do tempo, entre aqueles que querem por uma política para funcionar e aqueles de quem este funcionamento depende.

Ainda na fase de implementação, Secchi (2010) discorre sobre a importância dos atores, em que são os encarregados de liderar o processo de

implementação e devem ser capazes de entender elementos motivacionais dos atores envolvidos, os obstáculos técnicos e legais presentes, e os conflitos potenciais. Também é importante o conhecimento dos diferentes objetivos dos *stakeholders*, ou grupos de interesses e do modo como essas políticas os afetam, pois isso pode facilitar ou obstruir a implementação. É nesta etapa que a política pública se materializa de fato; é o processo de execução das políticas resultantes da formulação e da decisão.

De acordo com Baptista e Rezende (2011), as questões que se apresentam nos estudos que visam analisar o momento de implementação de uma política são as seguintes:

- a) a formulação da política apresenta objetivos, metas e direção clara?
- b) os recursos necessários para a sua implementação foram considerados no momento da formulação/implementação?
- c) o processo de construção da estratégia de implementação é claro? Em especial quanto à divisão de atribuições e atividades? Exige mudança organizacional?
- d) os atores envolvidos na implementação estão de acordo e compreendem a política traçada?

Neste contexto, Hogwood e Gunn (1981), citados por Saravia (2006), salientam que, para que uma implementação seja possível, existem algumas pré-condições, que são:

a implementação é possível se as circunstâncias externas ao agente implementador não impõem obstáculos paralisantes; se o programa dispõe de tempo adequado e recursos suficientes; se a combinação precisa de recursos está efetivamente disponível; se a política a ser implementada baseia-se numa teoria de causa-efeito válida; se a relação entre causa e efeito é direta e se existem poucos, ou nenhum vínculo de interferência; se as relações de dependência são mínimas; se existem compreensão e acordo sobre os objetivos; se as tarefas estão totalmente especificadas e na sequência correta; se há perfeita comunicação e coordenação; se as autoridades podem pedir e obter perfeita obediência (SARAVIA, 2006, p. 34) .

Logo, a implementação seria possível seguindo estes passos, mas, na prática, essas pré-condições serão muito dificilmente satisfeitas (SARAVIA, 2006).

Assim, apesar do direcionamento positivo que pode ser dado à implantação de políticas públicas, é possível perceber que são ações de extrema complexidade e existe uma aparente fraqueza do Estado para cumpri-las. De acordo com Mello (1999, p. 86), há um "ponto de estrangulamento" das políticas, sobretudo aquelas associadas às reformas econômicas e sociais, mas isso acontece não na formulação de políticas, mas em outro polo, no da implementação. Segundo ele, o problema reside na escassa capacidade de fazer valer decisões e não na capacidade decisória como tal.

Ainda quanto ao processo de implementação de políticas públicas, outra questão muito importante e que não deve ser negligenciada é desenvolver uma estratégia de manutenção de canais abertos, tanto com a sociedade quanto com o sistema representativo.

Parada (2006) ressalta a importância da participação da sociedade civil nas políticas públicas. A participação de indivíduos e grupos pode influenciar diretamente a formulação, a implementação e a avaliação de políticas públicas. Essa participação, segundo o autor, pode facilitar o tratamento das questões públicas, pois permite uma distribuição mais equitativa do poder e maior visibilidade dos problemas sociais, além de propiciar, muitas vezes, o aumento da eficácia e da eficiência dessas políticas. Ademais, é uma forma privilegiada em que os cidadãos e as organizações podem se fazer ouvir. Portanto, a participação representa um complemento indispensável à burocratização de atos governamentais, proporcionando maior transparência ao sistema político, além de expor os problemas sociais relevantes, sendo também uma forma especial de expressão social na apresentação de demandas específicas de diferentes grupos.

O autor ainda destaca a importância do uso das tecnologias de

comunicação para o acesso e o compartilhamento de informações e o uso da internet como fortalecimento da participação de vários setores por meio de acesso à tecnologia e o uso da internet como controle social.

O processo de implementação pode ser determinado por três modelos diferentes, segundo Silva e Melo (2000), que são:

a) modelo clássico do ciclo de política - essa visão não considera os aspectos relativos à implementação e seus efeitos retroalimentadores sobre a formulação da política, ou seja, não a considera como um processo. Neste aspecto, a implementação é compreendida como um jogo de uma só rodada, em que a ação do governo é implementada de cima para baixo – *top-down*;

b) modelo como processo simples e linear - essa perspectiva de análise do ciclo político representa um avanço em relação à visão clássica da questão que não considera o ciclo como um processo. No entanto, ela está assentada em premissas equivocadas. Em primeiro lugar, ela confere um primado excessivo à atividade de formulação, em detrimento das outras dimensões. Embora a questão da implementação e do monitoramento seja incorporada à análise, a formulação é vista como uma atividade relativamente não problemática. Assume-se que o diagnóstico que informa a formulação de políticas está essencialmente correto; o formulador dispõe de todas as informações necessárias ao desenho das propostas programáticas e o formulador dispõe de um modelo causal válido. Este modelo causal consiste de hipóteses e pressupostos sobre determinados fenômenos sociais;

c) a implementação vista como um jogo: redes, aprendizado institucional e *stakeholders* – estudos revelam um padrão muito distinto, em que prevalecem a troca, a negociação e a barganha, o dissenso e a contradição quanto aos objetivos. A análise empírica de políticas públicas revela que os formuladores de política operam em um ambiente carregado de incertezas que se manifestam em vários níveis: os formuladores de política enfrentam grandes limitações

cognitivas sobre os fenômenos sobre os quais intervêm; não controlam nem têm condições de prever as contingências que podem afetar o ambiente político no futuro; planos ou programas são documentos que delimitam apenas um conjunto limitado de cursos de ação e decisões que os agentes devem seguir ou tomar e os formuladores expressam suas preferências individuais ou coletivas por meio de programas e políticas, cujo conteúdo substantivo pode ser divergente daquele da coletividade.

Como declara Mota (2010), somente a partir de meados da década de 1970 é que surgiram autores com produção traduzida em teoria generalizável e que se dividem em três grandes escolas ou abordagens: *top-down*, *bottom-up* e ele acrescenta a esses modelos uma terceira abordagem, ou geração, chamada de *Hybrid Theories*: esta teoria tenta ultrapassar a divisão entre as duas abordagens anteriores por meio da incorporação de perspectivas de ambas, bem como de outros modelos.

a) Escola de *top-down* ou 1ª geração

Esta teoria foi concebida no final dos anos 1970, mas seu desenvolvimento ocorre, sobretudo durante os anos 1980 (MOTA, 2010). Para Secchi (2010), o modelo *top-down* (de cima para baixo) é caracterizado pela separação clara entre o momento de tomada de decisão e o de implementação em fases consecutivas. Este modelo tem distinção entre política e administração, ou seja, os tomadores de decisão (políticos) são separados dos implementadores (administração). A implementação parte de uma visão funcionalista e tecnicista de que as políticas públicas devem ser elaboradas e decididas pela esfera política e que a implementação é um mero esforço administrativo. Lima e Medeiros (2012, p. 1255) afirmam que as principais orientações nesta abordagem é,

definir políticas claras e consistentes, minimizar a quantidade de atores envolvidos, diminuir a necessidade de mudanças, encarregar da implementação alguém que concorde com as diretrizes da política.

Para Lima e D'Acenzi (2012), neste modelo, o foco direciona-se para o processo de formulação, pois compreende que a administração é uma máquina que segue especificações. Este tipo de desenho parte do topo do processo decisório, a partir da declaração mais precisa possível da intenção de quem decide, e se desenvolve por uma sequência de passos cada vez mais específicos para definir o que se espera de cada um dos responsáveis pela implementação em cada nível. Segundo os autores, esta perspectiva tem um viés organizacional. As agências formuladoras e implementadoras são apreendidas em seus aspectos organizacionais formais: hierarquia, controle, centralização do comando, descentralização da execução, coordenação, comunicação, etc.

Conforme Quade (2011), o processo de implementação de políticas públicas top-down baseia-se nos seguintes princípios:

- a) as políticas são dotadas de objetivos previamente definidos, de forma clara, a partir dos quais é possível medir o seu desempenho;
- b) as políticas devem possuir instrumentos políticos claramente definidos, que permitem cumprimento dos objetivos;
- c) à política corresponde a um único estatuto ou instrumento normativo;
- d) existe um elo de implementação que se inicia com a mensagem política de topo e se desenrola ao longo da cadeia;
- e) os formuladores das políticas têm um bom conhecimento sobre as capacidades e o sentido de compromisso dos implementadores. As capacidades são os recursos disponíveis para levar a cabo todas as atividades e tarefas. Os recursos referem-se a pessoas, a dotações financeiras, a autonomias e à autoridade legalmente conferida, e aos conhecimentos necessários à efetiva implementação da política.

Esta abordagem, segundo Carvalho, Barbosa e Soares (2010), foi formulada a partir da visão de Mazmanain e Sabatier (1983), a qual considera três observações críticas: a formação de políticas é um processo interativo de

formulação, implementação e reformulação; o foco na realização dos objetivos da política declarada e a implementação pode ser vista sob três diferentes perspectivas: o formulador, o executor e o público-alvo. Os autores apresentaram dezesseis variáveis que foram reunidas em três grupos: rastreabilidade dos problemas,; capacidade de decisão política de acordo com a estrutura e a implementação também tem um inerente dinamismo próprio. Durante o processo de implementação ocorrem problemas que devem ser evitados. Segundo Hill (2006) os conselhos clássicos são: manter a política clara, evitar ambiguidades, estruturar a cadeia de implementação com o menor número possível de elos, elaborar estruturas simples para minimizar a dependência entre órgãos no que se refere à execução e manter controle efetivo sobre os implementadores.

b) A Escola *bottom-up* ou 2ª geração

Conforme Mota (2010), esta teoria surgiu no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Segundo o autor, a perspectiva *bottom-up* foi formulada como uma clara crítica às teorias *top-down*, constatando que os estudos da implementação também devem levar em consideração as relações dos funcionários de base com os beneficiários, bem como a capacidade que diferentes contextos locais poderão ter nos impactos da política. Para Secchi (2010), o modelo *bottom-up* (de baixo para cima) pode ser caracterizado pela maior liberdade de burocratas e redes de atores em auto-organizar e modelar a implementação de políticas públicas. Os implementadores têm maior participação no problema e na prospecção de soluções durante a implementação e, posteriormente, os tomadores de decisão legitimam as práticas já experimentadas. A implementação é avaliada pelos resultados alcançados a posteriori. Como salienta Secchi (2010), neste formato, a tomada de decisão não é algo definitivo, a política pública pode ser modificada e existe uma maior discricionariedade por parte dos gestores e burocratas.

Para explicar esta abordagem, Carvalho, Barbosa e Soares (2010) citam o modelo de Berman (1978), no qual o sucesso da implementação depende da complexa interação entre a política e as características institucionais. Trabalha também com a abordagem de macro e microimplementação, sendo macro como governo federal central, em que as políticas se traduzem em planos de projeto e, micro quando, em resposta às ações do governo, as organizações locais planejam e realizam suas próprias políticas internas.

A implementação pode seguir quatro caminhos distintos: a) a não adaptação da política ao comportamento; b) a cooptação – nenhuma adaptação no comportamento, mas adaptação da política para acomodar as rotinas existentes; c) a aprendizagem tecnológica – nenhuma adaptação da política, mas adaptação do comportamento rotimizado e d) e adaptação mútua, tanto do comportamento quanto da política.

Como declara Arretche (2001, p. 2), “a implementação corresponde a uma fase da ‘vida’ de um programa, na qual são desenvolvidas as atividades pelas quais se pretende que os objetivos, tidos como desejados, sejam alcançados”. Na construção de uma política pública, os reais aplicadores das políticas têm características específicas e a forma como a compreendem e a implementam poderá alterar o foco e os objetivos do programa. Dessa forma, como salientam Lima e Medeiros (2012, p. 1255),

Os defensores deste modelo consideram que se entende melhor a implementação da política olhando-a do ponto de vista daqueles que estão mais próximos às ações resultantes delas. Argumentam que a política realmente se concretiza em nível local e que os burocratas da linha de frente (street-level bureaucrats) poderiam e deveriam influenciar mais o processo. Ainda destacam que o sucesso na implementação de uma política depende, em grande parte, das habilidades dos implementadores locais. Se eles não tiverem liberdade para adaptar a política às condições locais, ela estará fadada ao insucesso.

Na visão de Oliveira (2006), a população afetada pela política e os agentes do Estado em contato com ela (chamados burocratas da rua) poderiam e deveriam influenciar de forma mais intensa o processo de planejamento de políticas públicas. De acordo com o autor, essa visão se justifica, primeiramente, por questões de efetividade e eficiência, já que esses atores sabem exatamente o que acontece e o que seria melhor para se alcançar os resultados da política. Para David Mechanic (1962), apud Oliveira (2012, p. 1555),

as organizações podem ser muito dependentes de seus membros da linha de frente, porque eles podem obter, manter e controlar informações, pessoas e instrumentos que são importantes para o funcionamento delas e isso dá aos agentes poder informal, pois os superiores hierárquicos estão destituídos daqueles recursos e não podem regular o uso deles pelos subalternos, a não ser ao custo de reduzir a eficiência da organização, o que criaria problemas para eles próprios.

Dessa forma, segundo Oliveira (2012), o Estado torna-se concreto para a maioria dos cidadãos por meio desses funcionários porque das mãos deles saem os benefícios ou as punições que aqueles recebem do governo e que delimitam as vidas e as oportunidades deles. Como declara Arretche (2001, p. 2), “na prática, qualquer política pública é de fato feita pelos agentes encarregados da implementação”.

Existem críticas aos dois modelos de implementação. Para Schofield (2001), uma crítica quanto ao modelo de cima para baixo consiste no fato de que este não considera o significado das ações passadas no mesmo domínio de intervenção; trata a implementação como um processo administrativo e ignora a experiência dos implementadores locais, vendo-os como impedimentos para a implementação. Quanto à implementação de baixo para cima, a crítica ao modelo é que ele insiste muito na autonomia dos executores locais. Além disso, é possível influenciar os objetivos e as estratégias dos atores locais,

determinando a sua estrutura institucional, os recursos postos à sua disposição e o seu acesso à arena da implementação.

Segundo Arretche (2001), um programa é o resultado de uma combinação complexa de decisões de diversos agentes que, durante todo o processo, já excluíram diversas alternativas possíveis. Mas, esta é apenas uma das dimensões da vida de um programa. A implementação efetiva é sempre realizada com base nas referências que os implementadores de fato adotam para desempenhar suas funções. As decisões dos burocratas que desempenham atividades-fim, as rotinas que eles estabelecem, as formas de contornar a incerteza e as pressões, eis o que vêm a ser de fato as políticas públicas.

Para Arretche (2001), na prática real da administração pública, a implementação de políticas ocorre em um ambiente caracterizado por contínua mutação, mutação esta que é inteiramente alheia à vontade dos implementadores, pois,

- em primeiro lugar, os recursos, as prioridades e a influência relativa dos agentes encarregados da implementação frequentemente mudam;
- em segundo lugar, os interesses e a influência dos stakeholders de um dado programa podem mudar entre o momento da formulação e o da implementação alterando sua disposição para colaborar na execução do programa;
- uma terceira questão diz respeito às condições institucionais para implementação de programas, que podem variar desde impedimentos associados à capacidade fiscal e administrativa das agências implementadoras até compromissos e lealdades de ordem política (ARRETCHE, 2001, p. 53).

Dessa forma, segundo a autora, problemas não previstos no momento da formulação podem levar os implementadores a promover adaptações ao desenho original, tendo em vista garantir que os objetivos de um dado programa sejam realizados.

c) Teorias híbridas ou 3ª geração

Segundo Mota (2010), devido às diferenças e às limitações dos dois modelos de implementação apresentados anteriormente, Goggin, Bowman, Lester e O'Toole (1990) concluíram que o ideal seria utilizar as variáveis dos dois modelos. Dessa forma, surge uma terceira geração de implementação, alinhando as vantagens dos dois modelos. Segundo Hill e Hupe (2002) apud Mota (2010), o papel do *fluir de informação e comunicação* entre os diversos níveis (quer de sentido descendente, quer de sentido ascendente) é de extrema importância. Assim, percebendo-se que ambas as perspectivas exageram nas suas posições e simplificam demasiado o estudo do processo de implementação, surgem, então, as teorias híbridas que representam uma combinação de elementos de ambas as perspectivas, *top-down* e *bottom-up*. Birkland (2005) destaca que, por causa dos pontos fortes e fracos das abordagens *top-down* e *bottom-up*, os investigadores têm procurado combinar os seus benefícios em um modelo, ou síntese, que pode abordar tanto a estruturação da política a partir do topo como a possibilidade de sua alteração na implementação e levar em conta tanto as decisões do topo quanto a compreensão dos implementadores de nível inferior.

Com base nos modelos apresentados, percebe-se que o processo de implementação de políticas públicas não é uma tarefa fácil e envolve muitas variantes que devem ser consideradas. De forma geral, as políticas públicas são muito criticadas pelas pessoas. Nesse sentido, como expõem Aminu, Tella e Mbaya (2012), é prudente que as políticas passem por uma série de processos de formulação e sejam testadas antes da implementação, para ver a reação do público. Segundo os autores, a implementação da política exige, ainda, um *feedback*. Este serve como um mecanismo para avaliar se a política tem sido aceita pelas pessoas ou não, além de ser um indicador de como a política mudou a vida das pessoas para melhor ou pior.

Dessa forma, apesar de não ser tratada neste momento, mas se mostra

tão necessário quanto as etapas de formulação e implementação, percebe-se que a fase de avaliação se torna também essencial. Nesta fase, o avaliador vai poder verificar se, de fato, as metas e os objetivos foram alcançados.

Tendo contextualizado a importância das fases de formulação e implementação das políticas públicas, seus processos e características, cabe, neste momento, abordar uma das políticas definidas como primordial para o desenvolvimento científico e tecnológico de um país, a política de informação em ciência e tecnologia.

2.3 Política de Informação em Ciência e Tecnologia (ICT)

Para contextualizar a política de ICT, primeiramente, é necessário definir o que se entende por política de informação.

Segundo Hernon e Relyea (1991) apud Jardim, Silva e Nharreluga (2009, p. 9), a política pública de informação pode ser compreendida como

[...] um conjunto de princípios, leis, diretrizes, regras, regulamentos e procedimentos inter-relacionados que orientam a supervisão e gestão do *ciclo vital* da informação: a produção, coleção, organização, distribuição/disseminação, recuperação e eliminação da informação. Política de informação compreende o acesso e uso da informação.

Na visão de Jardim (2008), a política de informação tende a designar diversas ações e processos do campo informacional: arquivos, bibliotecas, internet, tecnologia da informação, governo eletrônico, sociedade da informação, informação científica e tecnológica, etc. Para Montvloff (1990), a política de informação representa o conjunto de princípios e estratégias que guiam o curso de ações para atingir um determinado objetivo. Pode ser implantada em nível organizacional ou institucional, como micropolíticas, ou em nível nacional, regional ou internacional, como macropolíticas.

De acordo com Rowlands (1996), o papel fundamental desse tipo política é prover estrutura legal e institucional na qual a troca formal de informação tenha espaço. Isso implica que a política de informação aborde objetivos políticos e burocráticos. Na prática, a política de informação tem muito mais a ver com compromisso: não existem nem “boas” nem “más” políticas, mas, talvez, possa haver mais compromissos efetivos.

Ainda segundo Rowlands (1996), a abordagem mais tradicional sobre a classificação das políticas públicas de informação é a que reflete metas, políticas e objetivos, as quais são sintetizadas pelo autor em nove categorias, que são:

1. política de gerência de recursos informacionais governamentais;
2. política de tecnologia de informação;
3. política de telecomunicações e radiodifusão;
4. política de comunicações internacionais;
5. divulgação, confidencialidade e privacidade da informação;
6. regulação computacional e crimes computacionais;
7. propriedade intelectual;
8. políticas de bibliotecas e arquivos, e
9. política de divulgação de informação governamental.

No Brasil não existe uma política de informação consistente. O que existe são programas e planos que permeiam algumas categorias. De acordo com Barreto (2004), uma das ações mais elaboradas para traçar uma política de informação no Brasil foi a implantação do Programa Sociedade da Informação (SOCINFO), por meio do Decreto 3.294, de 15 de dezembro de 1999. Este programa, coordenado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), consiste em uma ação formulada por políticas governamentais e organizacionais voltadas para a informação, destinadas à inclusão digital e de infraestrutura para disseminação de informação e conteúdos digitais.

As propostas do programa foram apresentadas no livro “Sociedade da

informação no Brasil: Livro Verde”, publicado em 2000, organizado por Takahashi. As principais linhas de ação previstas no livro foram: mercado de trabalho e oportunidades; universalização de serviços para a cidadania; educação; conteúdos e identidade cultural; governo ao alcance de todos; produção e desenvolvimento tecnológicos e infraestruturas avançadas. Segundo Takahashi (2000), na era da internet, o governo deve promover a universalização do acesso e o uso crescente dos meios eletrônicos de informação para gerar uma administração eficiente e transparente em todos os níveis. Além disso, cabe ao sistema político promover políticas de inclusão social, para que o salto tecnológico tenha paralelo quantitativo e qualitativo nas dimensões humana, ética e econômica. O autor ainda enfatiza que a sociedade da informação deve ser resultado da colaboração entre diferentes parceiros, nos níveis local, nacional e internacional.

Segundo Barreto (2004) o destino final de uma política nacional de informação é controlar a geração e a organização das atividades de informação, visando uma distribuição socialmente justa desta informação, com a intenção de gerar conhecimento ao indivíduo e induzir seu desenvolvimento pessoal e do seu espaço de convivência. A partir das informações elencadas sobre política de informação é possível perceber que se trata de uma política mais ampla, envolvendo vários contextos da informação.

Como o enfoque deste estudo é a disseminação de informações científicas e tecnológicas, cabe descrever programas e ações referentes à ICT.

Para contextualizar a política de informação em ciência e tecnologia, primeiramente, é necessário definir o que é informação científica e informação tecnológica. Para Aguiar (1991), informação científica é todo o conhecimento que resulta – ou está relacionado - com o resultado de uma pesquisa científica. Já a informação tecnológica é todo conhecimento de natureza técnica, econômica, mercadológica, gerencial, social, etc. que, por sua aplicação,

favoreça o progresso na forma de aperfeiçoamento e inovação.

Historicamente, no Brasil, os governos começaram a se preocupar com a ideia de política de informação a partir da década de 1950, em face das imposições do crescimento científico e tecnológico. A institucionalização da política científica e tecnológica foi marcada, principalmente, pela criação de órgãos de pesquisa, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), hoje IBICT. Outros órgãos, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME), além da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), também foram de extrema importância na incorporação de tendências internacionais na área de informação em ciência e tecnologia. Conforme salienta Gomes (1988), a criação desses órgãos pode ser considerada o início da intervenção estatal no setor científico e informacional e a primeira tentativa de se definir uma política para esses setores.

De acordo com Jardim, Silva e Nharreluga (2009), na década de 1970, o quadro de desenvolvimento da política de informação refletia a ênfase ao desenvolvimento científico, privilegiando a criação e o armazenamento de informações. Nesse sentido, como ressalta Gomes (1988), os planos e os programas governamentais de desenvolvimento econômico e social se colocaram de forma mais explícita devido à necessidade de criação de um sistema nacional de coleta, de tratamento e de difusão da ICT, como elemento indispensável à aceleração do processo de desenvolvimento econômico e social do país.

Para Magnani (2011), o reconhecimento mundial do peso da informação científica e tecnológica como fator de desenvolvimento dos países, a partir da Segunda Guerra, motivou governos a investirem esforços na formulação de políticas nacionais de transferência de informação científica e tecnológica. Dias

(2011) também comenta esse fato, afirmando que a institucionalização da política científica e tecnológica se tornou viável apenas na medida em que a comunidade científica passou a articular e a advogar pela criação de instrumentos e de instituições que pudessem alavancar o avanço científico e tecnológico nacional. Segundo ele, o clima político-ideológico do imediato pós-Segunda Guerra Mundial favoreceu a implementação do projeto defendido pela comunidade científica brasileira.

Na década de 1980, a ICT se desenvolveu sob a influência dos avanços da difusão das tecnologias de informação e da aceleração do processo de globalização. Em fins da década de 1990, com o tema da sociedade da informação e da sociedade do conhecimento ganhando crescente espaço político e acadêmico em nível mundial, iniciaram-se ações para a elaboração e a adoção de estratégias nesse campo, no Brasil (ALBAGLI, 2009). Diante desse novo cenário moldado pela emergência das TICs, tiveram início novas abordagens e discursos em torno da infraestrutura da informação e sociedade da informação.

A expressão sociedade da informação passou a ser utilizada em substituição à sociedade pós-industrial ou informacional, como prefere Castells (1999) que, segundo Wertin (2000), refere-se às transformações técnicas, organizacionais e administrativas que têm como “fator-chave” insumos baratos de informação propiciados pelos avanços tecnológicos na microeletrônica e telecomunicações. Ainda de acordo com o autor, estas transformações em direção à sociedade da informação definem um novo paradigma, o da tecnologia da informação, que expressa à essência da transformação tecnológica em suas relações com a economia e a sociedade.

Castells (1999, p. 497) define a sociedade atual como uma ‘sociedade em rede’, na qual as estruturas, as funções e os processos dominantes estão organizados em torno de redes. Para ele, as redes “constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma

substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura”. Este novo paradigma trouxe mudanças e alterações, sendo vários segmentos diferentemente afetados, em função das condições de acesso à informação, da base de conhecimentos e, sobretudo, da capacidade de aprender e inovar (TAKAHASHI, 2000). Isso resultou, de certa forma, em pontos positivos e negativos para a sociedade. Na visão de Castells (1999), são indiscutíveis os efeitos positivos das novas tecnologias industriais no crescimento econômico, na qualidade de vida e na conquista da natureza-hostil. Por meio desse mundo tecnológico, a questão espaço, tempo e geográfico é eliminado, além das possibilidades de rapidez e acesso à informação.

Para Wertein (2000), apesar dos inúmeros desafios desse paradigma, as promessas no campo tecnológico foram e estão sendo realizadas, particularmente, com aplicações das novas tecnologias à educação, como educação a distância, bibliotecas digitais, videoconferência, correio eletrônico, grupos de bate-papo, voto eletrônico, banco on-line, comércio eletrônico, etc.

Herrera (1983), apud Bagattolli (2008), divide a política científica em explícita e implícita. Segundo ele, a política científica explícita é a política oficial, expressa em leis, regulamentos, planos de desenvolvimento, estatutos das instituições públicas envolvidas com a política, declarações do governo, etc. Os principais atores dessa política são os pesquisadores e a questão central das políticas consiste em promover o crescimento da ciência e da capacitação de recursos humanos. Já a política científica implícita, embora seja a política determinante do real papel concedido à Ciência & Tecnologia (C&T) num determinado contexto, é mais difícil de identificar. Trata-se da expressão da real demanda científica e tecnológica do projeto nacional de um país num determinado período.

Conforme destaca Gomes (1988), no Brasil, não se podia afirmar sobre a existência de uma política nacional de ICT claramente definida e explicitada em

documentos oficiais, porém, afirmava-se que estava em curso a implementação de tal política por meio dos Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCTs), do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT) e dos programas previstos pelo IBICT, os quais “representam escolhas políticas, que definem prioridades informacionais e traduzem toda uma política implícita” (GOMES, 1988, p. 106).

Segundo Albagli (2009, p. 406), em linhas gerais, a Informação Científica e Tecnológica (ICT) deve orientar-se para

- a) A comunicação, no âmbito da própria comunidade de especialista, de conclusões e resultados advindos do avanço do conhecimento científico-tecnológico;
- b) Sua sistematização, organização e utilização como subsídio em processos de avaliação, monitoramento, formulação de políticas e elaboração de regulações no campo da C&T;
- c) Sua socialização de maneira ampla, divulgando, popularizando, com o público em geral, seus princípios, métodos e resultados, bem como sua memória e seus registros históricos, contribuindo para sua apropriação social, bem como para o exercício do controle social sobre a direção e os impactos da atividade científico-tecnológica;
- d) Sua difusão para e pelo setor produtivo, organismos técnicos e reguladores, como insumo para o incremento da qualidade, da inovabilidade e da competitividade, promovendo sua incorporação em produtos, processos, serviços e formatos organizacionais em favor da melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente.

Vários órgãos tiveram papel preponderante no contexto da promoção, acesso e divulgação da produção técnico-científica. No contexto internacional, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), ainda no final da década de 1990, promoveram a defesa desse acesso aberto por meio de declarações, programas e financiamentos específicos para a implantação de ações (SILVA; ALCARÁ, 2009).

No Brasil, como exposto anteriormente, vários órgãos vêm realizando de

forma concreta iniciativas para a promoção da informação em ciência e tecnologia. Segundo Tarapanoff (1992), houve a criação do IBBD como órgão executor do CNPq. Em 1976, o órgão passou a ser denominado Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica (IBICT). Desde a sua criação, p IBICT vem desenvolvendo programas priorizando ações de difusão de informações em ciência e tecnologia. Segundo Tarapanoff (1992), entre as atribuições básicas do órgão, destacam-se promover informação científica e tecnológica para os pesquisadores, promover intercâmbio de informação e contribuir para o desenvolvimento no Brasil da documentação científica e tecnológica. A preocupação do órgão com a informação científica e tecnológica pode ser vista nos subprogramas desenvolvidos no triênio de 1987-1989, que foram desdobrados nos seguintes projetos:

1. apoio ao desenvolvimento de serviços especializados de informação em ciência e tecnologia;
2. difusão de informações em ciência e tecnologia;
3. registro da produção científica brasileira;
4. divulgação científica;
5. acesso a documentos primários;
6. acesso a bases de dados em ciência e tecnologia;
7. informação para apoio ao planejamento de ciência e tecnologia;
8. desenvolvimento de recursos humanos;
9. padronização e normalização;
10. desenvolvimento de métodos informatizados;
11. cooperação internacional.

Segundo Gomes (1988), a concretização do IBICT se efetivou durante um período em que a ciência começava a ser valorizada como elemento indispensável ao desenvolvimento econômico e à participação do Estado no setor científico e tecnológico.

Uma das iniciativas do órgão, juntamente com o CNPq, para promover a criação e o uso de serviços de informação na internet, bem como a divulgação da comunicação científica, foi a criação do Programa de Informação e Comunicação para Ciência e Tecnologia (Prossiga), em 1995. O programa tem como missão contribuir para a implementação das diretrizes e prioridades ditadas pelo governo para a área de C&T, tendo como público alvo gestores, pesquisadores, docentes, técnicos e empresários do setor produtivo.

O objetivo geral do programa consiste em organizar e disseminar informações para a gestão de ciência, tecnologia e inovação. Entre os objetivos específicos estão:

- a) promover o uso de redes de informação em ambiente web;
- b) promover o uso da informação científica nacional disponibilizada em rede, por parte dos pesquisadores do país e do exterior, assim como por parte dos bolsistas brasileiros no exterior;
- c) criar um serviço de mercado de trabalho, divulgando permanentemente os doutores sem vínculo empregatício e as oportunidades de trabalho em C&T oferecidas pelo governo e pelo setor privado;
- d) propiciar aos pesquisadores no Brasil o acesso às fontes de informação utilizadas nos programas de pós-graduação do exterior;
- e) divulgar a ciência brasileira no exterior¹.

Mais recentemente, em 2005, alinhado às diretrizes do Governo Federal que visam consolidar políticas públicas para realização de ações concretas na área social, o IBICT criou o Programa de Inclusão Social. Passou, assim, a utilizar sua experiência em organizar, armazenar e disseminar informação para atender a outros segmentos da sociedade que não faziam parte do seu universo de usuários até então. Além disso, passou a atuar diretamente na elaboração de

metodologias para promover o desenvolvimento de habilidades necessárias ao acesso e ao uso correto de informações na internet, ao que se denomina “competência em informação” (*information literacy*), também chamado de “aprendizagem informacional” ou “aprendizagem em informação” (IBICT, 2012).²

O IBICT esboçou o seu primeiro Plano de Inclusão Social, no qual foram projetadas seis linhas de ação em apoio às áreas identificadas como prioritárias. São elas:

Ação 1 – aprendizagem Informacional;

Ação 2 – software livre;

Ação 3 – indicadores de impacto social;

Ação 4 – popularização da ciência e da tecnologia;

Ação 5 – acesso às tecnologias sociais;

Ação 6 – corredor digital para a inclusão social.

A partir deste programa, o IBICT deu início, então, a uma série de estudos e projetos para a concretização desse pensamento: Aprendizagem Informacional e Digital, Mapa de Inclusão Digital (MID), Programa Corredores Digitais: Rural e Indígena, e Centro Nacional de Referência em Inclusão Digital (Cenrid).

Quanto ao movimento pelo acesso aberto à informação científica, um dos projetos pioneiros foi portal Scientific Electronic Library Online, o SciELO, em parceria com a Bireme e a Fundação de Amparo a Pesquisa de São Paulo (FAPESP), em associação com os editores de revistas científicas. Desenvolvido para responder às necessidades da comunicação científica nos países em desenvolvimento e particularmente na América Latina e Caribe, o projeto busca

¹ Informações disponíveis no site <<http://prossiga.IBICT.br/html/historico.html>>.

² Informações retiradas do site <<http://www.IBICT.br/inclusao-social-e-popularizacao-da-ciencia/aprendizagem-Infomacional/historico/impressao>>.

explorar novas formas de comunicação eletrônica e melhorar a visibilidade da produção científica brasileira (ORTELLADO, 2008).

Desde 2004, o IBICT vem trabalhando na sensibilização da comunidade científica quanto à importância do acesso livre ao conhecimento científico. Em 2005, Hélio Kuramoto e Sely Costa, do IBICT, propuseram um manifesto em favor do acesso livre. O lançamento do manifesto foi o primeiro desdobramento político, no Brasil, de um movimento internacional amplo de apoio ao livre acesso à informação científica (MARCONDES; SAYÃO, 2009), focando especialmente a comunidade científica, os pesquisadores (autores), as instituições acadêmicas, as agências de fomento e as editoras.

O Manifesto Brasileiro de apoio ao Acesso Livre à Informação Científica (IBICT, 2005) ressaltou que as instituições deveriam se comprometer em: a) criar repositórios institucionais e temáticos, observando o paradigma do acesso livre; b) requerer que seus pesquisadores depositem uma cópia de todos os seus trabalhos publicados em pelo menos um repositório de acesso livre; c) encorajar seus pesquisadores a publicar seus resultados de pesquisa em periódicos de acesso livre; d) reconhecer a publicação em ambiente de acesso livre para efeito de avaliação e progressão acadêmica e e) ter disponíveis, em ambiente de acesso livre, os periódicos editados pela instituição ou seus órgãos subordinados.

O manifesto ainda destacava que os pesquisadores deveriam depositar, obrigatoriamente, em um repositório de acesso livre, as publicações que envolvam resultados de pesquisas financiadas com recursos públicos. As iniciativas relacionadas ao acesso livre promovem maior visibilidade das pesquisas, intensificação do uso e impacto destas, intercâmbio entre os pesquisadores brasileiros e seus pares internacionais, governança no investimento em ciência, bem como transparência desses investimentos (KURAMOTO, 2010a).

Nesse contexto, as instituições públicas estão buscando criar seus repositórios para, além de promover o acesso, o armazenamento e a divulgação das informações produzidas em seu âmbito institucional, também transparência aos investimentos feitos em pesquisa. Estes investimentos são feitos com base em uma expectativa de que os resultados da investigação serão amplamente disponíveis para uso no avanço da pesquisa, ensino e na promoção do bem público.

Além disso, por intermédio do uso de padrões, como a Iniciativa dos Arquivos Abertos - *Open Archives Initiative* (OAI-PMH) e o Dublin Core, o IBICT teve condições técnicas para propor, em 2005, o desenvolvimento de um novo projeto, que foi submetido à FINEP. Esse projeto denominou-se Portal de Publicação Seriada de Acesso Livre (PCAL). Os propósitos principais desse projeto, de acordo com Kuramoto (2010a, p. 64),

são o de registrar e disseminar a produção científica brasileira, tendo como objetivo principal o desenvolvimento de um portal que integrasse o conteúdo das publicações seriadas eletrônicas, assim como os conteúdos dos RI brasileiros.

Outra iniciativa do órgão foi a criação da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), por meio da Portaria nº 013, de 15 de fevereiro de 2006, da CAPES (BRASIL, 2006), que instituiu a obrigatoriedade da divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de pós-graduação, doutorado e mestrado, reconhecidos. Esta iniciativa foi desenvolvida em parceria com a FINEP. Ainda como fruto dessa parceria, neste mesmo ano foi desenvolvido o Portal Brasileiro de Acesso Aberto à Informação Científica – Oasis.Br, cujo objetivo consiste em facilitar o acesso à informação em ciência e tecnologia.

Atualmente, devido às facilidades promovidas pelo uso das TICs e a promoção do acesso livre, alguns países estão implementando políticas de

informação científica, com o propósito de estimular a divulgação de pesquisas que tenham sido financiadas com recursos públicos. Assim, em 2007, o IBICT também articulou, com o Deputado Rodrigo Rollemberg, a submissão de um projeto de lei com o propósito de reforçar e dar respaldo às iniciativas de acesso livre no Brasil. O projeto PLS 387/2011 encontra-se em tramitação no Senado e determina as ações de adoção da política e dos repositórios institucionais, e que se tornarão obrigatórias na medida em que esse projeto de lei for aprovado. O Art. 1º. § 4º deste projeto define que *toda a produção científica resultado de pesquisas que receberam apoio financeiro³ proveniente do governo federal, estadual e municipal, deverão disponibilizar suas pesquisas a toda sociedade.*

Assim, aderente a este projeto, em 2008, o IBICT, em parceria com a FINEP, lançou um edital para distribuir, para as universidades e as instituições de pesquisa públicas brasileiras, kits tecnológicos com o objetivo de viabilizar a implantação de repositórios institucionais. Este edital de 2008 foi um projeto piloto e as primeiras instituições a receberem o kit foram a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade Federal de Brasília (UnB). O kit é composto por um servidor pré-formatado e configurado com o sistema operacional baseado na plataforma Unix/Linux, com os softwares Apache, MySQL, PHP, Dspace e SEER.

Em 2009, o órgão fez algumas alterações no edital, abrindo-o a outras instituições. Os resultados alcançados desde o lançamento do edital de chamada FINEP/PCAL/XBDB, em 2008, até 2012 foi a distribuição de 80 kits tecnológicos⁴.

³ Apoio financeiro: financiamento, pagamento de salários, uso de instalações e outras formas de apoio fornecidas por instituições públicas.

⁴ Informação encaminhada por e-mail pelo IBICT.

De acordo com o ranking OpenDoar⁵ (Directory of Open Access Repositories, 2013), atualmente, o número de repositórios no mundo é de 2.344. O Brasil ocupa a 9ª posição no ranking em relação a outros países.

Apesar do crescimento do número de repositórios brasileiros, percebe-se que a falta de visibilidade dos resultados das pesquisas brasileiras ainda é uma questão não resolvida. As ações promovidas por órgãos como IBICT e FINEP, juntamente com as universidades e os institutos de pesquisas, podem mudar este cenário, garantindo o acesso e a visibilidade da produção científica brasileira.

No próximo tópico contextualiza-se a importância da formulação e da implementação de políticas institucionais de informação com a finalidade de garantir o depósito das publicações científicas em repositórios institucionais. Destacam-se as iniciativas das instituições brasileiras pioneiras quanto à implementação dessas políticas.

2.4. Política Institucional de Informação

Como destacado anteriormente, por não haver ainda uma Política Nacional de Informação Científica abrangente instituída no país, vários órgãos de fomento estão desenvolvendo programas para tentar amenizar esse fato. O que é proposto por alguns autores é que as instituições criem suas políticas institucionais para promover o acesso à informação científica. No entanto, a implantação de políticas de informação no contexto das universidades e institutos de pesquisa, visando garantir o acesso e a disseminação da produção científica dessas instituições, ainda é um desafio, pois existem poucas políticas instituídas no Brasil.

Quanto à implantação de repositórios, o IBICT determina que se

⁵ Disponível em: <<http://www.opendoar.org/find.php?format=charts>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

estabeleçam as diretrizes para a implantação do repositório por meio da Política Institucional de Informação (PII). Esta política deve conter os objetivos, as diretrizes, as práticas e as intenções organizacionais que servem para fortalecer as decisões locais (TOMAE; SILVA, 2007). Essas políticas irão assegurar a realização do projeto, auxiliando na tomada de decisões e na definição de rotinas e responsabilidades que venham garantir o funcionamento do repositório institucional.

Essa política, conforme salientam Leite et al. (2012), deve abordar os objetivos do repositório, contribuir para a definição do serviço, determinar a formação da equipe responsável pela implantação e manutenção e estabelecer o prazo definido para o depósito no repositório, o tipo de material que será depositado, como também aqueles que não farão parte desse sistema de informação e demais aspectos que as instituições considerem que possam vir a contribuir/garantir o funcionamento de seus repositórios. Esses requisitos serão discutidos nos resultados.

Dentre as questões cruciais na implantação de um repositório institucional, Kuramoto (2009b) destaca a importância do estabelecimento de políticas que garantam o autodepósito, por parte dos pesquisadores da instituição. Buscando auxiliar as instituições na formulação e na implementação dessa política, o IBICT propôs um modelo de política⁶. Ainda de acordo com o autor, o modelo está em conformidade com a proposta de Harnad (2006a) de depósito imediato e acesso opcional (ID/OA), além de não obrigar o depósito de documentos que estão sob contrato de direitos autorais restritivos que impeçam a sua livre divulgação ou que contenham informações passíveis de serem patenteadas, respeitando, assim, a legislação de direitos autorais. Esse modelo recomenda que, antes da fase de implantação do repositório institucional, seja

⁶ O modelo de política é citado por Kuramoto (2009, p.213-214). Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf>.

realizada a definição da política que vai assegurar as ações e as decisões que irão nortear a implantação e o desenvolvimento do repositório. Dessa forma, ele deverá ser adaptado de acordo com a realidade da instituição, como, por exemplo, definir os tipos de documentos que serão depositados, quem poderá depositar, as políticas do repositório, etc.

Rodrigues (2009) sugere um plano de implementação para estabelecer uma política institucional de acesso aberto. Segundo ele, essa atividade não é um processo muito complexo e pode ser realizado num espaço de tempo relativamente curto (num período de cerca de seis meses). Este plano inclui exemplos de ações que podem ser executadas e uma duração estimada para cada fase.

Quadro 1 Plano de implementação da Política Institucional de Informação.

	Fase	Exemplos de ações	Duração estimada
1	Análise e planejamento	Levantamento e estudo das políticas de outras instituições Identificação dos recursos (técnicos, humanos) necessários à implementação, acompanhamento e monitorização Elaboração do plano de implementação	1 mês
2	Definição e aprovação	Redação da proposta Apresentação da proposta e consulta junto de órgãos ou individualidades da instituição Aprovação e formalização da política	1 a 2 meses
3	Divulgação e sensibilização	Assinatura simbólica da Declaração de Berlim Divulgação da política pelos canais institucionais e pelos meios de comunicação e informação internos (despacho institucional, mailing lists, website, newsletter, etc.) Realização de sessão pública de apresentação Realização de sessões de divulgação específicas e/ou apresentação da política nas reuniões regulares aos vários níveis da instituição Execução de <i>press release</i> para divulgação externa Registo da política no <i>Registry of Open Access Repository Material Archiving Policies</i> (ROARMAP)	1 a 3 meses

Quadro 1 “conclusão”

4	Implementação e entrada em vigor	<p>Disponibilização do repositório institucional para depósito das publicações</p> <p>Disponibilização de informação (resposta a perguntas frequentes) e/ou de serviços de apoio (apoio ao depósito, esclarecimento sobre direitos de autor, etc.) para os membros da instituição</p> <p>Realização de ações de formação ou sensibilização sobre o autoarquivo</p> <p>Manter e desenvolver as informações e os serviços de apoio aos autores da instituição e aos utentes do repositório</p> <p>Fornecer estatísticas de utilização (acessos, downloads, etc.) aos autores e às lideranças institucionais</p>	1 a 2 meses
5	Acompanhamento, apoio e monitorização	<p>Monitorizar o cumprimento da política (taxa/percentagem de documentos depositados, face aos produzidos) e fornecer informação regular a diversos níveis organizacionais (autores individuais, departamentos da organização, gestão de topo)</p> <p>Levantamento da produção científica anual efetiva e produção de listagens de publicações não depositadas para envio a autores e/ou unidades orgânicas.</p> <p>Incentivar a produção das listagens anuais “oficiais” das publicações científicas das unidades orgânicas a partir do repositório institucional.</p>	Contínuo

Fonte: Rodrigues (2009, p. 14-15).

De acordo com Xia et al. (2012), devido à falta de motivação suficiente para o autoarquivamento em repositórios institucionais, criou-se a necessidade de uma política de mandato, ou seja, de depósito obrigatório. Este requisito vem sendo aplicado no mundo todo, sendo viabilizado como fator de sucesso dos RIs. O autor ainda ressalta que implementar uma política de mandato representa um passo fundamental para a conscientização e a participação em acesso aberto e construção de um repositório considerável. Segundo ele, o mandato mais antigo de arquivos abertos foi uma política baseada em programa criado e empregado pela Southampton's School of Electronics and Computer Science (ECS), em janeiro de 2003. Para Rodrigues (2009), as instituições que obtêm melhores resultados e conseguem reunir e disponibilizar sua produção por meio de repositórios são as que têm políticas de depósito ou autoarquivo obrigatório. A taxa em torno de 10% pode subir até os 30% ou 40% com ações de promoção e sensibilização.

As Políticas de Acesso da União Europeia, segundo o Open Access Infrastructure Research for Europe (OPENAIRE, 2012), fizeram com que os governos tivessem um interesse em acesso aberto a partir de um desejo de garantir que a investigação tenha a maior audiência possível, bem como de um reconhecimento do desperdício de recursos públicos, que resulta do antigo sistema em que os contribuintes pagam uma vez para a pesquisa e uma segunda vez para o acesso aos seus resultados. Ainda cita, como exemplo, que o National Institutes of Health (NIH), o maior financiador de pesquisas médicas nos EUA, implementou uma política para exigir que os beneficiários de seus financiamentos façam o autoarquivamento de seus artigos no prazo de doze meses após a publicação em um jornal revisado pelos pares. Esta política, aprovada pelo Congresso dos EUA e promulgada pelo Presidente, entrou em vigor em abril de 2008. O mandato de Acesso Aberto no NIH foi tornado permanente por um projeto de lei aprovado pelas duas casas do Congresso,

assinada pelo presidente Obama. Ainda em relatório divulgado pela Comissão da União Europeia (EU, 2012), sobre dados abertos e circulação de conhecimento, a informação já paga pelo erário público não deve ser paga novamente cada vez que é acessada ou utilizada. Pois, como declara Ortellado (2008), embora a maioria das editoras de periódicos científicos sejam privadas, elas recebem subsídios públicos em, pelo menos, três pontos da cadeia produtiva. São eles:

- a) na elaboração do conteúdo dos artigos (com financiamento da pesquisa científica pelas universidades);
- b) no processo de revisão por pares (que não é remunerado pelas editoras, ficando também a cargo das universidades);
- c) na própria aquisição dos periódicos pelas bibliotecas universitárias.

Pinfield (2010) também aborda o assunto e cita que, no Reino Unido, todas as pesquisas financiadas pelo governo têm políticas de acesso aberto. Segundo ele, pesquisas financiadas pelo governo em outros países seguiram políticas semelhantes. Essas incluem agências na Austrália, França, Áustria, Bélgica, Canadá, Alemanha, Irlanda, Itália, Espanha e Suíça.

Por meio do Registry of Open Access Repositories Mandatory Archiving Policies (ROARMAP)⁷, é possível consultar dados de universidade e, institutos de pesquisas no mundo que têm políticas de informação. É possível verificar a existência de seis tipos de mandatos diferentes: mandatos institucionais (156), mandatos subinstitucionais (34), mandatos multi-institucionais (3), mandatos financiadores (53) e mandatos de teses (93), num total de 373 mandatos no mundo todo.

Segundo Kuramoto (2011), existia um total de 348 mandatos, que incluem quatro mandatos internacionais estabelecidos por instituições internacionais. Por meio de um gráfico, o autor mostrou a distribuição de

⁷ Disponível em <<http://roarmap.eprints.org/>>. Acesso em 28 set. 2012.

iniciativas de acesso livre no globo terrestre. A África contribui com 1% dos mandatos; a América do Norte, com 24% dos mandatos; a América do Sul, com 2% dos mandatos; a Ásia, com 6% dos mandatos; a Europa, com 57% dos mandatos e a Oceania, com 9% dos mandatos. Na América do Norte, constam apenas os mandatos registrados por instituições dos Estados Unidos da América e do Canadá. No caso da América do Sul, a Colômbia contribui com quatro mandatos; já Bolívia, Brasil, Peru e Venezuela contribuem apenas com um mandato cada. Contudo, no caso do Brasil, é um mandato fictício, pois ainda está tramitando no senado federal. As principais universidades e centros de pesquisa mundiais já têm seus mandatos de depósito, algumas com bastante tempo, como é o caso da University of Southampton (desde 2003), e outras com iniciativas recentes, como o Massachusetts Institute of Technology (MIT) (desde 2009).

Quanto às políticas institucionais de informação no Brasil, em pesquisa realizada por Boso (2011) e por meio de pesquisa realizada no ROARMAP, foram identificadas as seguintes instituições federais que têm essa política: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Rio Grande (FURG) Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e Universidade Tecnológica Federal do Paraná, (UTFPR). Além das federais, foram identificadas outras instituições que mantêm políticas institucionais, como a Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP), a Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), a Universidade de São Paulo (USP) e a Fundação Santo André (FSA). Estas instituições, com os respectivos endereços das suas políticas, podem ser consultados no Quadro 2.

Quadro 2 Política institucional de informação das instituições de ensino superior no Brasil.

Instituição	Tipo de Documento	De quando	De quem	Endereço eletrônico
FURG	Resolução nº 005	16 de abril de 2010	Conselho Universitário	http://repositorio.furg.br:8080/jspui/about/politica.jsp
UFRGS	Portaria nº 5068	13 de outubro de 2010	Gabinete do Reitor	http://www.lume.ufrgs.br/arquivos_download/Portaria-5068.pdf
UTFPR	[regulamento]	4 de dezembro de 2009	Comissão do Repositório Institucional	http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/sobre/politica_repositorio_1.pdf
UFBA	Portaria nº 024	7 de janeiro de 2010	Gabinete do Reitor	https://repositorio.ufba.br/ri/about/politica%20institucional.pdf
UFC	Resolução nº 02	29 de abril de 2011	Conselho Universitário	http://www.repositorio.ufc.br:8080/ri/sobre/Resolucao02_Consumi_2011.pdf
UFRN	Resolução nº 059	13 de abril de 2010	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão	http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/sobre/resolucao_59

Quadro 2 “conclusão”

				2010_consepe_riuf rn.pdf
UFGD	Resolução nº 54	1 de julho de 2010	Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura	http://www.ufgd.edu.br/prograd/repositorio-ufgd/politica-institucional-para-divulgacao-das-producoes-cientificas-e-tecnicas-da-ufgd
USCS	Não especificado	12 de maio de 2009	Gabinete do Reitor	http://blogrib.files.wordpress.com/2009/12/uscs_politica-institucional-de-informacao.pdf
USP	Resolução nº 6444,	22 de outubro de 2012	Gabinete do Reitor	http://www.usp.br/drh/novo/legislacao/doe2012/res-usp6444.html
FSA	Resolução nº 003	15 de março de 2010	Conselho Universitário	http://www.fsa.br/santoandre/upload/arquivo/003(1).pdf
ENSP	Portaria 026/2012	11 de setembro de 2012	Presidência	http://roarmap.epri.nts.org/700/1/portaria_acesso.pdf

Fonte: Adaptado de Boso (2011, p. 66).

Visando buscar experiências quanto ao planejamento, à formulação e à implementação de políticas institucionais de informação em âmbito organizacional, estas instituições serão foco de pesquisa deste trabalho e serão posteriormente contextualizadas na metodologia.

Segundo Kuramoto (2009b), nas instituições de ensino superior em que foram estabelecidos mandatos ou políticas, tornando obrigatórios o registro e o depósito das teses e dissertações, houve evolução e crescimento de suas respectivas bibliotecas. No entanto, nas instituições que não tiveram essa preocupação, as bibliotecas digitais continuam estagnadas. Dessa forma, segundo o autor, verifica-se a importância de se estabelecer uma política ou mandato obrigatório na instituição. Caso contrário, a iniciativa de registro desta produção corre sério risco de fracassos.

Kuramoto (2011) ressalta que o momento atual representa um dos melhores exemplos da necessidade de uma Política Nacional de Informação Científica, pois, se houvesse tal política, as instituições brasileiras teriam uma visibilidade maior no Ranking Web of Universities e, assim, estariam classificadas em posições de maior destaque no cenário mundial. O objetivo original do Ranking é promover a presença na Web das instituições acadêmicas, apoiando-as para aumentar significativamente a transferência de conhecimento científico e cultural gerada pelas universidades para toda a sociedade. O ranking tem quatro indicadores, que são presença (20%), impacto (50%), abertura (15%) e excelência (15%). O indicador de abertura leva em conta a criação de repositórios.

Ainda segundo o mesmo autor, esta política poderia disciplinar:

- 1) a construção de repositórios institucionais e centrais no país,
- 2) a elaboração de mecanismos de avaliação dos pesquisadores, baseada em indicadores gerados por repositórios institucionais;
- 3) a obrigatoriedade de depósito, por parte dos pesquisadores e professores, de

sua produção científica nos respectivos repositórios;

4) mecanismos de avaliação, controle e planejamento dos investimentos em pesquisas científicas a partir de indicadores gerados a partir desses repositórios;

5) o registro e o acompanhamento de repositórios em sítios de diretórios, como o Registry of Open Access Repositories (ROAR) e o Directory of Open Access Repositories (OpenDOAR);

6) a distribuição de recursos para pesquisas mediante o posicionamento das universidades brasileiras em rankings;

7) a obrigatoriedade de os repositórios brasileiros serem indexados em mecanismos de busca, como Google SE, Yahoo Se e o Google Scholar, entre outros⁸.

É relevante destacar que, apesar das vantagens apresentadas anteriormente quanto à implementação de políticas de informação de depósito obrigatório, no Brasil, apenas a ENSP formulou sua política neste formato. Nas outras instituições citadas, o depósito ainda é voluntário. Ainda existe muita resistência por parte da comunidade acadêmica quanto ao depósito e isso gera impactos negativos na visibilidade da produção científica brasileira. Para melhorar o acesso à informação científica, percebe-se que são necessárias a cooperação e uma ação conjunta entre organismos de financiamento de pesquisa, pesquisadores, editores científicos, universidades e suas bibliotecas, buscando impulsionar a produtividade e o crescimento por meio do progresso científico. Atualmente, a implantação de repositórios institucionais aparece como ferramenta eficaz para alcançar este objetivo e será contextualizado no próximo tópico.

⁸ Informações disponíveis Blog do Kuramoto <<http://kuramoto.blog.br/2011/03/17/porque-o-pais-precisa-de-uma-politica-nacional-de-informacao-cientifica/>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

2.5 Repositório institucional

A ciência é composta por um conjunto de atores, denominado comunidade científica, que, segundo Costa (2006), inclui “os pesquisadores, os bibliotecários, os provedores de acesso à internet, os centros de computação, editores, agências de fomento, etc.”. Esta comunidade científica definiu que os periódicos científicos (ou revistas científicas) seriam o canal para a divulgação dos resultados de suas pesquisas. Assim, desde a sua criação, o periódico científico aparece como principal instrumento para a difusão da informação científica, tendo sido criado com o objetivo de acelerar o processo de disseminação e dar visibilidade aos resultados das pesquisas.

Contudo, a aparente estabilidade do sistema de comunicação científica mundial foi abalada quando estourou a chamada crise dos periódicos, em meados da década de 1980. O ponto principal da crise foi a impossibilidade de as bibliotecas universitárias e de pesquisas americanas continuarem a manter suas coleções de periódicos e a corresponder a uma crescente demanda de seus usuários (MUELLER, 2006). Esta crise foi consequência da excessiva elevação nos preços das assinaturas de periódicos científicos, o que dificultou o seu acesso por parte de pesquisadores de várias partes do globo terrestre. A crise dos periódicos durou algumas décadas, mas, com o uso das tecnologias, foram se desenvolvendo e se aprimorando novas formas de disponibilizar o conhecimento científico. Um dos grandes avanços tecnológicos na comunidade científica foi a criação dos periódicos científicos eletrônicos.

Em consequência das dificuldades encontradas pela comunidade científica mundial no acesso à informação científica, surgiram várias ações, buscando maximizar as formas de divulgação da comunicação científica. Dentre eles inserem-se os movimentos da “filosofia aberta”, como a Iniciativa dos Arquivos Abertos (Open Archives Initiative - OAI) e o Movimento de Acesso

Livre a Informação (Open Access Movement - OA). A filosofia aberta baseia-se nos conceitos de “[i] software aberto (ou livre), para o desenvolvimento de aplicações em computador; [ii] arquivos abertos, para a interoperabilidade em nível global; e [iii] acesso aberto – questão mais polêmica – para a disseminação ampla e irrestrita de resultados da pesquisa científica” (COSTA, 2006, p. 40). Os principais manifestos em favor do acesso livre foram a Declaração de Budapeste, a Declaração de Bethesda, a Declaração de Berlim, o Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica no Brasil e o projeto Creative Commons, entre outros.

Para iniciar a questão do acesso aberto, é importante que se defina e diferencie acesso aberto de acesso livre, pois, segundo Kuramoto (2006), existe uma confusão entre os termos. Segundo o autor, o termo em inglês é *open access*. Segundo ele, não existe um consenso em relação à tradução do termo, existindo uma corrente de especialistas que prefere a tradução acesso aberto e outra que prefere acesso livre. Segundo ele, o acesso livre à literatura científica refere-se à acessibilidade irrestrita a conteúdos disponíveis em formato digital. Isso quer dizer que não há barreiras, sendo a) livre de custos, b) livre da maioria das barreiras ao seu acesso, c) imediato e d) em linha.

O movimento em favor do acesso livre precipitou o estabelecimento de duas estratégias para tornar possível o acesso livre à informação científica: a da via Dourada e a da via Verde. A estratégia da via Dourada preconiza o surgimento de revistas científicas de acesso livre, assim como a conversão das revistas científicas comerciais em revistas científicas de acesso livre. A estratégia da via Verde preconiza a construção de repositórios institucionais nas universidades e instituições de pesquisa, assim como o estabelecimento de políticas segundo as quais os próprios autores fazem o autoarquivamento de sua produção científica nos repositórios, com apoio dos editores científicos (HARNAD, 2004).

As primeiras iniciativas de repositórios de acesso aberto ocorreram nos anos 1990. Em 1991, em Los Alamos, Novo México, EUA, surgiu o primeiro repositório digital de pré-prints – ArXiv.org –, desenvolvido no laboratório de física coordenado pelo físico Paul Ginsparg (MARCONDES; SAYÃO, 2009). O desenvolvimento de repositórios institucionais surgiu como uma nova estratégia que permitiu que as universidades assumissem o papel de editoras, modernizando os processos de publicação e divulgando a produção acadêmica em conteúdo digital. Em estudo sobre a análise do desenvolvimento histórico de revistas e artigos de acesso aberto, no período de 1993-2009, Laakso et al. (2011) apontam que, durante o ano de 2000 a 2009, houve um crescimento muito grande de artigos e revistas acesso aberto. Em 2000, estima-se que havia cerca de 19.500 artigos publicados, enquanto, no período de 2009, eram 191.850 artigos; no mesmo período, o número de revistas era de 740, passando para 4.769. Nos últimos anos, o número de revistas científicas de acesso aberto publicadas no Brasil teve um aumento significativo. Segundo dados do Directory of Open Access Journals (DOAJ, 2013), O Brasil é o segundo país com maior quantidade de revistas científicas em acesso aberto, com 804 e os Estados Unidos aparece em primeiro lugar, com 1270 revistas de acesso aberto⁹.

Ações importantes em todo mundo vêm sendo desenvolvidas, buscando a concretude do acesso livre à comunicação científica. Recentemente, a Comissão Europeia de Investigação e Inovação (2012) elaborou um documento, chamado Horizonte 2020, que é um instrumento financeiro de execução totalmente alinhado à Europa 2020, iniciativa emblemática que visa assegurar a competitividade global da Europa. Este documento também explica como serão implantadas as políticas de acesso aberto nos países da União Europeia (EU).

A estratégia Europa 2020 para uma economia inteligente, sustentável e

⁹ Disponível em: <<http://www.doaj.org/doaj?func=byCountry&uiLanguage=pt>>. Acesso em: 17 jan. 2013.

inclusivo salienta o papel central do conhecimento e da inovação na geração de crescimento. Determina também que os resultados da pesquisa, incluindo as publicações e as coleções de dados, precisam ser distribuídos de forma rápida e ampla, utilizando mídias digitais, pois isso acelera a descoberta científica, permite novas formas de dados intensivos de pesquisa e os resultados da investigação podem ser sistematicamente retomados por empresas europeias e da indústria.

Ainda segundo a Europa 2020, essa estratégia visa estimular o progresso científico e tecnológico, e a UE deveria rever as suas políticas e práticas na difusão de informações científicas e tomar as medidas necessárias para melhorar o acesso aos resultados de pesquisas científicas para aumentar os benefícios do investimento público na investigação.

Segundo a Comissão Europeia (2012, p. 3), o acesso mais amplo e completo a publicações científicas e dados deve contribuir, portanto, para

- a) acelerar a inovação (crescimento mais rápido);
- b) fomentar a colaboração e evitar a duplicação de esforço (maior eficiência);
- c) construir sobre resultados de pesquisas anteriores (melhoria da qualidade de resultados);
- d) envolver os cidadãos e da sociedade (maior transparência do processo científico).

Para Rodrigues et al. (2004, p. 1), a criação de RI visa dar resposta a duas questões estratégicas que as universidades enfrentam. São elas:

- a) contribuir para o aumento da visibilidade, estatuto, imagem e “valor” público da instituição, servindo como indicador tangível da qualidade dessa universidade e demonstrando a relevância científica, econômica e social das suas atividades de investigação e ensino;
- b) contribuir para a reforma do sistema de comunicação científica, expandindo o acesso aos resultados da investigação, reassumindo o controle acadêmico sobre a publicação científica, aumentando a competição e reduzindo o monopólio das

revistas científicas, o que se pode traduzir também em economias para as universidades e as bibliotecas que as servem.

De acordo com Crow (2002), o que distingue os repositórios institucionais de outros repositórios são suas peculiaridades. São elas: a) são institucionalmente definidos; b) científica ou academicamente orientados; c) reúnem a literatura científica; d) cumulativos e perpétuos; e) abertos e interoperáveis e f) não efêmeros (conteúdos digitais). Essas qualidades vêm contribuir a cada dia com o crescimento dos repositórios no mundo todo, buscando maior impacto das publicações e visibilidade da instituição. Além disso, Westell (2006) sugere que, para garantir o sucesso do RI, devem ser adotadas as seguintes medidas:

- a) mandato obrigatório;
- b) integração com o planejamento institucional;
- c) modelo de financiamento e sustentabilidade;
- d) relacionamento com centros e projetos de digitalização;
- e) interoperabilidade;
- f) mensurabilidade (taxas de depósito, uso, análise de citação).

Kim (2011, online) identificou seis fatores que trazem benefícios com a implantação de RI de acesso aberto. São eles: (1) acessibilidade, (2) publicidade, (3) confiabilidade, (4) recompensa acadêmica, (5) reconhecimento profissional e (6) altruísmo.

No entanto, como ressaltam Cullen e Chawner (2011), apesar dos argumentos apresentados quanto aos benefícios significativos com a implantação de RI, tanto para o pesquisador individual como para a instituição, as evidências sugerem que as comunidades acadêmicas ainda resistem e têm sido lentas para responder. Alguns argumentos identificados na literatura são apresentados por Kim (2011), quee identificou barreiras individuais que podem ter ligação com autoarquivo. São elas: (1) classificação na faculdade, (2) o número de

publicações, (3) habilidades técnicas e (4) idade. Segundo o autor, professores de carreira têm mais pressão sobre eles para publicar seu trabalho de pesquisa através de canais de prestígio e, portanto, o autoarquivo deixa de ser prioridade.

Número de publicações é outro problema que pode afetar as decisões dos autores, quanto ao autoarquivamento. Outra barreira é a idade, a qual é citada por outros autores como a barreira mais poderosa de autoarquivo (KIM, 2010; SEAMAN, 2011). Segundo esses autores, professores mais jovens tendem ao autoarquivamento de uma porcentagem maior de sua pesquisa, pois estão mais familiarizados com a divulgação de seu trabalho na internet e a busca por prestígio. Pesquisadores mais velhos não têm habilidades técnicas com as novas tecnologias e menos habilidade técnica significa mais tempo e esforço necessário. Estudo mais recente divulgado por Nicholas et al. (2012) sugere que os pesquisadores mais jovens estão levando o autoarquivo em RI mais a sério.

Como no estudo americano, o inquérito europeu também identificou a baixa participação do corpo docente no armazenamento de objetos em seus repositórios. Van Westrienen e Lynch (2005) identificaram várias razões para essa não participação. São elas:

- a) dificuldades para informá-lo e convencê-lo a participar;
- b) confusão e incertezas a respeito de questões sobre propriedade intelectual;
- c) crédito acadêmico e uso do material estocado (receio de plágio, por exemplo);
- d) a percepção de que os conteúdos de livre acesso sejam de baixa qualidade, e
- e) a falta de políticas obrigatórias para depósito.

Essas barreiras influenciam negativamente o sucesso dos repositórios e a solução encontrada é buscar apoio institucional, maior divulgação para buscar eliminar possíveis resistências. Outra forma de conter essas barreiras, que tem

sido amplamente utilizada em outros países e se tornado fator de sucesso dos repositórios, é a inclusão do depósito obrigatório, como foi exposto anteriormente.

Outro ponto positivo para a implantação e o depósito da produção científica em repositórios é um aumento do número de citações, pois “ciência se baseia no consenso dos cientistas, e os autores se destacam pela frequência com que são lidos e citados” (MUELLER, 2000, p. 26). O prestígio conquistado pelos periódicos e pelos cientistas é determinado por um sistema de avaliação baseado em indicadores, como a quantidade de publicações, os índices de citação e a visibilidade internacional. Apesar de existirem muitas críticas quanto à validade do índice de citações, alguns estudos foram realizados para determinar a sua validação. Lawrence (2001) cita que o número médio de citações para artigos offline é de 2,74, enquanto a média de citações de artigos online é de 7,03, um aumento de 336%. Estudos mais recentes, como o de Xia, Myers e Wilhoite (2011), confirmaram que o número de citações em arquivos abertos é maior do que em arquivos fechados. Estes autores analisaram 875 artigos de revistas de acesso aberto e fechado e concluíram que as citações em artigos de acesso fechado (3,28) foram menores do que a amostra para citações em arquivos abertos (5,41). Segundo eles, os resultados mostram que existe uma vantagem estatisticamente significativa em citações de arquivos abertos.

Dessa maneira, tornam-se fundamentais ações que priorizem a implantação de RI, buscando a concretização desse objetivo.

Subsequente ao planejamento do repositório institucional, é necessário determinar a sua implementação. Esta fase prevê as atividades que estão compreendidas entre a escolha do software que será utilizado, até a elaboração das políticas que regerão o funcionamento do repositório. Dessa forma, serão executadas as ações que permitirão a criação da infraestrutura do RI (LEITE, 2009).

2.5.1 Software

Quanto à escolha do software para criação de RI, Leite (2009) sugere que este esteja em consonância com o Movimento de Acesso à Informação Científica e com as necessidades de gerenciamento digital. Segundo o autor, deve-se levar em conta a presença de algumas funcionalidades, como

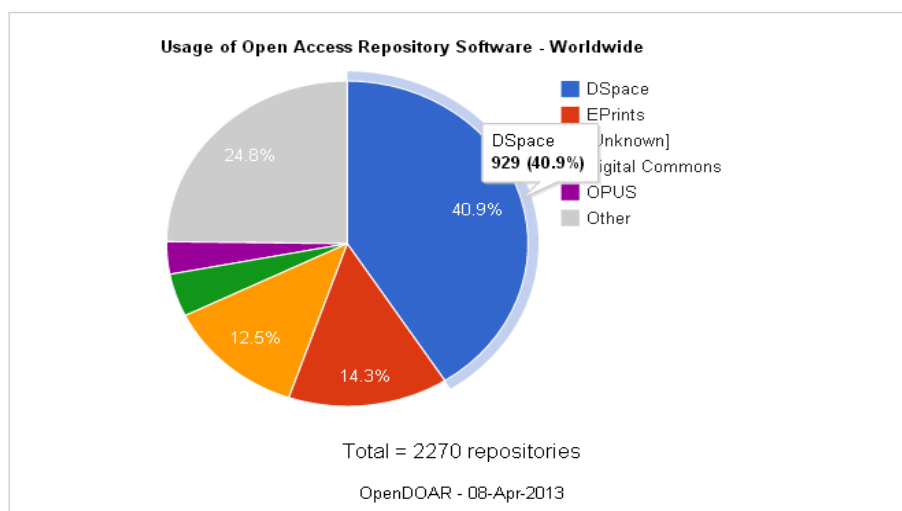
- a) interface de autoarquivamento: depósito de conteúdos por parte do autor ou responsável;
- b) módulo de estatísticas de uso, acessos e downloads;
- c) mecanismos de embargo (restrição) de documentos;
- d) interfaces para busca, navegação e recuperação de informação;
- e) armazenamento de texto completo de diferentes formatos;
- f) padrão de interoperabilidade; [...] (2009, p. 58-59).

O DSpace aparece na literatura como o software mais utilizado pelas instituições por oferecer a maioria dessas funcionalidades. É um software baseado na metodologia de arquivos abertos e padrões internacionais. Seu diferencial é ser estruturado em comunidades e coleções, e essa separação deixa clara a estrutura das unidades departamentais e dos conteúdos de cada unidade. Criado pelo Instituto Tecnológico de Massachussets (MIT), em conjunto com a Hewlett-Packard (HP), a finalidade era organizar, disseminar e preservar os documentos digitais produzidos no âmbito daquela instituição.

Atualmente, existem 2.270 repositórios no mundo todo cadastrados no OpenDoar; o Dspace aparece com 40,9% e, em segundo lugar, o EPrints, com 14,3%¹⁰.

Gráfico 1 Software utilizados no mundo

¹⁰ Dados retirados do site OpenDoar. Disponível em: <<http://www.andoar.org/>>. Acesso em: 8 abr. 2013.



Fonte: OpenDoar (2013).

O software Dspace tem o módulo básico para estatística, em que é possível levantar dados de visitas de utilização (acessos, downloads, etc.) No entanto, algumas instituições vêm aperfeiçoando este módulo, na busca de estatísticas mais específicas. Um dos exemplos é a Universidade do Minho, em Portugal, além da UnB e da UFRGS. Por essa razão, o IBICT direcionou esforços para a sua tradução (para o português do Brasil), oferecendo os pacotes e suporte técnico para a sua instalação e uso por meio do kit tecnológico a ser utilizado pelas instituições.

2.5.2 Políticas para repositórios

Segundo Strassmann (1994), para a elaboração da política de informação, não importa em que esfera, é importante a participação de todos envolvidos, pois, sem um consenso geral sobre os princípios e as diretrizes de quem faz o quê, quando e como, não se podem criar os fundamentos para a construção da autossuficiência informacional. É preciso entender alguns

elementos nesse processo, como interesses dos atores envolvidos e obstáculos técnicos e legais, para eliminar possíveis conflitos. A cultura institucional vai influenciar muito a aceitação dessa política e, para garantir bons resultados, ela deve estar alinhada com o planejamento do repositório e os objetivos da instituição, além de ser clara e objetiva.

Na literatura, as políticas para os repositórios são diferenciadas e devem ser adaptadas de acordo com a realidade de cada instituição. Os principais autores que tratam do tema são Leite (2009), Prestes (2010), Tomaél e Silva (2007) e Viana e Mardero Arellano (2006).

Segundo Leite (2009), as políticas de funcionamento do repositório institucional são fundamentais para o estabelecimento como serviço de informação e reconhecimento por parte da comunidade. Entende-se também que a política de funcionamento do repositório deve contribuir para

- integrar o repositório na estratégia e no ambiente de informação da instituição;
- apresentar uma visão clara dos principais atores envolvidos no contexto do repositório;
- satisfazer às necessidades da comunidade;
- atrair usuários;
- estabelecer responsabilidades, prerrogativas, direitos e deveres;
- povoar o repositório;
- torná-lo juridicamente viável;
- manter relações externas com as agências de fomento, editores e sociedades científicas;
- manter relações internas com administradores acadêmicos, pesquisadores e equipes de gestão da informação na instituição;
- preservação digital de longo prazo;
- gerenciar riscos;
- facilitar o trabalho da equipe gestora do repositório (LEITE, 2009, p. 71).

Neste trabalho, procuram-se abordar as políticas que são mais pertinentes e que irão guiar o trabalho dos atores envolvidos, que são as seguintes: a) política de conteúdo, b) política de submissão/depósito, c) política

de direitos autorais, d) política de acesso à informação, e) política de preservação digital, f) política de gerenciamento e g) política de marketing e/ou comunicação.

Essas políticas são parte de uma política mais ampla do repositório institucional, que irão auxiliar nas tomadas de decisões durante o seu planejamento, sua implementação e sua gestão, as quais são descritas a seguir.

Política de conteúdo

Na política de conteúdo deverão ser indicados os tipos de documentos que serão aceitos e armazenados no repositório. Além disso, é importante que se informem os formatos desses arquivos. Segundo alguns autores, o sucesso de um repositório está na qualidade e na quantidade de documentos depositados. Dessa forma, é vital que se analise e defina o conteúdo que será inserido nos repositórios.

Quanto à definição do conteúdo a ser inserido no RI, Leite (2009) sugere duas abordagens principais: a rígida e a flexível. A abordagem rígida prioriza conteúdos que já passaram pelo processo de avaliação pelos pares, especialmente artigos de periódicos, sejam eles pré-prints ou pós-prints. Dessa forma, garantem-se a credibilidade e a qualidade do conteúdo inserido. Contudo, a abordagem flexível contempla, além da literatura científica avaliada por pares, outros conteúdos de natureza acadêmico-científica produzidos por membros da instituição, tais como produtos da literatura cinzenta, conteúdo audiovisual, dados brutos de pesquisa, simulações, imagens e vídeos, relatórios de pesquisa e objetos de aprendizagem, entre outros. Segundo o autor, a decisão por uma ou outra abordagem deverá ser fundamentada nas necessidades da instituição e nos objetivos estabelecidos para o repositório. Contudo, recomenda que a instituição inicie o povoamento baseado na abordagem rígida e, gradativamente, a

flexibilize.

Política de submissão/depósito

A submissão de qualquer item no repositório consistirá da combinação do preenchimento de metadados e o carregamento do arquivo. O arquivamento pode ser realizado totalmente pelo autor ou pelo mediador, sem etapas de verificação ou submetido pelo autor ou mediador, sendo verificados os dados pelos gestores do repositório. Recomenda-se a segunda opção, visando o controle de qualidade dos metadados atribuídos.

Ainda no processo de submissão, há outros elementos que não devem ser esquecidos, como a aceitação da licença, a qual deve ser armazenada juntamente com o item. Além disso, é preciso verificar a necessidade de atribuir ou não embargo ao acesso ao conteúdo.

Depois da etapa de submissão, é necessária a avaliação dos gestores do RI, visando avaliar o conteúdo arquivado e fazer a revisão dos metadados para disponibilizá-lo para acesso público. É na política de autoarquivamento que será determinado por quem os arquivos serão arquivados, se pelo próprio autor ou por um mediador.

Definidas as etapas de submissão, é importante que se esclareçam os aspectos legais quanto ao depósito desses arquivos. As diretrizes quanto aos aspectos legais se tornam um grande desafio para os gestores na implantação de repositórios. Assim, para assegurar os direitos autorais, é necessário formalizar políticas de propriedade intelectual.

Política de direitos autorais

As licenças de conteúdo são acordos legais pelos quais o conteúdo pode

ser distribuído. Segundo Barton e Waters (2004), um repositório institucional pode ter duas licenças, que são:

- a) licença de depósito: um acordo entre o autor (os direitos de autor ou produtor) e a instituição, dando direito de distribuir e preservar o trabalho no repositório;
- b) licença distribuição: um acordo entre o autor (ou detentor dos direitos autorais) e os usuários finais, que rege o uso que pode ser feito do trabalho.

Dessa maneira, é necessário criar licenças não exclusivas para uso dos docentes e discentes que autorizem a biblioteca a gerenciar os arquivos no RI. Uma das soluções propostas para o acesso livre à informação científica foi estabelecida pelo Creative Commons (CC), que nasceu nos Estados Unidos, por iniciativa do Prof. Lawrence Lessig, tendo como sede a Universidade de Stanford. É um trabalho voluntário e tem mais de 100 filiais em todo o mundo. É uma organização sem fins lucrativos, um projeto de licenciamento baseado integralmente na legislação vigente sobre os direitos autorais. A CC permite que os criadores intelectuais possam gerenciar diretamente os seus direitos, autorizando a coletividade a fazer alguns usos sobre a sua criação e vedando outros. O uso da Licença Creative Commons tem como objetivo permitir uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados¹¹. No Brasil, o órgão responsável por esta licença é a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Para consultar a permissão de depósito de publicações científicas nos repositórios, existem alguns portais para consultas de periódicos brasileiros e estrangeiros. Para consulta de periódicos brasileiros, o portal utilizado é o Diadorim. Esses periódicos seguem a mesma política do sistema de classificação do Sherpa/Romeo, portal para consulta de revistas estrangeiras. Esse sistema é utilizado por todos os outros serviços, que difundem as políticas das editoras, no

¹¹ Maiores informações sobre a Licença Creative Commons podem ser consultadas no site. Disponível em: <<http://creativecommons.org/>>.

que tange ao acesso ao material publicado. Para acesso a revistas científicas espanholas, o portal é o Dulcinea. Essa classificação estabelece quatro categorias para os periódicos, baseadas na classificação Sherpa/Romeo. Na Figura 2 são identificadas as cores, de acordo com a permissão de depósito.



Coleção de periódicos que permitem o armazenamento, em repositórios institucionais, do texto completo das versões pré-print e pós-print de artigos



Coleção de periódicos que permitem o armazenamento, em repositórios institucionais, do texto completo das versões pós-print de artigos



Coleção de periódicos que permitem o armazenamento, em repositórios institucionais, do texto completo das versões pré-print de artigos.



Coleção de periódicos que não permitem o armazenamento, em repositórios institucionais, do texto completo de nem uma versão dos artigos.

Figura 2 Classificação por permissão de depósito
Fonte: Diadorim (2012).

Política de acesso à informação

Esta política diz respeito aos níveis e perfis de permissões de acesso aos itens depositados no RI, abrangendo questões como padronização dos metadados e as restrições de acesso à informação. O RI deverá ser integrado com sistemas nacionais e internacionais, observando o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo acesso aberto (*Open Archives*), por meio do Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting (OAI-PMH) terá mecanismos de exposição de metadados do arquivo, para facilitar a sua coleta por terceiros.

A definição mais comum para metadados é dados sobre dados. Segundo a National Information Standards Organization (NISO, 2004) apud Leite (2009) metadados são dados estruturados que descrevem, identificam, explicam, localizam e, portanto, facilitam a recuperação, o uso e a gestão de recursos de informação. Nas bibliotecas, são usados na catalogação de documentos, para fazer a descrição de um item, como autor, título, resumo, etc.

Para a gestão dos conteúdos, podem-se definir duas categorias principais de metadados, que são: a) descritivos: descrevem e identificam os recursos de informação para sua posterior busca e recuperação, assim como a localização quando se trata de um contexto web. Nesta categoria encontram-se o formato MARC e Dublin Core (DC) e b) estruturais: facilitam a navegação e a apresentação dos recursos eletrônicos, proporcionando informação sobre a estrutura interna dos mesmos, assim como a relação e união entre diferentes materiais que formam o objeto digital.

Dublin Core (DC) é um padrão internacional, sendo definido como um conjunto de elementos de metadados planejado para facilitar a descrição de recursos eletrônicos. Mas, a definição dos metadados a serem utilizados para cada documento a ser inserido no repositório fica a critério de cada instituição, mas, geralmente, isso é padronizado, visando garantir a interoperabilidade. O DC será o padrão adotado para os metadados do RIUFLA. Para cada documento são definidos os metadados específicos, visando à recuperação do documento eletrônico. O DC básico é constituído de 15 elementos, os quais estão discriminados no Quadro 3.

Quadro 3 Metadados Dublin Core

1. Title	1. Título
2. Creator	2. Autor
3. Subject	3. Assunto
4. Description	4. Descrição
5. Publisher	5. Editor
6. Contributors	6. Colaborador
7. Date	7. Data
8. Type	8. Tipo
9. Format	9. Formato
10. Identifier	10. Identificador
11. Source	11. Fonte
12. Language	12. Idioma
13. Relation	13. Relações
14. Coverage	14. Cobertura
15. Rights management	15. Direitos autorais

Outro suporte visando permitir a interoperabilidade com outros sistemas, o DSpace implementa o protocolo Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting (OAI-PMH), que permite expor e disponibilizar metadados pela internet.

Senso e Rosa Piñeros (2003) destacam a importância do uso de metadados para: aumentar as possibilidades de acesso a documentos; maior disseminação na rede; expandir o uso da informação, facilitando a difusão de versões digitais em um único objeto; controle de versões, gerando diferentes metadados com diferentes quantidades de informações sobre o mesmo objeto, a fim de distribuí-lo a um público heterogêneo e, ainda, permitir restrições sobre

direitos autorais, controle de uso e acesso a informações restritas.

Política de preservação digital

Viana e Márdero Arellano (2006) orientam sobre a previsão de uma política de preservação digital, definindo os tipos de documentos que serão preservados, dos requisitos tecnológicos mais apropriados.

Atualmente, parte significativa da produção intelectual se encontra armazenada em formatos digitais. Os repositórios visam preservar e tornar os conteúdos digitais e acessíveis por um longo prazo. Dessa forma, medidas de preservação digital vêm garantir que o objeto digital esteja acessível ao longo do tempo. O uso de formatos digitais tem inúmeras vantagens, mas, de acordo com Ferreira (2006), o material digital carrega um problema estrutural, que coloca em risco sua longevidade, pois existe uma dependência tecnológica que o torna vulnerável à rápida obsolescência a que a tecnologia está sujeita.

Neste contexto digital, torna-se oportuna a implementação de técnicas e de políticas que vão garantir a longevidade e a acessibilidade dessa informação. Os principais níveis de preservação digital são:

- 1) preservação dos bits: para garantir que o arquivo continue exatamente o mesmo com o passar do tempo, sem nenhuma modificação, enquanto a mídia física evolui ao seu redor;
- 2) preservação funcional: o arquivo muda com o passar do tempo, mas, apesar disso, o material continua a ser usável da mesma forma em que era originalmente, enquanto os formatos digitais (e a mídia física) evoluem com o passar do tempo;
- 3) URL persistentes (Handles). O Handle fornece serviços de resolução eficiente, extensível e seguro para os identificadores únicos e persistentes de objetos digitais, e é um componente do CNRI de Arquitetura Objeto Digital.

Uma das características dos repositórios digitais é garantir acesso perpétuo aos documentos depositados. Assim, o identificador persistente irá assegurar, por intermédio de links sempre acionáveis, o acesso a recursos que tenham sido movidos (TOMAÉL; SILVA, 2007). Além do Handle System, na literatura são apresentados outros identificadores para preservação, como Uniform Resource Name (URN), Persistent URL (PURL) e Digital Object Identifiers (DOI).

Política de gerenciamento

Para a implantação do repositório, é importante que seja constituída uma equipe multidisciplinar, constituída por bibliotecários e analistas de sistemas, prevendo as competências e as responsabilidades de cada envolvido.

As bibliotecas representam o órgão dentro das universidades mais bem capacitado para gerenciar os repositórios, devido ao conhecimento especializado dos bibliotecários. Um estudo sobre a visibilidade de RI na Ásia (ABRIZAH; NOORHIDAWATI; KIRAN, 2010) salienta que as bibliotecas foram percebidas como locais apropriados para a construção de RIs e que os bibliotecários estão em uma posição ideal para atuar como agentes de mudança na promoção e na visibilidade do RI da própria universidade, como fontes potencialmente importantes de informações para seus clientes em todo o mundo.

Segundo Leite (2009), os principais atores do repositório são:

- o gestor do repositório: quem gere o ‘lado humano do repositório’, incluindo políticas de conteúdos, divulgação e convencimento, treinamento de usuários, relacionamento com os departamentos da instituição, contatos externos e internos;
- administrador do sistema: quem gere a implementação, a customização e a administração técnica do software do repositório

adotado, inclusive a gestão dos campos de metadados e sua qualidade, criação de relatórios de uso e questões técnicas de preservação digital.

Política de marketing e/ou comunicação

A elaboração de uma política de marketing visando à promoção dos repositórios é apoiada por vários autores. Viana e Mardero Arellano (2006) recomendam a elaboração desta política para esclarecer dúvidas e contornar dificuldades relacionadas aos direitos autorais, às barreiras tecnológicas. Barton e Waters (2004) destacam a importância de se divulgar o repositório institucional e seus serviços na instituição e ressaltar seus benefícios. Os benefícios advindos da implantação e do uso dos repositórios deverão ser divulgados por meio de estratégias de comunicação em diferentes segmentos de públicos, como pesquisadores, administradores acadêmicos, bibliotecários, comunidade acadêmica e a sociedade em geral. Esta estratégia, segundo as autoras, deve ser implantada por meio de duas abordagens: de cima para baixo e de baixo para cima.

Estabelecer políticas para o gerenciamento de repositórios se torna essencial e elas devem ser claras e objetivas para que os resultados e as ações estabelecidas sejam alcançados.

3 METODOLOGIA

Neste tópico são elencados os procedimentos metodológicos para realizar a pesquisa. Descrevem-se o tipo de pesquisa, o método a ser utilizado, o tipo de coleta e a análise dos dados.

3.1 Tipo de pesquisa

De acordo com Gil (2002), as pesquisas podem ser classificadas como descritiva, exploratória e explicativa. Este trabalho se enquadra na categoria de pesquisa descritiva, visto que “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2002, p. 42). Nessa mesma perspectiva, Malhotra (2006) destaca que a pesquisa descritiva tem como principal objetivo a descrição de algo, normalmente características do objeto de estudo ou relacionamentos entre os fenômenos.

Dessa forma, por meio de relatos da experiência da pesquisadora na implantação do projeto, busca-se, neste trabalho, descrever o processo de formulação da política do RIUFLA e a implementação a partir de um projeto piloto. Além disso, também se pretende recomendar o ajuste de ações que visam à implementação do RIUFLA, a partir das vivências do projeto piloto e de experiências de outras universidades que já implementaram essa política.

3.2 Método de pesquisa

Quanto ao método de pesquisa, este consiste em um estudo de caso que, segundo Yin (2010), é utilizado para descrever uma situação dentro do seu contexto. Ainda segundo o mesmo autor, “o estudo de caso é a pesquisa

preferida quando predominam questões dos tipos “como?” e “por quê?”, ou quando o pesquisador detém pouco controle sobre os eventos e, ainda, quando o foco se concentra em fenômenos da vida real” (YIN, 2010, p. 22).

Para Stake (1994), o estudo de caso compreende a escolha de um determinado objeto a ser estudado, que pode ser uma pessoa, um programa, uma instituição, uma empresa ou um determinado grupo de pessoas que compartilham o mesmo ambiente e a mesma experiência. Tem sido escolhido por pesquisadores especialmente interessados no *insight*, na descoberta, na interpretação, mais do que na verificação de hipóteses. Hartley (1995) destaca que o estudo de caso tem permitido rastrear processos de mudança, identificando e analisando as forças históricas, as pressões contextuais e a dinâmica dos vários grupos de *stakeholders* na aceitação ou na oposição a tais processos, em uma ou mais organizações, ou em grupos específicos no seu interior.

Vale destacar que, neste trabalho, optou-se pelo método de estudo de caso por este se aplicar aos objetivos da pesquisa e a natureza do presente estudo, pois objetiva-se descrever uma política que está sendo implementada em uma instituição federal de ensino superior, a UFLA.

3.3 Coleta de dados

Para a coleta de dados, foram utilizados a observação participante, três entrevistas semiestruturadas e o questionário misto.

A observação participante foi utilizada, visto que a pesquisadora participa do processo de planejamento e implementação da Política Institucional de Informação e do Repositório Institucional da UFLA. Além da observação participante, realizaram-se três entrevistas semiestruturadas, que foram gravadas, com alguns dos atores da UFLA envolvidos com a PII e com o RIUFLA. Os entrevistados foram selecionados pelo método não probabilístico de amostragem

por julgamento, em que as pessoas são escolhidas por preencherem certos critérios e pela relevância de suas informações. A princípio foram selecionados quatro atores que estão diretamente envolvidos com o projeto de implantação do RI na UFLA. Foi convidado o reitor, por ser o representante da gestão da Universidade como um todo e, além disso, é pesquisador/docente; o chefe do Departamento de Administração e Economia (DAE), por ser o departamento escolhido para o projeto piloto e está próximo dos pesquisadores/docentes que terão que se envolver com o RI e o diretor da biblioteca universitária (BU), por ser o órgão responsável pela gestão e gerenciamento do RI. Estes três atores são, ainda, membros do Conselho Universitário (CUNI) da UFLA, que apreciou e aprovação a implantação da PII. Além destes, foi convidado o procurador da UFLA, responsável pela análise jurídica da PII, mas este não aceitou participar da pesquisa. Dessa forma, as entrevistas foram realizadas apenas com os três participantes citados. Ressalta-se que as entrevistas foram gravadas, com a permissão dos entrevistados e duraram em torno de 15 a 20 minutos. O roteiro da entrevista foi composto por 10 questões e encontra-se em anexo (ANEXO A).

Além das entrevistas, como instrumento de coleta, foi utilizado o questionário misto (ANEXO B), composto por questões abertas e fechadas, o qual foi enviado por e-mail e aplicado, por meio do Google Docs, aos responsáveis pelo repositório institucional de onze instituições de ensino superior.

Para selecionar as instituições que têm experiência com a formulação de políticas institucionais de informação e com a implantação de repositórios institucionais, incorporaram-se as instituições selecionados por Boso (2011)¹²,

¹² Os dados da população e da amostra foram coletados por Boso (2011) da seguinte forma: a) Realizaram-se pesquisas nos mecanismos de buscas dos sites das IFES e nos sites de suas bibliotecas. Os termos pesquisados foram repositório(s) e política(s) de repositório(s). Naqueles mecanismos de busca que permitiam apenas vinte (20) caracteres, buscaram-se repositório(s) e política repositório; b) nas IFES que

cujo o objetivo do trabalho era identificar e analisar as instituições federais de ensino superior (IFES) que mantinham repositórios institucionais e políticas de informação instituídas e disponibilizadas aos usuários. Com base no trabalho dessa autora, foi possível selecionar sete instituições federais de ensino superior: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

Como já se passaram aproximadamente dois anos da realização do trabalho por Boso (2011), foi feita também uma busca no ROARMAP, diretório que reúne todas as políticas dos repositórios institucionais de acesso aberto no mundo. Das instituições citadas no ROARMAP que não contempladas no trabalho do Boso (2011), destacam-se a Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) e a Universidade de São Paulo (USP). Outra fonte de pesquisa para a seleção das instituições foi o blog de Kuramoto¹³, cujo autor representa um dos principais incentivadores do acesso livre no Brasil e com várias publicações sobre o tema. Por meio das informações desse blog, incorporaram-se mais duas instituições, a Fundação Santo André (FSA) e a Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS).

Para a elaboração do questionário, procurou-se fundamentar-se nas variáveis teóricas descritas na concepção de Leite (2009) para o planejamento e a implementação do repositório. Essas variáveis preveem as atividades que estão compreendidas entre a escolha do software que será utilizado até a elaboração

apresentavam repositórios, fizeram-se buscas também pelo termo política(s) de repositório(s) no próprio repositório; c) nos que apresentavam resultados de buscas, analisavam-se os vinte (20) primeiros resultados; d) nos repositórios que continham políticas, foram feitos downloads dessas políticas para análise.

¹³ Disponível em: <<http://kuramoto.blog.br/>>.

das políticas que regerão o funcionamento do repositório (política de conteúdo, política de submissão/depósito, política de direitos autorais, política de acesso à informação, política de preservação digital, política de gerenciamento e política de divulgação).

3.4 Tratamento e análise dos dados

A pesquisa compreende entrevistas semiestruturadas, questionário misto e dados provenientes das observações da pesquisadora. Com relação ao tratamento dos dados provenientes da transcrição da entrevista, das questões semiestruturadas do questionário e das observações da pesquisadora, foi utilizada análise de conteúdo que, de acordo com Vergara (2006), é considerada uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema. Segundo Minayo, Deslandes e Gomes (2008), uma das funções dessa técnica é descobrir o que está por trás do conteúdo dos documentos e as percepções de atores entrevistados.

De acordo com Vieira e Zouain (2005), a análise de conteúdo implica certas etapas que, embora sejam apresentadas com algumas variações pelos autores, já alcançaram suficiente similaridade para poder guiar o processo de pesquisa de um investigador. Neste trabalho, abordam-se as seguintes etapas apresentadas por Vieira e Zouain (2005):

- a) pré-análise – é a etapa em que simplesmente se organiza o material. Nesse momento, se procedem à leitura flutuante, que seria uma leitura geral do material; à escolha dos documentos; à formulação das hipóteses e dos objetivos; à referenciação dos índices; à elaboração de indicadores e à preparação do material;
- b) exploração e análise do material – esta etapa é considerada, por muitos, cansativo, longo e fastidioso. No entanto, seria o momento fundamental

da pesquisa, uma vez que as possibilidades de inferências e interpretações são bastante dependentes daquilo que for feito nessa etapa. É a aplicação propriamente dita do que foi estabelecido na pré-análise;

- c) interpretação – momento da reflexão, da intuição com embasamento nos materiais empíricos e nos referenciais teóricos disponíveis, buscando estabelecer relações, verificar contradições e compreender os fenômenos que nos propomos estudar.

As unidades de registro foram definidas por meio de tema. Segundo Bardin (2010, p. 131), o tema é

uma afirmação acerca de um assunto. Quer dizer, uma frase, ou uma frase composta, habitualmente um resumo ou uma frase condensada, por influência da qual pode ser afetado um vasto conjunto de formulações singulares.

Segundo o autor, o tema é, geralmente, utilizado como unidade de registro para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências, etc.

Com relação às questões estruturadas do questionário, a análise foi realizada por meio de estatística descritiva, mais especificamente análise de frequência.

4 RESULTADOS

Nesta seção são apresentados os resultados da pesquisa, os quais foram estruturados de acordo com os objetivos específicos propostos. Primeiramente, tratam-se os dados vinculados ao primeiro objetivo, que é descrever o processo de formulação da política do RIUFLA e a implementação a partir de um projeto piloto. No segundo objetivo, buscou-se recomendar o ajuste de ações que visam à implementação do RIUFLA a partir das vivências do projeto piloto e de experiências de outras universidades que já implementaram essa política. Para atender a estes objetivos, partiu-se da experiência desta pesquisadora, bem como das entrevistas com atores vinculados a esta política, quer de forma direta ou indireta, buscando investigar a posição avaliativa que tais atores têm acerca da implementação do repositório na UFLA.

4.1 Formulação e implementação da política do RI: caso UFLA

As políticas públicas são formuladas e implementadas para eliminar problemas na sociedade. O processo de formulação de políticas públicas busca o desenvolvimento de ações relevantes para lidar com esses problemas, criando soluções para contorná-los.

Quanto à divulgação da produção científica brasileira visando ao desenvolvimento científico e tecnológico do país, o governo atentou, no século passado, para o fato de que era necessária uma repaginação, a fim de torná-la efetiva, pois todo o conhecimento e o desenvolvimento técnico-científico só terão valor se contribuir para melhorar a qualidade de vida da população. Produzir o conhecimento tão somente não é suficiente, imprescindível, portanto, sua difusão.

Para uma difusão do conhecimento, se fazem necessários

aparelhamentos e incentivos que podem ser promovidos por meio das políticas públicas voltadas para as instituições promotoras desse conhecimento, no que diz respeito ao uso, ao tratamento ou à divulgação da informação. O marco da institucionalização da política científica e tecnológica no Brasil foi a criação de órgãos como o CNPq e o IBICT.

Atualmente, o IBICT vem atuando na promoção da popularização da informação científica e tecnológica, com projetos voltados para o movimento do acesso livre ao conhecimento.

Na perspectiva de promover o desenvolvimento de recursos e a infraestrutura de informação em ciência e tecnologia para a produção, a socialização e a integração do conhecimento científico-tecnológico, o IBICT, em parceria com a FINEP, lançou o edital de chamada FINEP/PCAL/XBDB, no intuito de apoiar projetos de implantação de RI nas instituições públicas (federais, estaduais e municipais) de ensino e pesquisa, de modo a possibilitar o registro e proporcionar maior visibilidade e disseminação da produção científica dessas instituições.

A política aplicada pelo IBICT traçou as normas e a forma de operacionalização dos RIs pelas instituições de ensino e pesquisa, cabendo especificamente a estas instituições o compromisso de viabilizar as ações necessárias à implantação, as quais podem formular diretrizes específicas de acordo com a instituição, desde que essas não sejam contraditórias com a política traçada pelo IBICT que, em síntese, procura sustentar a execução da implantação do RI de forma efetiva, primando sempre por melhores resultados. Assim, essas instituições deveriam seguir diretrizes e especificações propostas na formulação, por meio de um instrumento normativo, o edital.

Dessa forma, esta política do IBICT foi formulada e estruturada com base em requisitos que foram estipulados como obrigatórios, visando tornar o projeto executável pelas instituições. Os elementos exigidos em edital buscaram

oferecer às instituições formas de operacionalizar o sistema. Alguns elementos foram considerados obrigatórios para o exame da proposta e a ausência ou a insuficiência de informações sobre quaisquer deles resultariam em não enquadramento da instituição. Os requisitos exigidos foram:

- a)** manifestar, formalmente, o compromisso institucional de promover e viabilizar as ações necessárias para a implantação do RI, compatível com o modelo de interoperabilidade *Open Archives*;
- b)** manifestar, formalmente, o compromisso institucional de estabelecer uma política institucional de informação (PII), visando garantir o depósito no RI por parte de seus pesquisadores, em um prazo não superior a três meses¹⁴;
- c)** manifestar, formalmente, o compromisso institucional de constituir e manter uma equipe composta por técnicos de informação e informática, que se responsabilizará pela implantação e operação do RI;
- d)** manifestar, formalmente, o compromisso institucional de manter conexão permanente com a internet, para garantir o acesso ao RI, a fim de viabilizar a coleta automática de metadados periodicamente pelo IBICT, com vistas a alimentar o Portal Oásis.Br.

Em síntese, observa-se que o propósito dessa política do IBICT consiste em conceber um modelo de estrutura para as instituições de ensino e pesquisa, denominado de repositório institucional, para o acesso e uso das publicações científicas pela comunidade científica e a sociedade. Como uma iniciativa para a promoção da informação científica, verifica-se que a mesma foi formulada pela cúpula IBICT, sem a participação das instituições implementadoras. Portanto, é uma política que, embora tenha um caráter pedagógico e instrutivo de como implementar um repositório institucional, a sua formulação partiu do topo para as bases, tendo, em um primeiro momento, um estilo de

¹⁴ A Comissão Julgadora poderá não aceitar a política apresentada, caso ela entenda que a referida política não garante o depósito, por parte de seus respectivos pesquisadores,

implementação denominado de *top-down*.

Vale destacar que o formato dessa política pode ser justificado pela necessidade de as políticas públicas terem um rigor e uma visão técnica que procura elaborar as diretrizes básicas a serem seguidas pelas instituições implementadoras, de modo a construir um conteúdo coerente e formar uma identidade para a política. Por outro lado, isso não significa que se deve eximir as instituições implementadoras de uma política de autonomia em alguns quesitos que venham a contribuir com a eficiência, a eficácia e a efetividade da política, de modo a aperfeiçoá-la no ambiente das especificidades institucionais.

Nesse contexto de difusão do conhecimento, no qual as instituições de ensino e pesquisa devem adotar instrumentos para uma maior visibilidade da sua produção científica, de modo a promover a gestão do conhecimento científico e assegurar a preservação de seus documentos, a UFLA identificou, em 2011, uma oportunidade para participar dessa política desenvolvida pelo IBICT.

A UFLA, como instituição centenária de ensino, pesquisa e extensão, sempre foi grande produtora de conhecimento científico, mas carecia de formas de divulgação mais aprimoradas dessa produção para a comunidade acadêmica, bem como para a sociedade.

Vale destacar que o conhecimento produzido pela UFLA advém de sua estrutura administrativa e acadêmica. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2011-2015), a UFLA conta com 28 cursos de pós-graduação, entre mestrado e doutorado e 87 grupos de pesquisa, que atuam em mais de 400 linhas, desenvolvendo cerca de 1.200 projetos. Tem 147 professores bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq, ou seja, 36% do número de doutores que publicaram, em média, nos últimos cinco anos, 3,7 artigos/docente/ano. Ainda considerando todo o corpo docente, foram obtidas 5,9 publicações/ano, quando consideradas também outras produções

dos trabalhos publicados em revistas científicas revisadas por pares.

bibliográficas¹⁵.

A universidade já tinha implementado, antes de 2011, algumas iniciativas para ampliar a divulgação dos resultados das suas pesquisas científicas. Em 2005, por meio da Portaria nº 13, da Capes, de 15 de fevereiro de 2006, a Biblioteca Universitária da UFLA implantou a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), um dos primeiros passos para tornar acessível sua produção científica, diante da necessidade de geração e de divulgação de conhecimentos, bem como também uma forma de prezar pela transparência dos recursos públicos que financiam as atividades da instituição. Entretanto, essa ação ainda não foi suficiente para a promoção da difusão de todo o conhecimento produzido pela universidade, carecendo, assim, de uma iniciativa que pudesse alargar a divulgação das suas produções científicas.

Visando ampliar a forma de divulgação da produção acadêmica da UFLA, em dezembro de 2011, a pesquisadora, lotada na Biblioteca Universitária da UFLA, por meio de um projeto, aderiu ao edital FINEP. Para tanto, foi realizado um levantamento dos dados referentes à série histórica de sua produção científica, abrangendo o período de 2007/2011, entre artigos, dissertações e teses, relação de revistas e de livros publicados, cursos de pós-graduação, levantamento de bolsistas de produtividade e um projeto com a proposta de um cronograma de implantação do repositório, encaminhando-se ainda, um termo de compromisso institucional, assinado pelo reitor, com os requisitos obrigatórios citados anteriormente. Quanto à formulação da PII, exigida pelo órgão, como não havia tempo hábil para aprovação, o IBICT abriu uma exceção quanto ao prazo, para o posterior envio deste documento.

Embora não houvesse a certeza de contemplação da UFLA com essa política, procedeu-se à formulação da PIIUFLA, com base no modelo disposto

¹⁵ Disponível em: < <http://ufla.br/pdi/>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

por Kuramoto (2010a) e pela análise das políticas de outras instituições. Algumas etapas para o planejamento do repositório foram inseridas na PIIUFLA.

Conforme já relatado, a construção de um RI envolve três etapas: planejamento, implantação e funcionamento - que são interdependentes e constituídas de atividades que devem ser cumpridas, a fim de que a iniciativa de construção do RI seja bem sucedida (LEITE et al., 2012). Pautada nessa orientação, esta pesquisadora propôs o projeto do RIUFLA, dando início à elaboração das etapas de planejamento e da implementação, que representam as fases cruciais para a existência e o seu funcionamento efetivo, e que, posteriormente, subsidiariam a avaliação do mesmo.

O planejamento do RI foi formulado com base em Leite (2009) e Leite et al. (2012) e nas diretrizes traçadas pelo IBICT. Algumas etapas do planejamento do RIUFLA foram descritas na formulação da PIIUFLA, a qual passou, posteriormente, pela avaliação e aprovação da Comissão Técnica da Biblioteca Universitária da UFLA.

Segundo Leite (2009), a fase de planejamento do repositório institucional é essencial e deve ser trabalhada em função das seguintes questões expostas na Figura 3.



Figura 3 Etapas para o planejamento e a implantação do repositório
Fonte: Leite (2009, p. 39).

Como o projeto de implantação do RI na UFLA foi realizado mediante a adesão ao edital do IBICT, os custos de implantação não foram determinados, pois a linha de apoio foi o kit tecnológico, de forma que os custos foram com recursos humanos e treinamento. Inicialmente, dentro dessa fase, por meio de portaria da Diretoria da Biblioteca Universitária da UFLA, constituiu-se a equipe técnica responsável pelo gerenciamento do repositório, formada por cinco profissionais entre bibliotecários, assistentes administrativos e técnicos em informática. Após a formação desta equipe, todas as decisões e etapas para a implantação do RIUFLA eram decididas em conjunto com a pesquisadora.

Foram escolhidos esses profissionais por possuírem habilidades técnicas, capazes de assegurar a gestão e o funcionamento do RI, como proposto na política pública à qual a UFLA aderiu quando aceitou as condições do edital publicado pelo IBICT. Dentre as competências necessárias, Leite (2009) destaca-se que os analistas de sistemas devem dominar os requisitos tecnológicos indispensáveis à instalação, à configuração, à customização e ao suporte da

ferramenta, entre outros. Os bibliotecários devem estar aptos para trabalhar com os processos de gestão da informação e o domínio de métodos de identificação e a avaliação de necessidades de informação da comunidade, assim como técnicas e instrumentos de organização da informação em ambiente eletrônico e familiaridade com recursos tecnológicos (LEITE, 2009).

Dentro, ainda, do planejamento, levantaram-se e caracterizaram-se os principais atores que estariam envolvidos com repositório institucional, seus interesses e papéis. Os principais atores identificados no RIUFLA foram:

- a) **os autores:** docentes, discentes de mestrado e doutorado, pesquisadores e técnicos que serão os responsáveis pelo depósito das publicações no RI;
- b) **a instituição** (gestores acadêmicos, gestores de pesquisa, outros): têm interesse no marketing da instituição, em prover uma vitrine de suas atividades e disseminar o conhecimento a sociedade;
- c) **agências de fomento:** necessitam rastrear os resultados de seus investimentos em projetos e em programas de pesquisa;
- d) **usuários:** necessitam de um sistema que lhes ofereça as condições perpétuas e necessárias para encontrar aquilo de que necessitam, por meio de adequada navegabilidade e efetiva e eficiente recuperação da informação;
- e) **biblioteca:** à qual caberão a adoção, o desenvolvimento e a manutenção do repositório.

Definidos os atores, foi necessário tomar decisões sobre os procedimentos e estabelecer as regras de funcionamento do repositório, bem como a definição daquilo que seria oferecido aos membros da comunidade. Dessa forma, foi necessária a definição do planejamento de serviços, dos objetivos do repositório institucional, além de determinar os documentos que seriam aceitos. Dessa forma, foram definidos os objetivos do RIUFLA, os conteúdos passíveis de depósito, os principais usuários e as responsabilidades da Biblioteca.

O RIUFLA, como um sistema eletrônico que armazena a produção intelectual da UFLA em formato digital e permite a busca e a recuperação para seu posterior uso, tanto nacional quanto internacional, pela rede mundial de computadores, tem como principais objetivos:

- a) divulgar toda e qualquer produção intelectual da UFLA, ressalvados os casos de obras protegidas por contrato de direito de propriedade intelectual ou que contenham invenções ou modelos de utilidade passíveis de patenteamento, nos termos da legislação aplicável;
- b) preservar a produção intelectual da Universidade;
- c) garantir, facilitar e ampliar o acesso à produção intelectual, observada a legislação que rege e disciplina a matéria;
- d) potencializar o intercâmbio da UFLA com outras instituições;
- e) subsidiar a gestão de investimentos em pesquisa na Universidade.

Para se concretizar os objetivos propostos, foi necessário que a equipe do RIUFLA definisse as responsabilidades da Biblioteca no gerenciamento do repositório, os quais estão previstos na PIIUFLA. Dessa forma, ficou determinado que cabem à Biblioteca Universitária da UFLA a adoção, o desenvolvimento e a manutenção do RIUFLA, como também

- a) criar normas que orientem os departamentos e setores da UFLA sobre o registro e o depósito da produção intelectual e demais informações geradas pela instituição, oriundas de atividades nelas desenvolvidas;
- b) orientar a organização do conjunto de informações institucionais referentes à produção intelectual e demais informações geradas pela UFLA;
- c) orientar sobre o sistema de coleta e divulgação de dados, garantindo a qualidade destes e a compatibilidade das séries históricas;
- d) orientar o desenvolvimento de bases de dados que atuam como repositórios institucionais, agregando informações;
- e) aprimorar e apoiar o desenvolvimento de subsistemas de registros de

informações, uma vez que sejam do âmbito da produção intelectual, e demais informações geradas pela UFLA.

Outra etapa importante do planejamento do RI foi a definição dos tipos de documentos e seus formatos. Esta proposta também foi sugerida por meio da PIIUFLA e avaliados e aprovados pela Comissão Técnica da Biblioteca da UFLA. Com base na produção acadêmica da UFLA, estabeleceram-se, inicialmente, os seguintes documentos passíveis de depósito no RI:

- a) artigos publicados em revista científica, na qual haja processo de seleção por meio de revisão por pares;
- b) artigos/trabalhos publicados em eventos científicos, nos quais haja processo de seleção por meio de revisão por pares;
- c) resumos de trabalhos, aprovados para apresentação em eventos acadêmico-científicos;
- d) dissertação e tese, após avaliação por banca específica;
- e) livros ou capítulos de livros, após avaliação por banca específica da editora;
- f) patentes, desde que não haja cláusula de confidencialidade.

Outros trabalhos poderão ser incluídos no RI, de acordo com as demandas dos departamentos, mas após passar por análise da equipe técnica do repositório. Por outro lado, estabeleceu-se, por meio da PIIUFLA, que alguns documentos não estarão disponíveis no repositório, devido a questões legais.

Observada a legislação pertinente, toda a produção intelectual gerada pela UFLA poderá ser depositada integralmente no RI, o que deve ser realizado imediatamente após a sua aprovação para publicação, exceto nos seguintes casos:

- a) quando caso fortuito impossibilitar o depósito imediato, o autor ou o coautor terão um prazo máximo de até seis meses, da data de publicação da produção, para depositá-la no RI;
- b) quando se tratar de livros ou capítulos de livros, artigos publicados em

revistas científicas com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativos a direitos autorais, ou documentos cujos conteúdos integrem resultados de pesquisas passíveis de serem patenteadas, ficam desobrigados de depósito integral e imediato no RIUFLA.

Após a fase do plajenamento, iniciou-se a fase da implementação do RI na UFLA, a qual estava condicionada à aprovação da PIIUFLA e às fases de implantação do projeto piloto na UFLA.

Sabe-se que o processo de formulação e implementação de uma política é uma tarefa bastante complexa. Essa complexidade acontece, muitas vezes, pois as fases das políticas públicas não são fases lineares e automáticas, mas aparecem eventos não previstos. Isso não foi diferente na UFLA e, para a aprovação da PII, foi um processo de idas e vindas. A aprovação da PIIUFLA estava condicionada à avaliação de atores da comunidade universitária, tais como os conselhos universitários e a Procuradoria. Associada a essa questão, destaca-se que, de janeiro até março de 2012, a UFLA permaneceu em greve, o que tornou impossível a avaliação da PII neste período pelos Conselhos Superiores.

Com o fim da greve em março e o retorno das atividades, esta política foi encaminhada, pela pesquisadora, à Comissão Técnica da Biblioteca da UFLA para análise e aprovação e, posteriormente, enviada aos Conselhos Superiores da universidade. Primeiramente, foi encaminhada para apreciação no Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) que, após apreciação, encaminhou à Procuradoria, para proceder a uma análise jurídica, ficando neste setor de março a novembro de 2012.

A avaliação da procuradoria demandou um período de tempo extenso, pois, segundo o procurador, os próprios contornos da política, como direitos autorais, propriedade intelectual, entre outras questões, levavam à necessidade de uma análise mais profunda.

Assim, devido ao desconhecimento desta política, o procurador solicitou que lhe fossem enviadas algumas políticas de outras instituições para análise e aprovação da PII. Ao final de todo o processo, mencionou que a PIIUFLA *foi um dos assuntos mais difíceis que ele tinha analisado na história da UFLA*. Neste ponto, percebe-se a complexidade para se implementar a PII localmente, pois pode envolver vários atores e contornos. Portanto, é preciso avaliar que públicos essa política terá, como essa política os afeta, quais os controles utilizados para fazer valer a política, se é obrigatória ou facultativa e quais as consequências dessa política para a comunidade acadêmica. Em um primeiro momento, essas questões podem parecer abstratas, mas elas carecem de uma avaliação mais aprofundada, o que, muitas vezes, faz com que as instituições desistam de implementá-las.

Após algumas modificações na PII, ela foi desmembrada em duas políticas, a política de criação do RIUFLA e a PIIUFLA. Em novembro de 2012, a procuradoria encaminhou a política para o Conselho Universitário (CUNI) e, neste dia, esta pesquisadora, responsável pelo projeto, foi convidada a falar sobre o projeto de implantação do RI na UFLA. Assim, a PII foi aprovada com previsão de revisão para 180 dias, previsto para maio de 2013¹⁶.

Em observância à determinação do edital do IBICT e visando garantir o depósito das publicações no RI por parte dos pesquisadores, a PIIUFLA foi proposta como sendo de caráter obrigatório, não sendo aprovada em sua primeira proposição ao CUNI. Provavelmente, a desaprovação deu-se em virtude ao desconhecimento dessa política e do próprio repositório, naquele momento, pois houve pouca divulgação acerca da política do IBICT.

¹⁶ Política Institucional de Informação da UFLA. Disponível em: <http://www.ufla.br/documentos/arquivos/082_13112012.pdf>.

Quando ocorrer esta revisão, pretende-se a aprovação da política como obrigatória, pois ela já está sendo divulgada na universidade, e esclarecidos os pontos obscuros, especialmente diante das linhas traçadas no projeto piloto.

Vale ressaltar que, no projeto encaminhado ao IBICT, foi definido que a implantação se iniciaria de forma gradual e setorizada, para, posteriormente, abranger toda a instituição. Essa decisão deu-se em função das recomendações de Leite (2009) de que a implantação do repositório passe por um período de atividade experimental, visando identificar as principais dificuldades operacionais, para, posteriormente, realizar o lançamento oficial na instituição. Dessa forma, optou-se pelo Departamento de Administração e Economia (DAE), devido ao vínculo acadêmico da pesquisadora.

Em agosto de 2012, o IBICT encaminhou e-mail informando que a UFLA tinha sido contemplada com o kit tecnológico e que o mesmo iria ser entregue em outubro, em Brasília, no I Encontro de Iniciativas do IBICT para a Visibilidade da Ciência Brasileira. Nesta data também seria ministrado um treinamento para a implantação do repositório.

Em outubro de 2012, duas bibliotecárias participaram do referido evento e retiraram o kit tecnológico. Foram dois dias de evento e uma manhã para o treinamento. No entanto, não foi um treinamento prático, e sim, uma visão geral sobre repositório e questões de configuração do sistema. Neste momento, o IBICT sugeriu que as instituições que viessem a implantar seus repositórios solicitassem apoio às instituições que já tinham repositórios consolidados na busca de experiências para implantação. Dessa maneira, foi agendada uma visita à equipe técnica do Repositório da Universidade de Brasília (UnB), para esclarecer alguns pontos sobre a implantação do repositório na UFLA.

De fato, a forma proposta para o aprendizado da política pelo IBICT e diante do tempo escasso, ficou inviável o aprendizado de como proceder à implantação de um RI e mesmo a visita à equipe técnica foi pouco proveitosa,

devido à complexidade nas etapas de configuração da plataforma.

A par das dificuldades que seriam encontradas na implantação com o recebimento do kit tecnológico e o início da implantação do repositório, foi necessário definir os próximos passos para que o projeto piloto fosse implementado. Nesse passo, foram definidas as políticas, a configuração do sistema, a definição de metadados, a definição de comunidades e de coleções, os documentos que seriam criados para o projeto piloto, ou seja, todas as atividades que iriam ao encontro de sua concretização.

Devido ao desconhecimento da operacionalização do sistema, os desafios e as dificuldades relatadas na literatura também foram enfrentados pela equipe técnica do RIUFLA. As principais dificuldades enfrentadas foram quanto à elaboração da política de funcionamento do repositório institucional, à capacitação da equipe, às questões relacionadas com a infraestrutura tecnológica, à definição dos metadados às questões de direitos autorais.

Quanto aos recursos humanos, a biblioteca da UFLA vivenciou um problema recorrente no setor público. Devido a salários inferiores aos do mercado ou de outras instituições públicas, o técnico em informática da biblioteca solicitou exoneração, em virtude de aprovação em outro concurso, ficando o setor sem servidor para dar seguimento às questões de configuração da plataforma, o que complicou o processo de implantação da política. Diante desse obstáculo, aumentou a preocupação com o prazo determinado pelo IBICT, de até três meses, para o funcionamento do repositório.

Essa situação pode ser comparada à ideia trabalhada por alguns autores de que, na maioria das vezes, as políticas públicas são pensadas de uma forma genérica a serem implementadas igualmente por todas as instituições, de forma que as peculiaridades dos executores não são pensadas e, tampouco, são antevistos os obstáculos impeditivos para o cumprimento das metas estabelecidas de cima para baixo. O ideal era que a política considerasse as

necessidades e peculiaridades das instituições. Mas, normalmente, as políticas públicas são formuladas em uma escala de poder decrescente, desconhecendo-se a dinâmica do ambiente institucional, o qual pode interromper alguns processos que viabilizam a concretização de uma política. Além disso, muitas vezes, aqueles que formulam uma política pública estão distantes daqueles que as implementam. Dessa forma, nem sempre a proposta de uma política pública, da maneira como foi pensada, é aplicada no contexto das instituições implementadoras, criando, assim, uma distância entre aqueles que formulam e os que executam.

Associada a essa questão, destaca-se a baixa iniciativa do IBICT em oferecer treinamento às instituições implementadoras do RI, o que também pode ser considerado como um fator limitante na implantação do RIUFLA. A equipe da Biblioteca Universitária da UFLA teve muitas dúvidas operacionais, que somente foram sanadas porque a equipe da UnB se propôs a ajudar, prestando auxílio por meio de e-mail e de telefone. Além disso, a equipe enviou esforços em pesquisas pela internet, em que foram obtidos dois manuais que auxiliaram nesse primeiro momento da implantação, o Manual de Treinamento da UNB¹⁷ e o Manual do Usuário da Universidade de São Caetano do Sul¹⁸. No andamento da implantação do RI, o IBICT enviou um guia para o gerenciamento de repositórios digitais criados em Dspace, que subsidiou na implantação da política em conjunto com os manuais citados.

Portanto, a política do IBICT carece de melhorias, no sentido de não ter sido oferecido às instituições implementadoras um suporte necessário para a execução da política. Desse modo, as instituições, diante da necessidade de promover a divulgação do conhecimento e do prazo exíguo dado por aquele

¹⁷ Disponível em: <http://listas.IBICT.br/pipermail/1_repositorios/attachments/20100809/f9a0939a/attachment-0001.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2013.

¹⁸ Disponível em: <http://repositorio.uscs.edu.br/Manual_RI-USCS.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2013.

órgão, tiveram que buscar alternativas para implementar o repositório, ou seja, as instituições tiveram que se adaptar aos imprevistos e à realidade local. Neste contexto, observa-se a importância dos burocratas de linha de frente para implantação de uma política, visto que a implementação efetiva depende, em grande parte, das habilidades desses implementadores em encontrar soluções para possíveis entraves.

Quanto à plataforma utilizada para abrigar o repositório, foi utilizado o software Dspace, que é referência mundial para a implantação de repositórios, devido às suas inúmeras funcionalidades. O lançamento oficial do software foi em 2002, quando o IBICT teve conhecimento de seu uso em alguns países e pela Universidade do Minho, em Portugal. Como já vinha liderando as ações do acesso livre no Brasil, o IBICT decidiu por customizar o software e distribuí-lo em âmbito nacional. Assim, a criação da versão brasileira do DSpace, em 2004, representou mais um marco do pioneirismo do IBICT no desenvolvimento e na customização de ferramentas para o tratamento e a disseminação de informações técnico-científicas na Web ¹⁹.

O uso do DSpace permite estruturar a informação do repositório, conforme a estrutura organizacional da instituição, de modo a identificar departamentos, setores, escolas por meio de comunidades e de coleções. Dessa forma, o RIUFLA foi estruturado a partir de comunidades, subcomunidades e coleções. As comunidades são os departamentos, as subcomunidades os programas de pós-graduação e, dentro de cada comunidade e subcomunidades, suas respectivas coleções. Para o projeto piloto, foram definidos apenas três tipos de coleções; nas comunidades foram criadas as coleções para artigos publicados em periódicos, em livros e em capítulos de livros e trabalhos apresentados em eventos. Para as subcomunidades foram criadas as coleções de

¹⁹ Informação disponível em: <<http://www.IBICT.br/pesquisa-desenvolvimento-tecnologico-e-inovacao/Sistema-para-Construcao-de-Repositorios-Institucionais>>

dissertações e teses. Foram criadas 19 comunidades e suas respectivas subcomunidades e coleções. Esta estrutura pode ser vista na Figura 4.

Futuramente, caso a equipe técnica do RIUFLA resolva inserir as monografias ou trabalhos de conclusão de curso, para cada departamento deverão ser criadas as subcomunidades para os cursos de graduação, com suas respectivas coleções.



The screenshot shows the RIUFLA Institutional Repository website. The header includes the RIUFLA logo, the text 'REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL', and the UFRN logo. Below the header is a search bar and a navigation menu. The main content area is titled 'Comunidades e Coleções' and lists several departments with their respective communities and collections. The list is as follows:

- BU - Biblioteca Universitária** [12]
 - BU - Artigos publicados em periódicos [3]
 - BU - Trabalhos Apresentados em eventos [9]
- DAE - Departamento de Administração e Economia** [157]
 - DAE - Artigos publicados em periódicos [133]
 - DAE - Livros e capítulos de livros [0]
 - DAE - Trabalhos apresentados em eventos [3]
 - DAE - Programa de Pós-graduação** [21]
 - DAE - Doutorado em Administração (Teses) [6]
 - DAE - Mestrado em Administração (Dissertações) [15]
 - DAE - Mestrado em Administração Pública (Dissertações) [0]
- DAG - Departamento de Agricultura** [18]
 - DAG - Artigos publicados em periódicos [0]
 - DAG - Livros e capítulos de livros [0]
 - DAG - Trabalhos Apresentados em eventos [0]
 - DAG - Programa de Pós-graduação** [18]
 - DAG - Doutorado em Agronomia/Fitotecnia (Teses) [7]
 - DAG - Mestrado em Agronomia/Fitotecnia (Dissertações) [11]
- DBI - Departamento de Biologia** [24]
 - DBI - Artigos publicados em periódicos [0]
 - DBI - Livros e capítulos de livros [0]
 - DBI - Trabalhos apresentados em eventos [0]

Figura 4 Comunidades, subcomunidades e coleções do RIUFLA.

Após a criação das comunidades e subcomunidades, a próxima etapa foi a definição dos metadados dos documentos que deveriam ser contemplados no projeto piloto. O Dspace já vem configurado com um formulário único para todo tipo de documento, cabendo a cada instituição usar este formulário ou definir um formulário próprio para cada tipo de publicação. Uma reunião com a equipe técnica foi realizada e sugeriu-se que o ideal seria definir um formulário para cada tipo de documento, devido às características e aos tipos de informações em

cada um. A proposta foi aceita e a equipe técnica definiu os metadados para cada formulário e a parte da configuração foi realizada pelo TI.

Esta tarefa mostrou-se bastante complexa e dispendeu bastante tempo por parte da equipe da Biblioteca da UFLA. Os metadados foram definidos e podem ser vistos no Quadro 4.

Quadro 4 Descrição dos metadados utilizados no RIUFLA

METADADOS				
ARTIGO / PERIÓDICOS	TRABALHOS / EVENTOS	LIVRO	CAPÍTULO DE LIVRO	DISSERTAÇÃO / TESE
dc.title - Título	dc.title - Título	dc.title – Título	dc.title - Título	dc.title - Título
dc.contributor.author - Autor	dc.contributor.author - Autor	dc.contributor.author – Autor	dc.contributor.author - Autor	dc.contributor.author - Autor
dc.subject - Assunto	dc.subject - Assunto	dc.subject – Assunto	dc.subject - Assunto	dc.contributor.advisor - Orientador
dc.date.copyright - Data de publicação	dc.date.copyright - Data de publicação	dc.date.copyright - Data de publicação	dc.date.copyright - Data de publicação	dc.contributor.other - Membros da banca
dc.identifier.citation Referência	dc.identifier.citation - Referência	dc.publisher - Editora	dc.publisher - Editora	dc.description.concentration - Área de concentração
dc.description.abstract - Resumo/Abstract	dc.description.abstract - Resumo/Abstract	dc.identifier.citation Referência	dc.identifier.citation - Referência	dc.subject - Assunto

Quadro 4. “conclusão”

dc.language.iso - Idioma	dc.language.iso - Idioma	dc.language.iso – Idioma	dc.language.iso - Idioma	dc.date.available - Data de defesa
dc.identifier.uri	dc.identifier.uri	dc.identifier.uri	dc.identifier.uri	dc.date.copyright - Data de publicação
dc.rights	dc.rights	dc.rights	dc.rights	dc.description.dev elopment-agency - Financiador
dc.type	dc.type	dc.type	dc.type	dc.identifier.citatio n Referência
				dc.description.abst ract - Resumo/Abstract
				dc.description - Informações adicionais
				dc.language.iso - Idioma
				dc.rights
				dc.type

O conteúdo do RI é muito importante, mas isso não basta para que este instrumento de promoção e de divulgação do conhecimento seja eficiente e bem utilizado. Um site bem configurado, com um layout atrativo, pode chamar a atenção do usuário e mantê-lo interessado na página. O Dspace já vem com uma configuração padrão, no entanto, é importante que a instituição trabalhe no visual, de acordo com os objetivos e a estrutura do repositório. Dessa forma, a equipe técnica solicitou a confecção do logo do RI para a Assessoria de Comunicação da UFLA, o qual pode ser visualizado na Figura 5.



Figura 5 Logo do RIUFLA.

Em seguida, definiram-se as políticas de gerenciamento do RI, especificando o tipo de arquivamento (quem, o quê, quando, quanto) e as licenças. Estas políticas foram expressas em um documento que busca auxiliar no processo de submissão/depósito do RI. Este documento é denominado Orientações para uso do repositório institucional da Universidade Federal de Lavras, que pode ser consultado no site do RIUFLA²⁰.

Em virtude da saída do servidor de informática e do tempo estipulado pelo IBICT de funcionamento do repositório de até três meses, ficou definido que, para o projeto piloto, os arquivos seriam depositados pela equipe técnica do RIUFLA, abrangendo apenas os artigos publicados em revistas. Dessa forma, foi realizado um levantamento bibliográfico no Lattes, das publicações dos 50 docentes do DAE. O depósito foi realizado pelos artigos claramente com

²⁰ Disponível em: <<http://www.biblioteca.UFLA.br/wordpress/wp-content/uploads/orienta%C3%87%C3%95es-para-uso-do-reposit%C3%93rio-institucional-da-UFLA.pdf>>.

licenças definidas pelos editores. Deste levantamento, apenas 132 artigos tinham a Licença Creative Commons e puderam ser depositados no repositório. Em janeiro, após o provimento de cargo de TI por outro servidor, deu-se andamento na configuração da plataforma. Na Figura 6, pode ser observada a comunidade do projeto piloto e suas coleções.

The screenshot shows the RIUFLA Institutional Repository interface. At the top, there are navigation links and logos for RIUFLA and UFLA. The main content area is titled "DAE - Departamento de Administração e Economia : [133]" and "Página da Comunidade". It features a search bar with a dropdown menu set to "DAE - Departamento de Administração e Economia". Below the search bar, there are options to "visualizar" (view) by "Assunto", "Título", "Autor", or "Data de emissão". A section titled "Coleções nesta Comunidade" lists three collections: "DAE - Artigos publicados em periódicos [132]", "DAE - Livros e capítulos de livros [0]", and "DAE - Trabalhos apresentados em eventos [1]". On the right side, there is a "Submissões Recentes" section with several article titles and a "RSS Feeds" section with social media icons.

Figura 6 Comunidade do projeto piloto

Após a expansão do projeto nos demais departamentos, o depósito ficará sob a responsabilidade dos autores vinculados à UFLA, como determina as Resoluções CUNI nº 82 e nº 83 e a correção dos metadados, pela equipe técnica do repositório. Como contempla a PIIUFLA, os artigos científicos publicados a partir de 2013 e outras publicações poderão ser depositadas no RI até o prazo máximo de seis meses, a partir da data de sua publicação.

O lançamento oficial do RIUFLA no DAE aconteceu no dia 22 de fevereiro de 2013, na assembleia departamental em que foi apresentado o repositório. Esta apresentação teve como objetivo mostrar a configuração do sistema, as etapas para a submissão dos documentos e esclarecer dúvidas operacionais. Vale destacar que um número expressivo de professores desse

departamento naquele momento ainda desconhecia a estrutura e o funcionamento do RI e fizeram várias ponderações, no sentido de que eles reconheciam a importância desse instrumento para divulgação e arquivamento das publicações científicas produzidas na UFLA, entretanto, questionaram a questão do autodepósito, pois, como docentes, eles já têm muitas atribuições, tornando-se, assim, inviável assumir o depósito das publicações no RI.

O projeto piloto no DAE pode ser considerado como uma estratégia que foi hábil para implementar a política de repositório da UFLA, pois subsidiou avaliações sobre as principais limitações operacionais e a resistência dos professores em realizar o autodepósito. Esta pode ser considerada como o principal obstáculo a ser superado, visto que já se passaram quatro meses do lançamento do RIUFLA no DAE e nenhum de seus docentes realizou o depósito das publicações. A conscientização dos docentes em relação ao depósito voluntário é, portanto, um quesito chave na implementação do RIUFLA e deve ser trabalhado continuamente na comunidade universitária.

Após a implantação do projeto piloto, divulgou-se uma nota para a página institucional da UFLA, em que toda a comunidade acadêmica da universidade foi convidada a participar do repositório, realizando o depósito de suas publicações. Além disso, a equipe técnica elaborou um plano de divulgação nas assembleias dos demais departamentos, o qual iniciou no mês de março, com término previsto para agosto. Outras iniciativas foram promovidas, como envio de e-mails para os pesquisadores, notícias vinculadas na página da Biblioteca, na página da UFLA e a criação de perfil nas redes sociais, como Facebook e Twitter.

Em síntese, as principais etapas e atividades desenvolvidas para a implantação do RIUFLA podem ser visualizadas no Quadro 5.

Quadro 5 Fases da implantação do projeto piloto

<p>1ª fase (dezembro/2011 a dezembro/2012)</p>	<p>Confecção do projeto Definição da equipe técnica e competências necessárias Formulação da PII, definindo políticas de conteúdo, acesso, direitos autorais, preservação digital, etc. Encaminhamento da PII para os órgãos competentes, para apreciação e aprovação Definição do departamento do projeto piloto Definição de comunidades, subcomunidades e coleções Levantamento bibliográfico da produção científica dos docentes/pesquisadores do departamento do projeto piloto no Currículo Lattes</p>
<p>2ª fase (novembro/2012 a janeiro/2013)</p>	<p>Instalação e configuração do DSpace no servidor Verificação dos requisitos técnicos e operacionais Definição do logotipo Realização de testes na plataforma</p>
<p>3ª fase (dezembro/2012 a fevereiro/2013)</p>	<p>Criação de comunidades, subcomunidades e coleções Definição dos metadados Treinamento da equipe Definição das políticas de gerenciamento do RI Definição das licenças</p>
<p>4ª fase (janeiro/2013 a fevereiro/2013)</p>	<p>Alimentação das coleções Ações de promoção e divulgação do projeto no departamento piloto Recuperação da informação Acesso aos documentos Uso da informação</p>
<p>5ª fase (março a agosto/2013)</p>	<p>Ampliação nos demais departamentos Divulgação do RI nos meios de comunicação e nas assembleias departamentais</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2013).

No intuito de ampliar este estudo sobre a implementação do RIUFLA, procurou-se compreender a opinião de três atores que estiveram envolvidos com esse processo: o reitor, o chefe do departamento do projeto piloto e o diretor da biblioteca.

4.1.1 Percepção dos atores quanto à implantação da política na UFLA

Para assegurar a implementação e a continuidade do RIUFLA, é necessário um trabalho coeso entre a equipe do repositório, juntamente com toda a comunidade acadêmica, ou seja, docentes, pesquisadores, técnicos e discentes em geral, que são os principais atores deste projeto.

Dessa forma, no intuito de embasar esta pesquisa para além dos relatos da experiência de implantação do RI pela pesquisadora, procurou-se compreender a percepção de alguns atores envolvidos com a PII e do RIUFLA. Nesse sentido, foram realizadas entrevistas com esses atores, cujos relatos subsidiaram a construção das seguintes categorias (Quadro 6) que corroboram com a avaliação do processo de implementação do RIUFLA: movimento de acesso livre à produção científica, visibilidade, implantação do repositório, benefícios, barreiras, obrigatoriedade do depósito e missão institucional.

Quadro 6 Elaboração de categorias e questões para análise do processo de formulação e implementação da PII e do RI da UFLA

Tema: Formulação e implementação da PII e do RI na UFLA		
Categoria	Questões	Avaliação
Movimento de acesso à produção científica	Você tem conhecimento dos princípios do movimento do acesso livre em prol da divulgação da produção científica?	Avaliar se os atores possuem conhecimento sobre o tema
Visibilidade	Você acredita que a implantação do RI na Universidade Federal de Lavras (UFLA) promoverá a visibilidade da produção científica da instituição?	Avaliar a opinião dos atores quanto à promoção da visibilidade institucional, no que se refere à produção científica, ranking Web e internacionalização
	Você acredita que, com a implantação do RIUFLA, a instituição poderá aumentar sua visibilidade e assim ser mais bem classificada no Ranking Web?	
	Em sua opinião, a implantação do RIUFLA contribuirá para o projeto de internacionalização da universidade? Em que sentido?	
Implantação do repositório	Como você está vendo a implantação dessa política de informação na UFLA?	Avaliar a percepção dos atores quanto ao processo de implantação do RI na universidade
Benefícios	Quais as vantagens e as desvantagens dessa implantação para a universidade? E para os pesquisadores?	Identificar as vantagens ou benefícios da implantação do RI

Quadro 6 “conclusão”

Barreiras	Você percebe alguma barreira na implantação do RI na UFLA? Quais seriam estas barreiras?	Identificar as possíveis desvantagens ou barreiras à implantação do RI
Obrigatoriedade do depósito	Qual a sua opinião quanto à exigência da obrigatoriedade do depósito da produção científica em repositórios institucionais?	Avaliar a opinião dos atores quanto à obrigatoriedade da divulgação da produção científica em repositórios
	Você acredita que a Política Institucional de Informação (PIIUFLA), mesmo não sendo de caráter obrigatório, irá garantir que os pesquisadores façam o depósito de suas publicações no RI? Como isso seria possível? Acha que essa obrigatoriedade seria viável na UFLA?	Avaliar a opinião dos atores quanto à possibilidade de exigência de depósito na UFLA
Missão institucional	A missão da UFLA é manter e promover a excelência no ensino, na pesquisa e na extensão, formando cidadãos e profissionais qualificados, produzindo conhecimento científico e tecnológico de alta qualidade e disseminando a cultura acadêmica, o conhecimento científico e tecnológico na sociedade. Em sua opinião, a implantação do RIUFLA será importante para conseguir este objetivo?	Analisar se a implantação do repositório na UFLA contribuirá para que a universidade alcance sua missão

Nos próximos tópicos são apresentadas as categorias de análise das entrevistas.

4.1.1.1 Movimento de acesso livre à produção científica

No final da década de 1990, surgiram diversas manifestações em favor do acesso aberto ou acesso livre à informação científica, como consequência da crise dos periódicos científicos. Esse movimento procurou desenvolver novas formas de acesso e divulgação dos resultados dos trabalhos científicos, seguindo o princípio de que todos os resultados de pesquisas financiadas com recursos públicos devem ser de livre acesso (KURAMOTO, 2006). Para se ter sucesso na implantação de RIs, Costa e Leite (2009) ressaltam que as experiências bem sucedidas têm mostrado que dois pontos são fundamentais, que são grande empenho e conhecimento profundo das questões envolvidas com o tema acesso aberto, por parte dos *stakeholders* envolvidos nas iniciativas.

Com relação aos entrevistados, observou-se que todos afirmaram que têm conhecimento do movimento do acesso livre à produção científica, mesmo que esse seja de forma superficial ou adquirido recentemente. Um dos entrevistados ponderou que sabe da importância da divulgação da literatura científica como forma de dar transparência aos recursos públicos investidos em pesquisa. Outro mencionou que acredita que o fato do desconhecimento sobre este movimento é devido ao monopólio dos periódicos, do qual as pessoas nem tomam consciência. Por fim, o último entrevistado ressaltou que apesar de não ter o fundamento teórico do movimento, ele o pratica de forma intuitiva, pois toda a sua produção é divulgada na íntegra numa página específica no laboratório do seu departamento, para que todas as pessoas tenham acesso.

Tenho conhecimento sim. Entendo como uma forma de disponibilização gratuita de pesquisas e trabalhos científicos. Assim, pesquisadores podem consultar imprimir, copiar e distribuir artigos e outros documentos científicos. É um movimento que vem crescendo e atualmente percebo iniciativas em todo mundo. **Vejo como uma forma de proporcionar transparência aos recursos públicos investidos em pesquisa, como uma forma de retorno para a sociedade.** No caso de iniciativas privadas, pode possibilitar maior credibilidade às instituições com estas iniciativas (ENTREVISTADO A).

O conhecimento é recente. Tomei conhecimento com mais detalhes a partir do momento que começou a ser discutido no CUNI, onde faço parte, pela pesquisadora. E, por meio de reunião onde você foi pedir para ser o departamento como projeto experimental, a partir deste momento que passei a ter mais conhecimento e ler algo a mais sobre o tema. Até então, não tinha muita informação. Alguma coisa até já tinha surgido na lista de discussão dos docentes, a respeito desse movimento, principalmente sobre as publicações custeadas com recursos públicos (...). **Então, foi a partir desse momento que passei a voltar a atenção sobre isso.** Até porque a gente vive no monopólio dos periódicos e a gente está tão envolvido com isso aí que nem toma consciência (ENTREVISTADO B).

Eu tenho de maneira superficial. Eu não conheço tecnicamente como que funciona esse movimento, mas de uma forma intuitiva. Lá no LEMAF, laboratório que eu coordeno, tanto eu quanto todos os outros professores, nós praticamos isso. Tudo que nós geramos, todas as dissertações, todas as teses, todos os artigos, todos os livros eles estão lá disponíveis lá, na íntegra, para que todas as pessoas tenham acesso. **Mas, o movimento em si eu não conheço detalhes, apesar de ser extremamente simpático a essa ideia.** Não sei se é isso, então, eu não conheço os princípios. Eu não tenho o fundamento teórico, eu tenho a ideia, mas não tenho o fundamento teórico que norteia a questão, **mas conheço sim a ideia de uma maneira geral** (ENTREVISTADO C).

Observa-se que, apesar de esse movimento ter sido amplamente divulgado no mundo em 2001, por meio de vários manifestos, dois dos entrevistados declararam não ter muito conhecimento ou passaram a ter conhecimento somente com a implantação do RI na UFLA. Acredita-se que, na verdade, como declarado por um dos participantes, o desconhecimento seja do fundamento teórico, mas muitos, na prática, já disponibilizam suas publicações de forma livre. Nota-se que a implantação do repositório, além de trazer benefícios, irá possibilitar o conhecimento sobre este movimento e, conseqüentemente, alguns terão maior interesse em aprofundar no tema.

4.1.1.2 Visibilidade

A visibilidade de uma informação publicada na web é a medida da facilidade com que os utilizadores da web a encontram e a interpretam. Os RIs. Atualmente, estão se tornando uma ferramenta estratégica para as universidades, promovendo a visibilidade e o acesso à produção científica. Segundo Leite (2009), em estudos realizados por Harnad e colaboradores, as estratégias adotadas para a implantação do acesso aberto provocaram considerável aumento na visibilidade dos trabalhos disponibilizados em RIs de acesso aberto. Ainda segundo o autor, atribui-se ao RI o aumento da visibilidade da universidade, assim como da sua competitividade com outras universidades, agregando ainda maior poder de competitividade em relação àquelas que ainda não desenvolveram o seu RI. A visibilidade pode ser conseguida de várias formas. Por isso, nesta categoria, buscou-se saber dos entrevistados se a implantação do RI trará visibilidade para a produção científica e visibilidade da instituição, tanto nos Ranking Webometrics, quanto no processo de internacionalização.

Todos os entrevistados foram unânimes em declarar que esta implantação promoverá a visibilidade da UFLA e da sua produção científica e

salientaram que o RI medirá o acesso as publicações da universidade.

Sim. A universidade desenvolve inúmeras pesquisas importantes e, muitas vezes, ficam restritas a um pequeno grupo ou apenas a pesquisadores da mesma área. Com o RI, o mundo saberá o que é produzido na UFLA (ENTREVISTADO A).

É, pela própria facilidade de ter acesso, eu creio plenamente que vai aumentar a visibilidade sim, porque, hoje, uma série de publicações é restrita aos periódicos aos quais você publicou e você não tem o acesso aos textos completos. Às vezes, o máximo, você tem acesso a um resumo. Isso, certamente, vai aumentar a visibilidade da nossa produção. Eu creio que é algo que vai acontecer sim (ENTREVISTADO B).

Bom, tenho certeza que sim e eu entendo que ele vai dar muito mais visibilidade à UFLA porque muito mais pessoas vão ter acesso à informação, uma vez que, hoje, nesse mundo digital e tecnológico, as pessoas usam o computador como uma ferramenta de trabalho cotidiano (...). Então, vai dar acesso a muito mais pessoas do que a forma tradicional, de publicações de artigos de revistas e, principalmente, as dissertações e teses que têm uma divulgação extremamente limitada. Entendo que, com a política que a gente tá adotando agora, de publicações de artigos mesmo que seja em periódicos da UFLA ou de outros locais predominantemente utilizando a língua inglesa, isso vai, isso vai permitir que muitas pessoas de outras universidades do mundo citem os nossos artigos e, ao citar os nossos artigos, aumenta nossa qualidade nos indicadores internacionais e dá mais visibilidade naturalmente à universidade (...) (ENTREVISTADO C).

Atualmente, as universidades buscam assumir uma boa posição nos rankings. O objetivo original do Ranking Web é promover a presença na Web das instituições acadêmicas, apoiando-as para aumentar significativamente a transferência de conhecimento científico e cultural gerada pelas universidades à

sociedade. Um dos critérios de avaliação do ranking são os repositórios institucionais. Assim, buscou-se verificar dos entrevistados se eles acreditam que a implantação do repositório na UFLA garantirá uma melhor classificação da universidade no ranking.

Todos responderam afirmativamente. De acordo com um dos entrevistados, a disponibilização da produção científica da UFLA irá contribuir para o aumento de citações e, conseqüentemente, aumentar a credibilidade da UFLA nos rankings. Outro entrevistado acredita que a posição da universidade vai melhorar não só no ranking web, mas nas métricas de rankings internacionais. Ainda declarou que a política não é uma só e que existem outras ações que serão desenvolvidas para melhorar a página da instituição, de modo a propiciar uma melhor avaliação institucional.

Acredito que sim. A disponibilização de documentos que são produzidos pela Universidade irá contribuir para o aumento de citações de autores e publicações vinculadas à UFLA e, assim, aumentar a credibilidade da universidade na web, frente aos rankings web. E a própria implantação do repositório já é um critério para subir no ranking (ENTREVISTADO A).

Sim, isso vai beneficiar não só o pesquisador, mas a própria instituição. Pela própria composição da pontuação, a implantação já vai automaticamente melhorar o ranqueamento (ENTREVISTADO B).

Eu tenho certeza absoluta. Eu sei que a política não é uma só. Por exemplo, nós temos que melhorar a nossa página, nós temos que... Existem maneiras de melhorar a página de maneira honesta, correta, trabalhando com softwares livres pra que ela esteja indexada a mais organismos e instituições que trabalham com pesquisa. Dentro do plano de internacionalização, é uma coisa prevista. Nós vamos investir fortemente na dinamização da nossa página, mas, se você tem uma página institucional dinamizada, integrada a “N” instituições no mundo e você tem ali no repositório

tudo aquilo que é produzido na instituição, **nós vamos melhorar fantasticamente não só no ranking web, mas nas métricas de rankings internacionais que qualificam a universidade** (ENTREVISTADO C).

De acordo com Dal-Soto (20--, p. 2), “a internacionalização pode ser definida como um processo crescente e continuado de envolvimento das operações de uma empresa com países fora de sua base de origem.” Procurou saber, ainda, se, na opinião dos entrevistados, o projeto de implantação do RIUFLA contribuirá para o projeto de internacionalização da universidade. Todos os entrevistados foram afirmativos na questão da internacionalização. Segundo eles, pelo fato de as pesquisas que são produzidas na universidade estarem acessíveis de qualquer parte do mundo, assim serão muito mais citadas e terão visibilidade internacional. Um dos entrevistados relatou, ainda, que o repositório vai de encontro à política da universidade de implantar as bases para que, daqui a alguns anos, seja reconhecida mundialmente.

Por outro lado, um dos entrevistados ponderou que a língua pode se tornar uma barreira para o projeto de internacionalização da universidade, no entanto, já existe um trabalho para sanar esse problema, o qual incentiva a produção de artigos na língua inglesa, o que colabora, em termos com o processo de internacionalização, visto que o potencial de contribuição do RIUFLA será maior.

Sim. Devido ao fato de documentos e pesquisas produzidas na UFLA poderem ser acessadas de qualquer lugar do mundo (ENTREVISTADO A).

Ai tem a outra questão também. A língua universal é a língua inglesa e a nossa língua materna é a língua portuguesa. Isso já é uma barreira, mas, por outro lado, já temos visto um movimento por meio de toda produção científica, nossos próprios periódicos aqui, de produzir também em língua inglesa. **Aí eu vejo, sim, que isso vai ser uma alavancagem em termos da internacionalização da**

instituição. Aí precisa ter essa complementação da política de não só produzir na língua portuguesa, mas também na questão de trabalhar na produção da língua inglesa, tradução de nossos artigos e as nossas revistas também e isso já tem sido feito. As revistas nossas já têm caminhado nesse sentido, onde vários artigos publicados têm sido publicados em língua inglesa. Aí a gente já está abrindo caminho, uma janela para o mundo (ENTREVISTADO B).

Absolutamente de que sim e no sentido de dar visibilidade as pesquisas que são realizadas aqui e, portanto, elas vão ser muito mais citadas por outros autores e, aí, o nome da instituição vai aparecer em artigos de muito mais pessoas pelo mundo afora e os pesquisadores vão ser citados por outros pesquisadores. Então, eu vejo que o repositório, ele vem ao encontro da política nossa de implantar as bases pra que a UFLA em 10, 15 anos seja reconhecida mundialmente (...). Então, eu vejo que o repositório, ele, verdadeiramente, vai 'tá encaixado nessa política de internacionalização, de ajudar a difundir aquilo que é feito na universidade (ENTREVISTADO C).

4.1.1.3 Implantação do repositório

Como exposto por Birkland (2005), a implementação é uma das fases decisivas para o sucesso de uma política, pois envolve várias linhas de ação, como fundos a alocar, pessoal a designar e regras para serem cumpridas. Dessa forma, nesta categoria, identificou-se como os entrevistados estão vendo a implantação dessa política de informação na UFLA.

Os entrevistados veem a implantação da política na UFLA com um processo coerente, entretanto, a principal dificuldade concentra-se nas incertezas e resistências por parte dos pesquisadores.

Um dos entrevistados salientou que não vai ser uma tarefa fácil, devido às várias atribuições dos docentes. Essa ponderação vai ao encontro da principal barreira identificada em outros estudos, que é caracterizada como a pequena

adesão e participação dos pesquisadores nos RIs. Apesar disso, o mesmo entrevistado sugeriu os caminhos para quebrar essa barreira e salientou que a implantação está sendo feita de forma correta na UFLA, por meio de um projeto piloto. Ele disse acreditar que, com passar do tempo e as ações de divulgação, certamente, a comunidade universitária irá participar mais do RI. Pela fala desse entrevistado, percebe-se que já existe certa resistência e que os atores responsáveis pela implantação terão um pouco de trabalho para conseguir sensibilizar os pesquisadores.

Outro entrevistado também destacou que o projeto encontrará dificuldades devido ao comodismo de algumas pessoas. Mas, acredita que muitos irão depositar e que essas barreiras serão vencidas naturalmente, à medida que alterar a legislação, tornando o depósito das publicações obrigatório.

Percebo a implantação com muita tranquilidade e curiosidade dos pesquisadores. Existe o interesse pelo RI, **mas identifico também** certo frisson, pois há ainda **muitas incertezas por parte dos pesquisadores, no que se refere à questão procedimental** (executiva) da submissão de trabalhos científicos e na questão de direitos autorais para a implantação da política (ENTREVISTADO A).

Eu vejo que sim, que não é fácil, porque isso aí vai acabar sendo mais uma atribuição dentre as várias atribuições que já temos (...). Então, nesse sentido, eu vejo que não vai ser muito fácil nesse primeiro momento, mas, com campanhas e mostrando a importância disso aí para a própria instituição e dependendo, até mesmo, da obrigatoriedade por meio de lei que está em tramitação, a tendência é que mais para frente isso vai acontecer. Mas, assim, no primeiro momento, na nossa realidade hoje, **eu vejo que nem todos vão aderir nesse primeiro momento,** principalmente nessa condição de não obrigatoriedade. Mas acho que está sendo feito o correto, feito a implantação em uma unidade primeiro, uma demonstração, eu acho que o procedimento correto. **Aí, depois, quando a comunidade perceber a importância, a tendência é mais gente se**

interessar, atender também a essa questão. Eu acho interessante o seguinte: a UFLA, de certa forma, está se antecipando, então, começando com essa condição de iniciar de forma não obrigatória, né? Isso é algo também interessante, pois, se já chega com exigência da obrigatoriedade, a tendência é criar mais resistência. Mas, acho que está sendo feito da forma correta, até por meio de um projeto, esse trabalho que você já está fazendo, por meio de um trabalho de divulgação, usar uma unidade iniciar de forma voluntária, mostrar a importância e, depois, a comunidade toda certamente vai acampar a ideia (ENTREVISTADO B).

Bom, eu vejo com extremos bons olhos. Eu enxergo que é uma mudança de postura. Nos conselhos, percebo que há um, que há uma boa avaliação do projeto. **Agora, certamente, que ele vai encontrar dificuldades no comodismo de alguns professores (...)** mas, eu vejo que o projeto 'tá indo bem. **Essas barreiras vão ser vencidas, elas vão ser vencidas naturalmente e vão ser vencidas porque nós vamos alterar a nossa legislação pra tornar obrigatório o repositório,** porque eu 'tou amadurecido agora o suficiente pra implantar isso dentro da instituição de uma forma integral (ENTREVISTADO C).

Nesta análise, observa-se que os três entrevistados, apesar de serem favoráveis ao projeto, sabem que em alguns momentos o RI encontrará barreiras. Em suas concepções, essas dificuldades são originárias do desconhecimento do RIUFLA, que ainda se encontra em fase de implantação. Acredita-se que, com o projeto já consolidado na instituição e com o apoio da administração superior, os desafios serão amenizados.

4.1.1.4 Benefícios

Segundo Costa e Leite (2009), a plena adoção de repositórios institucionais em universidades e institutos de pesquisa traz consigo benefícios

em todos os níveis. Benefícios para a ciência como um todo, pois, ao mesmo tempo em que cria fluxos alternativos de informação útil para a ciência, reforça e potencializa as funções da comunicação científica, o que, por sua vez, reflete positivamente no avanço e no desenvolvimento científico. Assim, nesta categoria, procurou-se identificar quais seriam as vantagens da implantação do RI para a universidade e para seus pesquisadores. Segundo Crow (2002), a implantação de RI traz mudanças significativas no sistema de comunicação científica, tais como expandir exponencialmente o acesso à pesquisa; reafirmar o controle sobre o saber pela academia; reduzir o monopólio dos periódicos científicos (especialmente no que concerne à acessibilidade apenas por assinatura); servir como indicadores tangíveis da qualidade de uma universidade; demonstrar a relevância científica, social e econômica das atividades de pesquisa da instituição e aumentar a visibilidade, o status e o valor público da instituição.

Os três entrevistados destacaram o aumento da visibilidade da produção científica institucional, o armazenamento da produção, a interoperabilidade e a preservação de dados, o intercâmbio de informação e a melhoria da qualidade dos trabalhos científicos, além de dar satisfação à sociedade dos investimentos gastos em pesquisa.

Quanto a vantagens, maior visibilidade da sua produção científica, interoperabilidade de dados, controle e armazenamento da produção científica institucional, preservação da informação em longo prazo, acesso livre, intercâmbio de informação entre as instituições universitárias e de pesquisa como também proporcionar melhoria na qualidade dos trabalhos científicos (ENTREVISTADO A).

Aumento da visibilidade da produção científica da instituição, tendo em vista que grande parte das produções científicas é restrita às bases dos periódicos e só quem tem assinatura tem acesso, ou, às vezes, tem acesso limitado só

de resumos. Tendo o acesso livre, você aumenta a visibilidade, aumenta a consulta e vai mostrar o potencial da instituição. Então, esse é o ponto positivo. (ENTREVISTADO B).

Bom, as vantagens, seja pra universidade seja para os pesquisadores, é visibilidade, é divulgação daquilo que é feito, é dar uma satisfação à sociedade, que o dinheiro que a sociedade investe aqui está tendo um retorno de maneira, assim, ampla, né? Então, eu acho que esse, essa é a grande essência do projeto (...) (ENTREVISTADO C).

Apesar dos visíveis benefícios promovidos pelos RI, a sua implementação nas instituições enfrenta muitas barreiras. Dessa forma, elas serão tratadas na próxima categoria.

4.1.1.5 Barreiras

Uma barreira pode ser definida como um obstáculo que impede ou obstrui determinada ação. Na literatura sobre RI são citados vários tipos de barreiras que podem estar relacionadas com a classificação da instituição, o número de publicações, as habilidades técnicas, a idade dos pesquisadores, as dúvidas com questões de direitos autorais, etc.

Dessa forma, como o projeto de implantação do RI na UFLA ainda está no início, buscou-se saber se os atores percebem alguma barreira na implantação e quais seriam estas barreiras, buscando antecipar soluções.

Pelos resultados, todos os entrevistados concordaram que o projeto encontrará, sim, barreiras. Entretanto, a percepção desses atores é diferente, devido às posições que assumem no contexto da instituição. Um traz a visão de gerenciamento do RI; o outro, como ator que está no locus da implementação de uma unidade que é o projeto piloto e, por último, o olhar do ator sob a perspectiva da política institucional da universidade. O papel desenvolvido por

esses atores na instituição traz compreensões diferentes. Assim, quanto à visão sobre a gestão do repositório, as possíveis barreiras descritas são quanto ao desconhecimento das políticas de informação e de repositórios institucionais por parte dos pesquisadores e questões referentes a direitos autorais.

Quanto à visão do agente que participa do projeto piloto, ele relatou as inúmeras atribuições dos pesquisadores e as dúvidas sobre a operacionalização do sistema. O outro agente, do ponto de vista da política em nível institucional, acredita que as principais barreiras podem ser a baixa adesão ao depósito voluntário, o comodismo de alguns pesquisadores e a não participação da comunidade acadêmica, devido a não obrigatoriedade do depósito.

A partir dessas considerações, observa-se que algumas das possíveis barreiras à implantação do repositório da UFLA vão ao encontro daquelas descritas na literatura.

Talvez, a maior barreira seja o desconhecimento das Políticas de Informação e de Repositório Institucional, pois vejo uma preocupação dos pesquisadores com as produções que estão protegidas por direitos autorais, sendo que estes documentos são dispensados de depósito e outros detalhes previstos nos documentos supracitados (ENTREVISTADO A).

Nesse momento, agora, seria primeiro a dificuldade de ser mais uma atribuição para o docente e a questão do operacional, porque a gente tem poucas informações de como fazer, por falta de conhecimento sobre o assunto. A partir do momento que tivermos um treinamento, uma orientação, eu não vejo dificuldades (...) (ENTREVISTADO B).

Então, a primeira barreira é que a gente deixou opcional, quando a gente trabalhou essa regra no Conselho, no CUNI e, hoje, eu tenho plena consciência que ela deve ser uma regra obrigatória, ou seja, isso tem que fazer parte do cotidiano das atividades do professor, é, então nos vamos resolver isso no curto prazo. **Outra problema que eu vejo é**

em relação à comodidade de algumas pessoas (...). Então, a outra barreira é a gente conseguir sensibilizar todos pra que eles se cadastrem (...). Mas, eu entendo como uma dificuldade menor, mas sei que ela pode atrapalhar muito o projeto, se a gente não estabelecer a obrigatoriedade e se a gente também não estabelecer uma política não só lastreada na obrigatoriedade, mas também no convencimento do professor. Mas, uma das coisas que eu penso é que, ao estabelecer essa obrigatoriedade, nós vamos forçar os professores via progressão, ou seja, pra ele progredir na carreira, ele tem que ter atendido a esse quesito. Enquanto ele não atende, ele não progride. **Então, é a forma efetiva da gente vencer essa barreira** (ENTREVISTADO C).

Dentre as formas de se eliminar essas barreiras e garantir o sucesso do repositório na UFLA, os entrevistados sugerem a busca constante por apoio institucional, maior divulgação do RI e fazer com que o depósito das publicações seja obrigatório.

4.1.1.6 Obrigatoriedade do depósito

De acordo com Harnad (2006b), o objetivo da obrigatoriedade do autoarquivo é maximizar o uso e o impacto da pesquisa, aumentando o acesso do usuário aos resultados da investigação. As políticas de depósito obrigatório, ou simplesmente mandatos, são diretamente responsáveis pelas altas taxas de povoamento de repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica em universidades e instituições de pesquisa em todo o mundo (SILVA, ASSIS, 2011). Vale destacar que a obrigatoriedade em repositórios no Brasil está em tramitação, por meio do PLS 387/11.

Assim, buscou-se identificar a percepção dos entrevistados com relação à obrigatoriedade de depósito em repositórios.

Quanto a esta questão, um dos entrevistados reconhece a obrigatoriedade como essencial, mas salienta que isso seria possível somente por algum tipo de

controle. Os outros dois declararam que são totalmente favoráveis, pois o depósito das pesquisas financiadas com recursos públicos deveria estar obrigatoriamente visível para a sociedade.

Na minha opinião, é essencial, mesmo assim, acreditando que não funcionaria sem o desenvolvimento de alguma forma de controle (ENTREVISTADO A).

Eu sou plenamente favorável. Tudo que é financiado com recursos públicos, no meu ponto de vista, deveria ter acesso integral, livre, até porque foi a própria sociedade que financiou. Então, por que não ter acesso? Isso vai contribuir para a própria pesquisa em geral, para o conhecimento científico do país, porque mais pessoas vão ter acesso às pesquisas feitas no país e que foram utilizados recursos públicos. Então, **na minha opinião, toda pesquisa que envolve financiamento público deveria ser obrigatório mesmo** (ENTREVISTADO B).

A minha opinião é que sou totalmente favorável, na medida em que eu compreendi melhor o projeto, porque nós trabalhamos com recursos oriundos do contribuinte brasileiro, mesmo se a pesquisa for vinculada a uma empresa privada. Mas os nossos salários são pagos pelo contribuinte brasileiro e eu acho que **é uma obrigação nossa dar uma satisfação, do que nós estamos fazendo, ao contribuinte brasileiro.** Portanto, eu não entendo que a obrigatoriedade é uma imposição, que é uma coisa que massacra. **Eu entendo que a obrigatoriedade é uma questão de responsabilidade para com aqueles que nos financiam** (ENTREVISTADO C).

Com relação ao fato de que, na PIIUFLA, não ficou estabelecida a exigência da obrigatoriedade de depósito das publicações no RI, os entrevistados tiveram percepções diferentes. Essa divergência de percepções entre os entrevistados sobre a questão da não obrigatoriedade pode ser explicada pelo contexto situacional de cada ator participante da pesquisa.

O ator responsável pela gestão do repositório acredita que, de forma

voluntária, a PIIUFLA não garantirá o depósito e que ela deve ser obrigatória e a forma de assegurar o controle seria por meio de progressão profissional.

Já o ator ligado aos pesquisadores/docentes do projeto piloto salientou, novamente, as inúmeras atribuições dos docentes, que o depósito no repositório seria mais uma atribuição. Além disso, declarou que não sabe se isso será possível, devido à falta de conhecimento sobre os processos de operacionalização, que ainda existem muitas dúvidas quanto ao tempo gasto para se fazer o depósito. Percebe-se que, a princípio, existe um pouco de resistência, por parte do entrevistado, quanto a essa obrigatoriedade. Mas, declarou que, se o PL 387/11 vier a ser aprovado, o pesquisador não terá outra opção. Também acredita que pode vir a se tornar obrigatório na UFLA, pelo estabelecimento de rotina, por meio de treinamento e suporte.

Quanto à visão do gestor institucional, ele acredita que muitos pesquisadores vão participar de forma voluntária, devido à conscientização sobre os benefícios que isso trará para os próprios pesquisadores, como a visibilidade da sua produção e o aumento de citações. No entanto, declara que, por acreditar que uma parte dos pesquisadores não irá participar, acha que a instituição tem o dever de dar uma satisfação à sociedade. Dessa forma, a PIIUFLA deve se tornar, no curto prazo, o autodepósito no RI de forma obrigatória.

Acredito que a política como forma voluntária não garantirá o depósito. É necessário aprová-la como obrigatória e também a implantação de controles pela Universidade, como obrigatoriedade de apresentação de comprovação de submissão de produções apresentadas nos relatórios para progressão ou citados no Currículo Lattes (ENTREVISTADO A).

É o que eu disse. Nós já temos uma série de atribuições. Quem tem produção, normalmente, já está envolvido com uma série de outros projetos, de graduação, de pós-graduação. Então, a gente já tem relatórios de atividades, alimentar o Lattes, porque tudo isso reflete nos indicadores,

tanto questão pessoal de carreira, promoção, quanto também para a instituição. Porque, por exemplo, se você deixa de alimentar um Lattes, você está prejudicando a própria instituição, quando vai levantar as informações para uma avaliação de um programa de pós-graduação. **Então, isso aí é uma atribuição a mais. Mas, eu não vejo com tanta dificuldade não, mas precisa criar essa rotina e precisa ter um treinamento.** Então, nesse momento, as informações que eu tenho, não tem como falar se vai ser fácil ou difícil, se a comunidade vai aderir, porque eu não sei a operacionalização disso, o tempo que se gastar para fazer o depósito no RI, porque isso ainda é desconhecido. e então, é o que eu falei. O caminho é o que já está sendo feito. E, futuramente, pode vir a ser obrigatório por meio da aprovação do projeto de lei. Então, não vai ter nem opção. Mas, nesse momento, a decisão correta foi tomada. **Creio que pode vir a se tornar obrigatório na UFLA por meio de treinamento, suporte, pois a dificuldade nossa é quanto ao operacional.** O que é financiado com recurso público deveria ter essa disponibilidade. Isso vai ser garantido por meio de um repositório institucional, não tem outra forma. Isso vai dar visibilidade à sua própria produção e vai dar visibilidade à instituição. O próprio pesquisador é beneficiado com isso (ENTREVISTADO B).

Eu acho que muitos pesquisadores já começaram a participar e vão participar de forma voluntária porque basta a pessoa parar e pensar um pouquinho para ver que isso é muito bom. É bom pra ele, é bom pra instituição, porque faz pesquisa e seu grande prazer é que os outros te citem. Então, na medida em que você torna acessível a informação, aumenta a possibilidade de você ser citado. Então, por isso que eu acho que, voluntariamente, muitos vão participar (...). **Eu acho que a obrigatoriedade, ela é necessária sim, como um dever da universidade de dar uma satisfação, à sociedade que nos financia, daquilo que ela faz** (ENTREVISTADO C).

4.1.1.7 Missão institucional

Segundo Viotto (2008, p. 18), “definir a missão é um dos pontos mais importantes no desenvolvimento de um plano estratégico porque ela estabelece o propósito ou as razões para a existência da organização, do ponto de vista de sua utilidade para os clientes”. Nesta categoria, procurou-se saber, dos entrevistados, se a implantação do RIUFLA será importante para conseguir atender à missão da UFLA.²¹

Todos os entrevistados afirmaram que não têm dúvidas quanto a esse propósito. Um dos entrevistados disse acreditar que isso é possível pelo fato do acesso livre à produção científica e que a universidade tem desenvolvido ações que visam contribuir para atender à missão proposta. Outro entrevistado ressaltou que o RI será um local de referência para os estudantes, onde poderão consultar o que é produzido pelos professores da universidade e pelos próprios estudantes. Isso irá facilitar a pesquisa, o acesso a informações e, conseqüentemente, irão adquirir mais conhecimentos.

Sem dúvida. Pois os repositórios têm ganhado grande espaço em eventos que buscam o fortalecimento do movimento dos arquivos abertos, principalmente pelo fato de contribuírem com as instituições com o tripé que sustenta uma universidade: ensino, pesquisa e extensão, disseminando suas pesquisas e outros trabalhos de suma importância e interesse para a sociedade. Assim, concordo que o repositório é fundamental para atendermos à missão exposta (ENTREVISTADO A).

Sem dúvida nenhuma. Hoje, você, tornando livre a produção, tornando o acesso livre, você, em qualquer parte do mundo, você tem acesso a isso, e se a missão da

²¹ A missão da UFLA é manter e promover a excelência no ensino, na pesquisa e na extensão, formando cidadãos e profissionais qualificados, produzindo conhecimento científico e tecnológico de alta qualidade e disseminando a cultura acadêmica, o conhecimento científico e tecnológico na sociedade.

instituição é essa, a gente está divulgando o que a gente tem feito. A UFLA tem desenvolvido várias ações em todos os aspectos e isso vai contribuir para atender essa missão que é proposta (ENTREVISTADO B).

Não tenha dúvida. Lógico que sim, porque, entre os próprios estudantes, o que vai acontecer? Eles próprios vão ter um único local ou um local referência, melhor dizendo, não um único local, mas um local de referência para eles fazerem consultas de tudo que é publicado pelos professores da universidade e pelos próprios estudantes. Então, vai ficar muito mais fácil a pesquisa deles no quesito do que é produzido dentro da UFLA. E, dessa maneira, eles vão ter informações muito melhores do que eles têm hoje porque, hoje, eles fazem pesquisas na internet, né? Nem sempre fazem as pesquisas na biblioteca. Aí, muitos artigos que seriam importantes para a formação deles, principalmente no mestrado, doutorado e nos trabalhos de conclusão de curso ou, mesmo, na iniciação científica, que o trabalho que seria importante pra eles não são consultados. Na medida em que isso tudo esteja centralizado, né?, no repositório e termos um local de referência, vai facilitar muito a pesquisa pra eles e eles vão crescer com isso porque vão ter acesso a mais formações a mais conhecimentos, a mais informações científicas (ENTREVISTADO C).

Por meio da avaliação das percepções desses entrevistados, foi possível compreender como tais atores estão vendo a implantação desta política na universidade. Em síntese, no Quadro 7, apresentam-se as principais percepções dos atores entrevistados.

De modo geral, observa-se o RIUFLA como uma iniciativa importante no sentido de divulgação e gestão das publicações científicas, colaborando com a missão e o processo de internacionalização da instituição. Além disso, o RI conta com o apoio da alta administração da universidade e seus objetivos estão alinhados ao PDI/2011-2015.

Entretanto, ainda existem algumas incertezas e barreiras que dificultam a

operacionalização do RIUFLA, sobretudo na questão do depósito voluntário pelos pesquisadores, o que poderá ser contornado com um trabalho de conscientização dos pesquisadores e o estabelecimento da obrigatoriedade do depósito.

Quadro 7 Síntese das principais percepções dos atores entrevistados

Tema geral: Formulação e implementação da PII e do RI na UFLA		
Categorias	Unidade de registro	Unidade de contexto
Movimento de acesso à produção científica	-Possui conhecimento. -Conhecimento recente. -Conhecimento superficial.	Este movimento baseia-se no princípio de que todos os resultados de pesquisas financiadas com recursos públicos devem ser de livre acesso.
Visibilidade	-Sim. -Plenamente que sim. -Certeza que sim.	Os repositórios institucionais (RI), atualmente, estão se tornando uma ferramenta estratégica para as universidades, promovendo a visibilidade e o acesso à produção científica.
	-Acredito que sim. -Sim. -Certeza absoluta.	O objetivo original do Ranking Web é promover a presença na Web das instituições acadêmicas, apoiando-as para aumentar significativamente a transferência de conhecimento científico e cultural gerada pelas universidades à sociedade.
	-Sim. -Sim, mas com trabalho de incentivo a publicações na língua inglesa. -Absolutamente que sim.	A internacionalização pode ser definida como um processo crescente e continuado de envolvimento das operações de uma empresa com países fora de sua base de origem.
	-Tranquilidade. -Curiosidade. -Incertezas.	A implementação é uma das fases decisivas para o sucesso de uma política. Contudo, pelo fato de envolver uma maior multiplicidade de atores, agentes e fluxos de informação,

Quadro 7 “continua”

<p>Implantação do repositório</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Não vai ser fácil. -Várias atribuições dos docentes. -Não adesão. -Importância. -Vejo com extremos bons olhos. -Mudança de postura. -Dificuldades. -Comodismo. 	<p>torna-se uma fase bastante complexa, à qual deverá ser atribuída grande atenção, quer no nível da realidade política, quer da produção teórica.</p>
<p>Benefícios</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Aumento da visibilidade da produção científica institucional. -Armazenamento da produção. -Interoperabilidade dos dados. -Preservação. -Intercâmbio de informação. -Melhoria da qualidade dos trabalhos científicos. -Aumento do potencial da instituição. -Acesso livre. -Divulgação da produção. -Transparência dos recursos públicos. 	<p>A plena adoção de repositórios institucionais em universidades e institutos de pesquisa traz consigo benefícios em todos os níveis. Benefícios para a ciência como um todo, pois, ao mesmo tempo em que cria fluxos alternativos de informação útil para a ciência, reforça e potencializa as funções da comunicação científica, o que, por sua vez, reflete positivamente no avanço e no desenvolvimento científico</p>

Quadro 7 “continua”

<p>Barreiras</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Desconhecimento das políticas de informação e do repositório institucional. -Preocupação com direitos autorais. -Inúmeras atribuições do pesquisador. -Dúvidas sobre a operacionalização do sistema. -Baixa adesão ao depósito voluntário. -Comodismo. -Não participação da comunidade acadêmica, devido a não obrigatoriedade da política. -Falta de sensibilização. -Convencimento dos pesquisadores a participar do projeto. 	<p>Uma barreira pode ser definida como um obstáculo que impede ou obstrui determinada ação.</p>
	<ul style="list-style-type: none"> -É essencial. -Necessidade de formas de controle para funcionar. -Totalmente favoráveis. -Obrigatoriedade do depósito das pesquisas financiadas com recursos públicos. 	<p>O objetivo da obrigatoriedade do autoarquivo é maximizar o uso e o impacto da pesquisa, maximizando o acesso do usuário aos resultados da investigação.</p>

Quadro 7 “continua”

<p>Obrigatoriedade do depósito</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Transparência dos recursos públicos -Acesso integral à produção científica pela sociedade. -Obrigação da instituição dar satisfação à sociedade dos recursos que estão sendo gastos. -Responsabilidade para com aqueles que nos financiam. 	
	<ul style="list-style-type: none"> -Acredito que a política como voluntária não garantirá o depósito. -Aprovação da PII como obrigatória. -Implantação de controles pela universidade. -Acredita que pode vir a se tornar obrigatório, pelo estabelecimento de rotina, por meio de treinamento, suporte. -Acredita que muitos vão participar de forma voluntária. -Necessidade da obrigatoriedade, como um dever da universidade de dar 	

Quadro 7 “conclusão”

	uma satisfação, à sociedade que nos financia, daquilo que ela faz.	
Missão institucional	-Sem dúvida. -Sem dúvida nenhuma. -Não tenho dúvida.	Definir a missão é um dos pontos mais importantes no desenvolvimento de um plano estratégico porque ela estabelece o propósito ou as razões para a existência da organização, do ponto de vista de sua utilidade para os clientes

Detalhado o processo de formulação e implementação do projeto piloto do RIUFLA, a segunda fase consiste em compreender as experiências de outras universidades para recomendar o ajuste das ações. Nesse sentido, será feita a análise dos questionários enviados a estas instituições.

4.2 Resultados da pesquisa com as instituições que têm políticas institucionais e que já implementaram seu RI

Com a aplicação do questionário, enviado no período de 5 a 15 de março de 2013, para as onze instituições de ensino superior definidas anteriormente, na metodologia, buscou-se recomendar o ajuste de ações que visam à implementação do RIUFLA a partir das vivências do projeto piloto e de experiências de outras universidades que já implementaram essa política.

Dez instituições responderam os questionários: ENSP, UFBA, FURG, UFC, UFRGS, USCS, UTFPR, USP, UFGD e UFRGN. As categorias de análise representam as políticas delineadas por Leite (2009), Prestes (2010), Tomaél e Silva (2007) e Viana e Mardero Arellano (2006), para gerenciamento do repositório. É bom destacar que estas políticas têm variações. Algumas são tratadas de forma diferente pelos autores, não havendo uma predominância nos conceitos.

As categorias definidas foram: planejamento do repositório, política de gerenciamento, software, política de conteúdo, plano de marketing e/ou estratégia de comunicação, política de submissão/depósito, política de acesso à informação, política de direitos autorais, política de preservação digital, dificuldades enfrentadas, resultados da implantação, formulação da política institucional de informação. No Quadro 8 podem ser visualizadas as categorias com as questões que foram investigadas com a aplicação do questionário.

Quadro 8 Questões utilizadas para análise dos questionários

Tema: Planejamento para a implementação da PII e do RI na UFLA		
Categoria	Questão	Avaliação
Planejamento do repositório	<p>Para implantação do RI foi feito um planejamento?</p> <p>Se sua resposta for SIM, como foi feito esse planejamento? Explique.</p> <p>Se sua resposta foi NÃO, quais os motivos do não planejamento? Essa falta de planejamento dificultou a implementação do RI?</p> <p>Para o processo de formulação da PII, foi feito um planejamento?</p> <p>Se sua resposta foi SIM, como foi feito esse planejamento? Explique.</p> <p>Se sua resposta foi NÃO quais os motivos do não planejamento? Essa falta de planejamento dificultou a implementação da PII?</p>	Avaliar se as instituições fizeram planejamento para a implantação do repositório.
Política de gerenciamento	<p>Quantas pessoas trabalham para o RI?</p> <p>Quais profissionais compõem a equipe responsável pelo RI?</p>	Identificar quantidade e quais profissionais compõem a equipe técnica.
Software	<p>Qual o software utilizado para a implantação do RI?</p> <p>Qual o motivo da escolha deste software?</p>	Identificar o software utilizado pelas instituições.
Política de conteúdo	Há quanto tempo o Repositório Institucional (RI) da sua instituição está ativo?	Identificar tempo de implantação dos repositórios, quantidade e tipos de

Quadro 8 “continua”

	<p>Atualmente, quantos documentos estão inseridos no repositório? Quais documentos são inseridos no repositório?</p>	documentos inseridos.
Plano de marketing e/ou estratégia de comunicação	<p>No momento da implantação do RI, foi feito algum plano de marketing para divulgação e para sanar dúvidas dos usuários? Se a resposta anterior foi SIM, como foi feito esse plano de marketing? Explique. Se a resposta foi NÃO, você acredita que um plano de marketing ajudaria na implementação do RI? O RI está registrado em alguma base? Se a resposta for sim, qual(is)? O RI da sua instituição faz alguma divulgação de dados estatísticos, como número de acessos e downloads, para seus autores?</p>	Avaliar se as instituições analisadas fizeram um plano de divulgação do RI.
Política de submissão/depósito	<p>A respeito do depósito dos documentos, qual a modalidade praticada? Quanto à autorização para o depósito do documento no RI: . em caso de trabalhos em coautoria, quem faz o depósito e quem assina o termo de autorização para arquivar o documento no RI. Todos os autores ou apenas um deles? Explique. Quando um documento tem coautoria de</p>	Identificar os procedimentos adotados pelas instituições quanto às modalidades de depósito, aos tipos de autorização, à área com mais depósitos, ao acompanhamento das publicações

Quadro 8 “continua”

	<p>pesquisadores de departamentos diferentes, qual o critério utilizado para escolher a comunidade na qual será realizado o depósito?</p> <p>Quem administra as coleções? A biblioteca ou os chefes de departamento?</p> <p>É necessário autorização para submeter itens nas comunidades/coleções? Qual o procedimento?</p> <p>No RI da sua instituição, em quais áreas do conhecimento são realizados mais depósito?</p> <p>Como a instituição acompanha as publicações dos pesquisadores? Pelo Currículo Lattes? Outros? Neste caso, avisa ao pesquisador que ele deve submeter o item? Quais os procedimentos adotados?</p> <p>O povoamento dos documentos foi retroativo ou foram considerados somente documentos após a criação do Repositório? Explique.</p>	
<p>Política de acesso à informação</p>	<p>No caso de arquivos restritos, existe a obrigatoriedade da inserção dos metadados no RI?</p> <p>Para inserir os termos de indexação, a biblioteca faz uso de vocabulário controlado ou usa termos livres?</p> <p>Como são definidos os metadados? Existe um formulário para cada documento? Explique.</p>	<p>Identificar se existem formas de controle e padronização dos dados inseridos no repositório.</p>

Quadro 8 “continua”

Política de direitos autorais	Que tipos de licença são usados no RI? Existe alguma política de descarte do item, como violação de direitos autorais, plágios, etc.? Em caso positivo, explique como foi feita essa política.	Avaliar como são tratadas as questões de direitos autorais nos repositórios analisados.
Política de preservação digital	O repositório utiliza identificador persistente?	Analisar se as instituições adotam política de preservação digital.
Dificuldades enfrentadas	No momento de planejamento e implantação do RI da sua instituição, houve algum problema com a implantação? Quais as principais dificuldades encontradas durante a construção do repositório?	Avaliar quais os principais obstáculos e dificuldades enfrentados durante a implantação do RI, servindo como experiência para outras instituições.
Resultados	Quais as lições aprendidas com a implantação do RI? O que evitar? Explique. Quais foram os resultados alcançados com a implantação do RI na sua instituição? Explique.	Avaliar a experiência com a implantação do repositório.
Formulação da Política Institucional de Informação	Quem propôs a formulação da Política Institucional de Informação (PII) na sua instituição? Explique. Em que momento foi proposta a formulação da PII da sua instituição? Escolha uma das opções. Para o processo de formulação da PII foi feito um planejamento? Quais políticas do RI estão contempladas na	Identificar como foi o processo de formulação e implementação da PII nas instituições analisadas.

Quadro 8 “conclusão”

	<p>PII? Enumere-as.</p> <p>A PII passou por alguma das instâncias superiores da sua instituição para aprovação? Qual(is)? Como foi esse processo? Explique.</p> <p>A PII da sua instituição é do tipo mandatória, ou seja, de depósito obrigatório? Se a resposta for NÃO, no momento da formulação, foi sugerido que ela fosse de depósito obrigatório?</p> <p>A aprovação da PII da sua instituição garantiu o depósito das publicações no RI? Houve aumento nos depósitos?</p> <p>Se sua resposta foi NÃO, em sua opinião, como garantir esse depósito? Explique.</p>	
--	--	--

4.2.1 Planejamento do repositório

Em toda atividade é essencial planejar antecipadamente. Por meio do planejamento é possível fixar objetivos, definir as linhas de ação, detalhar as etapas para atingi-los e prever os recursos necessários para a consecução desses objetivos (ALMEIDA, 2009). Dessa forma, decisões planejadas ajudam a dar estabilidade à organização e, conseqüentemente, criam um ambiente mais equilibrado e mais produtivo. Nesta categoria, procurou-se identificar se as instituições realizaram planejamento para a implantação e a formulação da PII e do Repositório Institucional.

Todas as instituições analisadas declararam ter feito um planejamento para implantação do RI. Em sete das instituições para as quais foi enviado o questionário, o planejamento foi realizado por meio da formulação da Política Institucional de Informação, proposta pelo IBICT. Nas outras três, o planejamento foi proposto em reuniões, projetos ou planos de trabalho específicos e de acordo com determinações do edital.

Quanto à realização do planejamento da PII, em oito instituições o planejamento foi feito e apenas em duas não foi feito este planejamento, a USCS e a UFRGN. Pelos resultados obtidos, foi possível identificar que a maioria das instituições elaborou o planejamento conforme proposto por Leite et al. (2012), que preveem a definição da equipe técnica e suas atribuições, o levantamento dos atores e suas responsabilidades, p prazo definido para o depósito no repositório, o tipo de material que será depositado, a definição dos objetivos do RI, a análise das características e as necessidades da comunidade institucional, a definição de políticas, etc.

Como declarado pela maioria das instituições, na UFLA, o planejamento foi realizado por meio da formulação da PII, contemplando as ações propostas por Leite et al. (2012).

4.2.2 Política de gerenciamento

Esta política deve definir os papéis e as responsabilidades de cada integrante da instituição envolvido com o RI (VIANA, MARDERO ARELLANO, 2006). A elaboração de políticas de funcionamento dos repositórios e de todas as demais políticas necessárias para seu pleno e bem sucedido funcionamento é atribuição dos atores responsáveis por criá-los e mantê-los.

Nesse sentido, uma das primeiras etapas do planejamento é a constituição da equipe técnica, responsável pelo gerenciamento do RI e suas responsabilidades. Nas instituições analisadas, a quantidade de pessoas que compõem a equipe está entre dois a vinte integrantes e a formação desses profissionais é variada.

Ainda quanto à composição da equipe técnica, questionou-se quais são os profissionais que compõem a equipe. Os resultados apontam que os bibliotecários e analistas de sistema são os profissionais mais presentes nas equipes dos repositórios, conforme se observa no Gráfico 2.

Das instituições pesquisadas, nove possuem, na sua equipe, bibliotecários; seis, analistas de sistema; cinco, técnicos em informática; duas, estagiários e em cinco há outros profissionais em sua equipe, como coordenador, professor, secretários e terceirizados. Esses resultados vão ao encontro da sugestão de Leite (2009), que propõe que a equipe responsável pela construção do RI seja composta por profissionais como formações diferentes, no intuito de torná-la mais capacitada. No gráfico 2 podem ser observados os tipos de profissionais existentes nas equipes dos RIs das instituições.

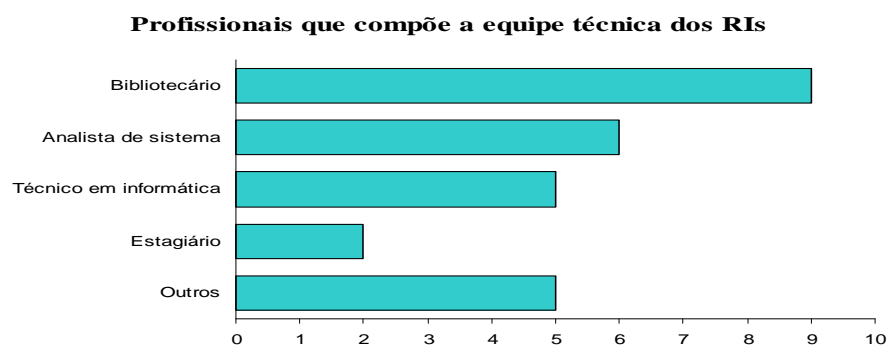


Gráfico 2 Profissionais que compõem a equipe técnica dos RIs.

A única instituição que não conta com bibliotecários em sua equipe é a FURG. Não se questionou o motivo, mas os bibliotecários são essenciais para o RI, pois eles, mais do que quaisquer outros profissionais, lidam com organização da informação, possuem expertise para a elaboração de políticas de formação, desenvolvimento e gestão de coleções e devem ter familiaridade com recursos tecnológicos (LEITE, 2009).

A equipe técnica do RIUFLA é constituída por cinco profissionais entre três bibliotecários, um assistente-administrativo e um técnico em tecnologia da informação. Para as instituições que aderiram ao edital FINEP, a composição da equipe técnica foi uma das exigências e deveria ser assumida como um compromisso institucional assinado pelo reitor.

4.2.3 Software

A escolha do software é de extrema importância para a implantação do RI. Existem várias plataformas para a implantação, contudo, algumas características essenciais devem estar presentes nas funcionalidades de um software, para que este atenda eficientemente às demandas de um repositório em sintonia com o acesso aberto (LEITE, 2009). Nesta categoria, procurou-se identificar quais os

softwares utilizados pelas instituições e o motivo da escolha. Segundo dados do OpenDoar, o DSpace é o software mais utilizado no mundo e os resultados da análise confirma esse dado. O DSpace aparece como o software mais utilizado pelas instituições analisadas, mais especificamente por nove delas, e apenas a ENSP utiliza o software Drupal, como pode ser observado no Gráfico 3.

Software utilizado para implantação do RI

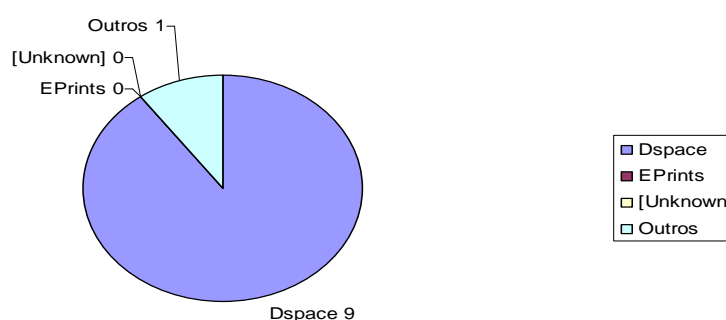


Gráfico 3 Software utilizado para implantação do RI.

O sistema Dspace foi desenvolvido para possibilitar a criação de repositórios digitais com funções de captura, distribuição e preservação da produção intelectual, permitindo sua adoção por outras instituições em forma consorciada federada. Os repositórios Dspace permitem o gerenciamento da produção científica em qualquer tipo de material digital, dando-lhe maior visibilidade e garantindo a sua acessibilidade ao longo do tempo (IBICT, 2012).

Além dessas funcionalidades, segundo os resultados da pesquisa, para sete das instituições analisadas, o principal motivo foi adesão ao Edital da FINEP. Outros motivos declarados foram:

Por ter boas recomendações de pesquisas e outras instituições que utilizam e por atender os quesitos técnicos que definiram (equipe da UFBA).

É um software com ampla utilização por renomadas instituições, segundo o OpenDoar. Além disso, possui uma comunidade de desenvolvedores e

usuários muito atuante em listas de discussões.(equipe da USP).

A escolha deveu-se ao fato de ser um software livre, bastante difundido no mundo e no Brasil para uso em repositórios digitais e muito importante, o fato de estar em permanente atualização. Considerou-se, também, o fato do IBICT estar recomendando o uso software na época, assim como faz até hoje (equipe da UFRGS).

Tal adoção deve-se ao fato da atual equipe já possuir conhecimento na plataforma e do alto grau de especificidades que deveriam ser implementadas no ambiente autenticado. Para cumprir com os requisitos do projeto foi necessário um alto nível de programação que iniciava na criação de uma estrutura para leitura dos registros do sistema do lattes até a possibilidade de acessos por perfis, conteúdos específicos para perfis e ferramentas de gestão (equipe da ENSP que utiliza o software Drupal).

Como declarado pela maioria das instituições, na UFLA, o motivo foi adesão ao edital da FINEP, onde o kit tecnológico já estava configurado com o software Dspace. Acredita-se que a escolha pelo IBICT se deve às várias características descritas, além de ser o software mais utilizado no mundo para implantação de RI. Além disso, permite customização e seu diferencial é ser estruturado em comunidades e coleções. Essa separação deixa clara a estrutura das unidades departamentais e dos conteúdos de cada unidade.

4.2.4 Política de conteúdo

A categoria política de conteúdo é definida por Barton e Waters (2004) apud Leite (2009). Segundo os autores, há três tipos principais de diretrizes para a elaboração de políticas de conteúdo: formatos de arquivos suportados pelo sistema; políticas relacionadas com as políticas da biblioteca, tais como políticas de formação e desenvolvimento e acesso às coleções; decisões políticas

relacionadas com as políticas da instituição, como, por exemplo, autenticação e identificação de usuários, política de privacidade, políticas sobre acesso e disponibilidade de teses e dissertações, entre outras. Resumindo, nesta política são definidos os tipos de documentos que poderão ser inseridos no RI, bem como o gerenciamento desses conteúdos e tipos de embargo.

Assim, procurou-se saber, das instituições analisadas, qual a quantidade e os tipos de documentos depositados nos repositórios. O sucesso de um repositório é frequentemente determinado pela quantidade de documentos depositados (TOMAÉL; SILVA, 2007). A maioria das instituições analisadas tem números expressivos de documentos.

Três das instituições estão com o repositório ativo há três anos. A equipe da UFBA declarou possuir 7.720 documentos, a USCS possui apenas 181 e a UFGD, em torno de 200. Outras quatro instituições estão com o repositório ativo há dois anos: a FURG, com mais de 3 mil documentos; a UFC, com mais de 4 mil; a UTFPR, com 800 documentos e a UFRGN, com apenas 218 documentos. Outras duas instituições estão com o repositório ativo a cerca de seis meses, como a ENSP e a USP. A ENSP, apesar do pouco tempo de implantação do RI, já tem um número bastante expressivo de documentos, num total de 14.602 títulos. No entanto, apresenta um número muito pequeno de documentos em texto completo, apenas 283. Uma das funcionalidades do Dspace é o armazenamento de texto completo de diferentes formatos. A USP tem, no total, de 28.754 documentos. É interessante destacar que essas duas instituições, apesar do pouco tempo de implantação, apresentam maior quantidade de documentos em relação às instituições anteriores. A UFRGS está com o RI ativo há cinco anos e é a instituição com maior número de documentos, um total de 65.347.

Nota-se que existe uma variação em relação ao tempo de funcionamento do repositório em cada instituição e o número de documentos inseridos. Mas, com os dados levantados, não se pode determinar a causa, pois algumas

instituições com poucos profissionais na equipe e com menor tempo de funcionamento têm maior número de documentos em relação a outras instituições que declararam ter mais profissionais. Como exemplo cita-se a USP, que tem em sua equipe três profissionais e é a segunda com mais documentos; já a UFC declarou ter vinte profissionais na sua equipe e uma quantidade bem menor de documentos, além de o tempo de funcionamento ser bem maior em relação à USP.

O RI permite a submissão de vários tipos de documentos. De acordo com Costa e Leite (2009), no que concerne a ser “científica ou academicamente orientado”, é importante ressaltar duas questões, as quais têm relação com decisões presentes nas políticas de funcionamento.

A primeira é que “cientificamente orientado”, deve significar conteúdo reconhecido e validado pela comunidade científica, o que, por sua vez, aponta, necessariamente, para as “publicações” científicas, especialmente o artigo de periódico. A segunda é que “academicamente orientado” flexibiliza a perspectiva da validação alcançada pelo peer review, e contempla também outras formas de comunicação científica, mais informais, inclusive material de ensino (COSTA, LEITE, 2009, p. 164).

Ainda quanto à definição do conteúdo a ser depositado no RI, pode-se usar a abordagem rígida e a flexível. Esta decisão por uma ou outra deverá ser fundamentada nas necessidades da instituição e nos objetivos estabelecidos para o repositório. No Gráfico 4, podem ser observados os principais tipos de documentos que são inseridos nos repositórios analisados.

Tipos de documentos inseridos nos RIs

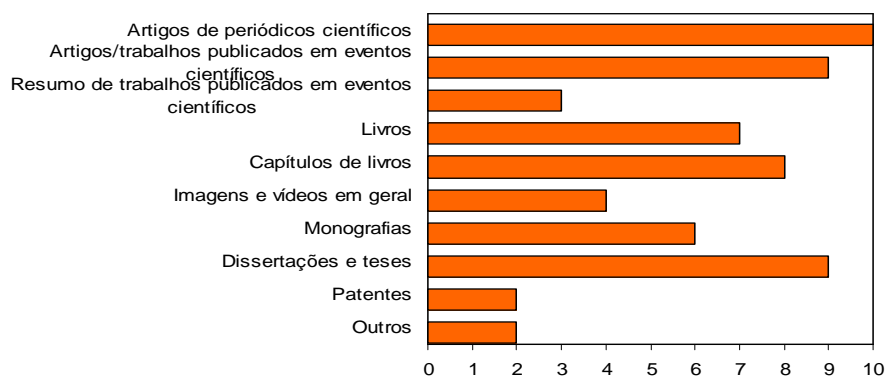


Gráfico 4 Tipos de documentos inseridos nos RIs.

Pelos resultados, observa-se que todas as instituições analisadas fazem o depósito de artigos de periódicos científicos, nove depositam artigos de eventos, nove depositam dissertações e teses, oito inserem capítulo de livros, sete inserem livros, seis depositam monografias, quatro fazem o depósito de imagens e vídeos, três depositam resumos de trabalhos, duas depositam patentes e duas citaram que depositam outros tipos de documentos, como fotografias e textos para discussão. É importante ressaltar que as instituições poderiam marcar mais de uma opção, então, algumas inserem vários tipos de documentos no repositório. A USP declarou possuir em seu RI somente artigos de periódicos científicos. Observa-se que a variedade nos conteúdos das instituições é flexível, devido aos objetivos e às características de cada organização.

O repositório da UFLA está ativo há quatro meses e já tem um número razoável de documentos. Até o momento, já foram inseridos 415 arquivos. No entanto, a maioria é de teses e dissertações, as quais são depositadas pela biblioteca. Os documentos passíveis de depósito no RIUFLA descritos na PII são:

- a) artigos publicados em revista científica, na qual haja processo de seleção

- por meio de revisão por pares;
- b) artigos/trabalhos publicados em eventos científicos, nos quais haja processo de seleção por meio de revisão por pares;
 - c) resumos de trabalhos, aprovados para apresentação em eventos acadêmico-científicos;
 - d) dissertação e tese, após avaliação por banca específica;
 - e) livros ou capítulos de livros, após avaliação por banca específica da editora;
 - f) patentes, desde que não haja cláusula de confidencialidade.

4.2.5 Plano de marketing e/ou estratégia de comunicação

A definição de um plano de marketing e/ou estratégia de comunicação e promoção do RI é recomendada por Vianna e Mardero Arellano (2006). Os autores defendem a necessidade de definição de estratégias de marketing para dirimir as dúvidas e contornar as dificuldades relacionadas aos direitos autorais, às barreiras tecnológicas e aos valores dos pesquisadores. Ao implantar o repositório, surge a necessidade de promovê-lo, junto à comunidade acadêmica e externamente. É importante que se faça a divulgação do serviço na instituição, buscando mostrar seus benefícios. Nesta categoria, procurou-se identificar se as instituições promovem ações de divulgação e consolidação do RI.

Barton e Waters (2004) apud Leite (2009) sugerem duas abordagens para a promoção do repositório institucional e dos seus serviços:

- a) de cima para baixo - direcionada para decanos, pró-reitores, diretores, chefes de departamentos, institutos ou faculdades e gestores acadêmicos. A conversa e a influência direta são recomendadas;
- b) de baixo para cima - demonstre o repositório e seus serviços para pesquisadores, professores, grupos de pesquisa, alunos de pós-graduação

e outros membros da instituição que tenham relação com atividades de publicação científica e sua distribuição.

A divulgação do repositório e o contato com os principais atores da instituição dentro das duas abordagens são uma estratégia importante para mostrar a importância do repositório para a instituição e, ainda, buscar apoio institucional. Dessa forma, buscou-se identificar, nas instituições, se, durante a implantação do RI, foi realizado um plano de divulgação e como foi executado esse plano.

Das dez instituições analisadas, apenas seis disseram que fizeram um plano de divulgação do repositório. A principal forma declarada foi por meio de reuniões, palestras, folders e campanhas na internet. As outras quatro declararam não ter feito um plano de divulgação, mas que desenvolveram estratégias de divulgação. Assim infere-se que todas as instituições tiveram preocupação com a promoção dos repositórios.

Segundo a equipe da UFC, *certamente um plano de marketing ajudaria na implementação. Na realidade, devido a questões de ajustes no sistema, que dependem do pessoal da TI, nosso RI será oficialmente divulgado para toda a comunidade universitária amanhã (12/03) e para tanto fizemos uma notícia para publicar no portal da UFC e nas listas de e-mail da universidade, bem como fizemos um banner ilustrativo para colocar nas bibliotecas e no site da BU e no facebook da BU.*

A equipe da UFRGN expôs *que foi realizado em parte. Embora não tenha sido elaborado um plano de marketing foi feita divulgação junto à comunidade através de folders, notícias e treinamentos. O plano de marketing auxiliaria em uma campanha de sensibilização junto aos docentes, discente de pós-graduação e servidores técnico-administrativos para incentivar e ampliar o auto-arquivamento da produção técnico-científica da universidade.*

Segundo a equipe da UFRGS, *foram feitas divulgações por meio da*

participação em reuniões e fóruns de coordenadores de pós-graduação, de coordenadores de COMGRADs, de bibliotecários, entre outras e, também, veiculadas notícias no jornal da universidade, no entanto, não foi feito um plano formal de marketing.

De acordo com a UTFPR, é imensamente importante um plano de marketing. É importante contar com a sensibilização e envolvimento da comunidade para o sucesso do RI.

Além do plano de divulgação, particularmente o envio aos autores das estatísticas de uso (acessos, downloads, etc.) das suas publicações, pode ser um instrumento importante de motivação para a adesão da comunidade científica, demonstrando o impacto da sua produção. O marketing realizado com a divulgação das estatísticas de uso dos itens depositados é uma espécie de testemunho dos benefícios dos repositórios (COSTA; LEITE, 2009). Conhecendo os benefícios, pesquisadores se sentirão motivados a manter seus trabalhos depositados.

Assim, questionou se as instituições adotavam essa estratégia. Mas, pelos resultados, apesar da importância e das vantagens da divulgação das estatísticas, apenas seis das instituições fazem uso desse instrumento e quatro declaram que não divulgam dados estatísticos.

Além da divulgação do repositório para a comunidade acadêmica, é muito importante a promoção do RI externamente. Dessa forma, com a finalidade de dar maior visibilidade ao repositório e a instituição alcançar maior destaque no cenário mundial, é primordial que o repositório seja registrado em bases específicas.

Assim, foi questionado se o repositório das instituições estava registrado em alguma base. Das instituições, nove informaram que têm tal registro e apenas a USCS informou que não tem ainda nenhum registro. As bases informadas foram: OpenDoar, ROAR, ROARMAP, Drive, OAIster, Bielefeld Academic

Search Engine (BASE), Portal Brasileiro de Acesso Aberto à Informação Científica (OAI.BR), RCAAP e Google scholar. Apesar de as dez instituições possuírem PII, apenas quatro se cadastraram no ROARMAP, diretório que reúne todas as políticas dos repositórios institucionais de acesso aberto no mundo. O ideal seria que as demais instituições registrassem suas políticas na base, para dar maior visibilidade a seus repositórios e a produção científica nacional.

Antes mesmo da implantação do RIUFLA, procurou-se desenvolver ações de divulgação, buscando a visibilidade do repositório na instituição, as quais já foram mencionadas. No plano de divulgação, está previsto que seja encaminhado um e-mail mensal aos departamentos, com as estatísticas de acesso. Quanto à visibilidade do RIUFLA, como declarado pela maioria das instituições, foi registrado nas seguintes bases: OpenDoar, ROAR, ROARMAP, BASE e Diretório do IBICT.

4.2.6 Política de submissão/depósito

Esta política deve definir os passos que o autor deverá realizar para submeter um arquivo no RI, como regras de submissão e depósito. Este processo pode variar, pois está condicionado ao tipo de software escolhido pela instituição. Esta política ainda deve contemplar os aspectos relativos aos direitos autorais, autoarquivamento e restrições/concessões, comunidades e coleções, etc.

Nesta categoria, perguntou-se qual a modalidade de depósito praticada e as formas de autorização utilizadas para o depósito no RI.

Quanto à modalidade de depósito praticada, oito das instituições respondentes declararam que os depósitos são feitos pelos bibliotecários, cinco declararam utilizar como forma de depósito o autoarquivamento (em que o próprio autor deposita) e duas das instituições utilizam outras formas de

depósito. Na UFRGS, *além do depósito feito pelo bibliotecário, o setor responsável pela gestão da Comunidade/Coleção do Lume também realiza os depósitos.*” A FURG não utiliza nenhuma das formas descritas: *nossos estagiários fazem o depósito.* Como os respondente podiam marcar mais de uma opção, algumas instituições indicaram que praticam duas modalidades de depósito ao mesmo tempo. Apesar de todas possuírem uma PII, observa-se que essa política não garantiu que os depósitos fossem realizados apenas pelo autoarquivamento. Em oito instituições, o depósito ainda é realizado pelos bibliotecários. Por isso, é tão importante o estabelecimento de políticas de autodepósito. Só por meio delas se garantirão o sucesso dos repositórios e o aumento nas de taxas de depósito. No Gráfico 5 descrevem-se as modalidades de depósito praticado pelas instituições analisadas.

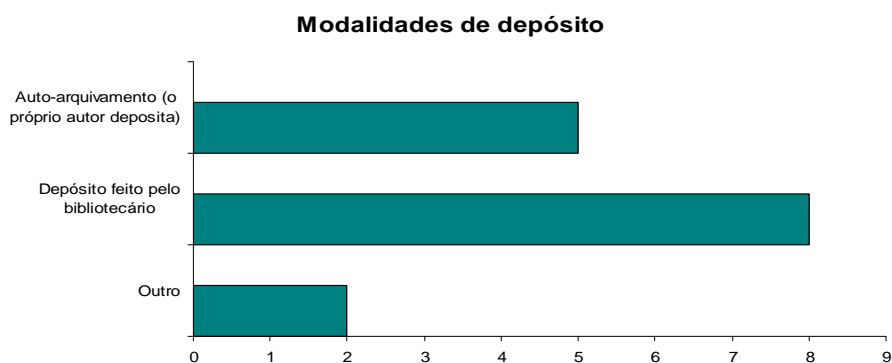


Gráfico 5 Modalidades de depósito.

Na UFLA, são utilizadas duas modalidades de depósito, pelo bibliotecário e pelo autoarquivamento (o próprio autor deposita). Ficou definido, pela equipe técnica, que as dissertações e teses continuarão a ser inseridas pelos bibliotecários, como já era feito na BDTD. No caso de outros tipos de documentos, o próprio autor fará o depósito.

Segundo Tomaél e Silva (2007), as diretrizes relativas aos aspectos

legais representam grande desafio para o gestor do repositório institucional porque devem abarcar questões relativas à licença de softwares, à licença para publicação e à propriedade intelectual. Segundo o autor, um repositório institucional deve ser apenas o custodiante da informação que armazena e dissemina, e não seu proprietário. Assim, é importante que os administradores do repositório fiquem atentos a questões legais. Uma forma de se garantir isso é estabelecer uma política em que o autor conceda ao repositório a permissão para o depósito de suas publicações. Outra forma é o contato com os editores que não possuem a licença Creative Commons, para tentar conseguir uma licença para o depósito das publicações no repositório.

Desse modo, procurou-se saber se as instituições solicitam algum tipo de autorização para os autores ou editores. Quanto à autorização para o depósito, sete das instituições solicitam autorização dos autores e/ou editores; uma declarou que não solicita autorização alguma e três instituições utilizam outros tipos de autorização. Na ENSP, *elas solicitam o termo de autorização no momento do arquivamento. Mas adotou uma política mandatória, que obriga o depósito, respeitando os tempos de embargo.* Na USCS, também é solicitada a *Autorização no auto arquivamento.* Como as instituições podiam marcar mais de uma opção, a UFRGN, além de solicitar autorização, ainda declarou que *depositamos de acordo com as políticas de arquivamento.* No gráfico 6 podem ser visualizadas as formas de autorização utilizadas pelas instituições.

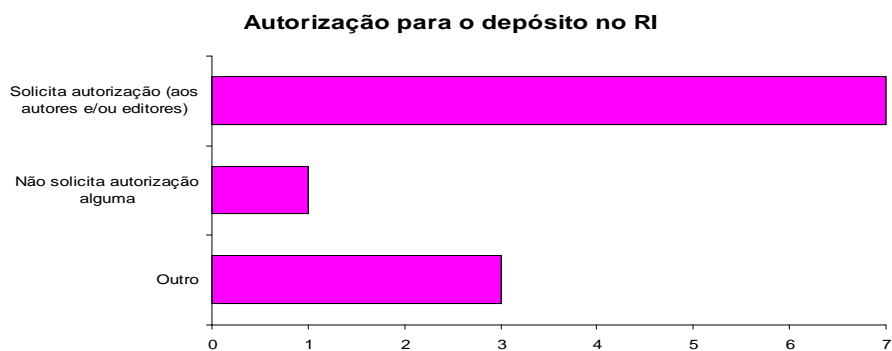


Gráfico 6 Autorização para o depósito.

Como, na UFLA, é a Biblioteca Universitária que faz o depósito das teses e dissertações, a autorização é solicitada neste caso. Quanto a outros tipos de documentos, caso seja necessário que a Biblioteca faça a submissão, também é adotado o mesmo critério e serão depositadas somente publicações com a licença CC.

Atualmente, os pesquisadores não trabalham de forma isolada. Existe uma rede de colaboração que visa à diminuição de tempo, de recursos humanos e materiais. A maioria das publicações científicas é escrita em coautorias. Quanto ao gerenciamento dessas publicações nos repositórios, existe a dúvida sobre como proceder. Assim, questionou-se das instituições, em caso de trabalhos em coautoria, quem faz o depósito e quem assina o termo de autorização. Segundo as instituições, são utilizados os passos descritos no Quadro 9.

Quadro 9 Procedimentos quanto a depósito e autorização

INSTITUIÇÃO	RESPOSTAS
ENSP	Se o autor e o coautor são da ENSP, ele cadastra; se todos os autores são da ENSP, um só cadastra e, se mais de um cadastrar, a bibliotecária tem que limpar e colocar os autores em ordem, como na publicação.
UFBA	O autoarquivamento, quando feito por servidores da instituição.
FURG	A Política Institucional prevê que "todo e qualquer documento" produzido pelos servidores deve fazer parte do repositório.
UFC	Todos devem assinar.
UFRGN	Apenas o autor servidor da UFRN assina o termo, ficando sob a responsabilidade do mesmo consultar os coautores. Lembrando que o depósito pode ser realizado pelo autor ou por pessoa designada.
UFRGS	Somente um, em nome de todos, ou todos eles, dependendo da situação e da facilidade em conseguir as assinaturas.
USCS	Só um autor dá a autorização.
UTFPR	Todos os autores precisam assinar os documentos.
USP	O depósito e a assinatura do termo serão solicitados aos vinculados à Instituição, sendo que todos os autores receberão e-mail informando a submissão do objeto digital.
UFGD	Apenas um deles que nos dá garantias de que o artigo também será divulgado pelos demais.

Nas políticas do RIUFLA, definiu-se que a submissão de qualquer arquivo deverá ser realizada pelo autor, coautor ou por um mediador, aderindo à Licença CC e à Licença de Distribuição Não-Exclusiva. Os autores serão os responsáveis pelo conteúdo que irão submeter, bem como verificar questões legais de depósito, junto aos editores. No caso das teses e dissertações que são depositadas pela biblioteca, o autor assina uma autorização para que a biblioteca disponibilize sua publicação.

Quanto à autorização para submeter itens nas comunidades/coleções, questionou-se se existe a necessidade de autorização e qual o procedimento adotado. Das instituições consultadas, sete responderam que a autorização é necessária e duas disseram que não solicita autorização. A FURG não solicita, pois o depósito é feito por estagiários e na UFRGS não há submissão de itens diretamente ao Lume. A ENSP não respondeu, pois não entendeu a pergunta. Quanto aos procedimentos adotados pelas sete instituições que declararam solicitar a autorização, as respostas foram as descritas no Quadro 10.

Quadro 10 Autorização para submeter itens nas comunidades/coleções

Instituição	RESPOSTAS
UFBA	Sim. Tem que solicitar a administração do RI ou já cadastramos previamente.
UFC	Sim, é necessário se cadastrar e solicitar permissão, junto à biblioteca, para depositar documentos na comunidade e nas coleções.
UFRGN	Sim. Todos podem realizar o cadastro, no entanto, o depósito será realizado mediante solicitação através de e-mail. Após conferência dos dados, o solicitante receberá a permissão para efetivar o depósito na comunidade correspondente ao seu órgão de lotação.
USCS	Sim, há prévia autorização. O professor solicita autorização ao administrador do RI.
UTFPR	Preenchimento e entrega de declaração de autoria e termo de autorização para a publicação juntamente com o PDF.
USP	Sim. Cadastro na base e solicitação de permissão para submissão de itens.
UFGD	Somente a autorização do autor.

No RIUFLA, não é permitida a submissão sem a devida aprovação da equipe técnica. No momento que os autores se cadastram, a equipe já autoriza as submissões nos seus respectivos departamento/comunidades.

Os repositórios são constituídos por comunidades (subcomunidades) que organizam seus conteúdos em coleções. Essas coleções guardam os documentos

depositados. As comunidades representam a estrutura organizacional da universidade, como faculdades, institutos, departamentos, etc. Quanto ao gerenciamento das coleções dos repositórios, perguntou-se quem administra, se a biblioteca ou os chefes de departamento. Em cinco instituições é a biblioteca que administra as coleções; nas outras cinco, o procedimento é variado.

De acordo com a equipe da ENSP, as coleções são administradas pela *Coordenação de Comunicação Institucional, ligada à direção da ENSP*. Segundo a UFBA, *Temos um Grupo Gestor*. A equipe da FURG declarou que a administração é feita pela *Coordenação do repositório*. De acordo com a UFRGS, *cada Comunidade/Coleção tem sua particularidade. Algumas são gerenciadas pela própria Gerência do Lume e outras pelo Órgão responsável pelo respectivo acervo*. Já na USCS, *é feito pelos gestores dos cursos*.

Na UFLA, por enquanto, ficou definido que o repositório e suas comunidades e coleções serão gerenciados somente pela Biblioteca Universitária. Acredita-se que o ideal é que os repositórios sejam gerenciados pela biblioteca, como afirmam Abrizah, Noorhidawati e Kiran (2010), visto que ela é disseminadora de informação e conhecimento, sendo o órgão dentro das universidades mais bem capacitado para gerenciar os repositórios, devido ao conhecimento especializado dos bibliotecários.

No software Dspace existe a possibilidade de um dos autores fazer o depósito na comunidade e na coleção específica e a equipe técnica dos repositórios pode fazer o mapeamento do documento para outras comunidades dos demais autores. Quanto à questão de coautoria de pesquisadores, questionou-se qual o critério utilizado para escolher a comunidade para fazer o depósito. A maioria das instituições informou que o depósito é feito na comunidade do primeiro autor e, para os coautores, é feito o mapeamento nas respectivas comunidades. A USCS informou que a instituição é pequena, não existem departamentos diferentes e a UFGD declarou que ainda não houve casos

de duplicidade.

Na UFLA, ficou definido que, quando o autor estiver ligado a mais de uma comunidade, seu documento será depositado seguindo a seguinte ordem de prioridade:

1. departamento ao qual está vinculado o membro;
2. programa de pós-graduação (preferencialmente aquele do qual o trabalho mais se aproxima).

No caso de documentos em coautoria, é feito o mapeamento para as comunidades correspondentes.

Nesta questão, procurou-se verificar, nas instituições analisadas, em quais áreas com base no CNPq são realizados mais depósitos. Das dez instituições analisadas, cinco declararam que são realizados mais depósitos em ciências da saúde e a segunda com mais depósitos declarado, por quatro instituições, é a de ciências sociais aplicadas. Três declararam que são realizados mais depósitos em ciências exatas e da terra; três em engenharias e três em ciências humanas. As áreas com menos depósitos declarados por duas instituições foram ciências biológicas e linguística, letras e artes e apenas uma das instituições declarou outro tipo de área. As áreas do conhecimento com maior número de depósitos podem ser vistas no Gráfico 7.

Áreas do conhecimento com maior número de depósitos

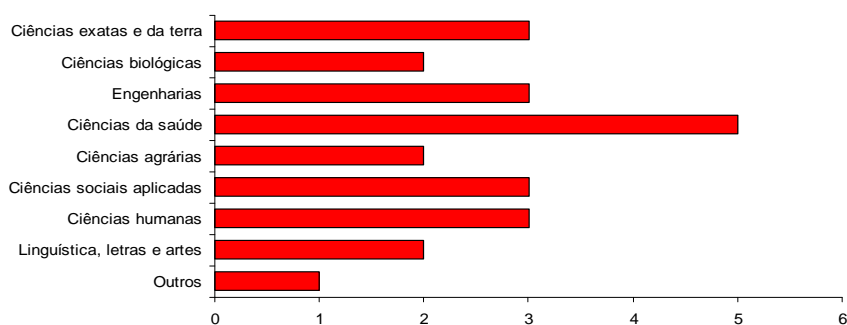


Gráfico 7 Correlação de depósitos e áreas do conhecimento

Na UFLA, este ponto ainda não pode ser avaliado, pois a maioria dos documentos foi inserida pela equipe técnica, e pertencem ao projeto piloto da área de ciências sociais aplicadas.

Quanto às formas de acompanhamento das publicações dos pesquisadores, questionou-se quais os procedimentos adotados: se o pesquisador é avisado para submeter o item, ou se existe um acompanhamento das publicações pelo Lattes. Quatro das instituições informaram que o acompanhamento é feito pelo Lattes. As outras declararam que o acompanhamento é feito por meio das publicações inseridas no sistema da biblioteca, pelo contato com as unidades e com os professores.

Costa e Leite (2009) sugerem alguns passos que podem auxiliar no levantamento da produção dos pesquisadores. Segundo os autores, são necessárias ações pontuais, tais como:

- a) buscar, no currículo Lattes dos pesquisadores, no SciELO, no catálogo da biblioteca da universidade e em outras bases de dados ou bibliotecas digitais, dados que permitam identificar a produção científica de cada pesquisador;
- b) contatar os pesquisadores para, em conjunto com a equipe do repositório, decidir sobre os itens de sua produção a serem depositados e sobre todas as autorizações necessárias para isso;
- c) coletar todos os conteúdos já disponíveis em ambiente digital e sem restrições para distribuição, depositando-os imediatamente no repositório institucional;
- d) coletar conteúdos impressos ou quaisquer outros materiais digitais pertinentes que não foram identificados ou que possuam restrições para depósito, digitalizá-los ou reproduzi-los e, em seguida, depositá-los no repositório.

As ações sugeridas pelos autores é o melhor procedimento a ser adotado

quanto ao levantamento e ao acompanhamento da produção científica para povoamento dos repositórios. Nesta questão, cabe salientar que é importante que este acompanhamento seja realizado para incentivar os pesquisadores a fazerem o depósito, criando uma cultura de rotina, pois não é prudente que os depósitos sejam feitos pela biblioteca.

Ainda, indagou-se das instituições se o depósito dos documentos foi retroativo e nove das instituições afirmaram que sim. Apenas o respondente da UTFPR declarou que acha relevante a inserção de trabalhos retroativos, mas o trabalho ainda não foi iniciado devido à falta de pessoal suficiente para desenvolver essa atividade. Acredita-se que seja interessante fazer o depósito das publicações de anos anteriores, pois um dos objetivos do Ranking Web, no quesito abertura, é analisar as publicações entre 2008 e 2012.

Para o projeto piloto do RIUFLA, os documentos inseridos foram retroativos, abrangendo um período de 2008 a 2012. A PII determina que o autor poderá inserir os documentos publicados até 6 meses após a publicação no periódico, ou seja, documentos publicados após a aprovação da política. Dessa forma, a inserção ou não das publicações anteriores ficará sob a responsabilidade dos autores.

4.2.7 Política de acesso à informação

Esta política diz respeito aos níveis e perfis de permissões de acesso aos itens depositados no RI, abrangendo questões como a padronização dos metadados e as restrições de acesso à informação (PRESTES, 2010).

O propósito de autoarquivamento é possibilitar que o texto completo, *peer-reviewed* resultante das investigações de professores/cientistas e suas instituições, seja visíveis, acessível e usável por qualquer potencial utilizador da internet. O cenário ideal é que toda a produção intelectual da instituição

estivesse armazenada e pudesse ser livremente distribuída na internet (LEITE, 2009). Entretanto, muitos conteúdos são de propriedades de editores científicos, os quais não concedem licença para que os autores façam o depósito de suas publicações em texto completo. Mas, isso não impede que sejam depositados se estiverem sob restrição de acesso, pois as instituições têm a opção de descrever apenas os metadados dos conteúdos restritos.

Assim, questionou-se se as instituições coletam os metadados dos arquivos restritos. Das universidades analisadas, oito responderam que existe essa obrigatoriedade da inserção no RI para arquivos restritos e apenas duas instituições não exigem essa obrigatoriedade.

No RIUFLA ficou definido, na PII em seu Art. 6º - Parágrafo único, o seguinte: *Quando a disponibilidade integral do conteúdo em ambiente de acesso aberto constituir infração à licença concedida pelo autor ou por seus detentores, estes deverão, do mesmo modo, ser imediata e obrigatoriamente depositados no RI assim que forem aceitos para publicação. No entanto, o acesso ao referido documento será restringido pelo gerenciador do RI durante o prazo estabelecido pela política de restrições dos editores detentores de direitos autorais. Nesse caso, estarão acessíveis apenas os metadados que os descrevem, com o arquivo restrito, para livros e capítulos, e o link direcionando para a página do editor, quando se tratar de artigos de periódicos ou trabalhos publicados em eventos.*

Como atividade integrante do tratamento temático da informação documental, a indexação tem por finalidade extrair termos representativos de documentos, com o objetivo de referenciá-los para uma melhor recuperação. A indexação de assuntos é, normalmente, feita com o objetivo de atender às necessidades de determinada clientela, ou seja, é preciso que se tome uma decisão não somente quanto ao que é tratado no documento, mas por que ele se reveste de provável interesse para determinado grupo de usuários

(LANCASTER, 2004).

Visando à padronização dos termos e ao melhor recuperação nos repositórios, perguntou-se se os repositórios usam algum tipo de controle dos termos de indexação, se fazem uso de vocabulário controlado ou usam termos livres. Vocabulário controlado é utilizado para padronizar os termos que serão inseridos no RI. Das instituições investigadas, seis declararam usar vocabulários controlados para a definição dos termos de indexação e cinco declararam utilizar termos livres, ou seja, as palavras-chaves atribuídas pelos autores nos documentos. A USP declarou utilizar as duas formas.

Quanto à definição dos metadados, perguntou-se se existe formulário para cada documento e como é o processo de definição. Seis instituições pesquisadas declararam que os metadados são definidos para cada tipo de documento e outras quatro responderam que usam o formulário único estabelecido pelo Dspace.

No RIUFLA definiu-se que será utilizado vocabulário controlado e, quando houver necessidade, devido às especificidades dos termos, também serão inseridos as palavras-chave dos documentos, ou seja, termos livres. Quanto à definição dos metadados, o RIUFLA está de acordo com a maioria das instituições. Foi definido que cada documento tivesse os metadados em formulário próprio, os quais já foram descritos anteriormente.

4.2.8 Política de direitos autorais

Esta política refere-se às questões de direitos autorais e autorizações de publicação, como definição de licenças e formas de acesso. De acordo com Leite (2009), os repositórios institucionais lidam com questões de direitos autorais em duas frentes principais que são:

- na aquisição de conteúdos, fase em que os autores devem assegurar

todos os direitos necessários para distribuir (quando for o caso, somente os metadados) e preservar os conteúdos armazenados;

- na distribuição de conteúdos aos usuários finais, fase em que devem equilibrar os princípios do acesso aberto com a proteção de direitos autorais.

Os dados da pesquisa revelam que oito instituições utilizam a Licença Creative Commons, quatro declararam usar a Licença de distribuição não exclusiva e três usam outros tipos de licença. Importante salientar que, nesta questão, as instituições poderiam marcar mais de uma opção. Assim, pelos resultados obtidos, conclui-se que algumas instituições usa ambas as licenças. Os resultados podem ser visualizados no Gráfico 8.

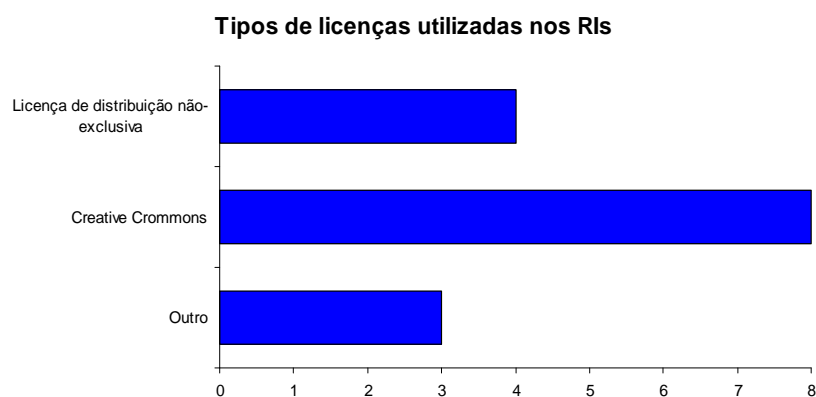


Gráfico 8 Tipos de licenças

Na UFLA também são utilizadas duas licenças, a Creative Commons e a Licença de distribuição não exclusiva. Estas licenças são anexadas ao documento no momento da submissão. Acredita-se que seja importante o uso das duas licenças, pois a CC está condicionada à autorização do depósito em repositórios pelos editores e, pela outra, o autor concede os direitos à universidade de disponibilizar a sua publicação.

Devido à importância da preservação dos direitos dos autores, investiu-se se as instituições têm uma política de descarte do item, caso seja detectada alguma violação de direitos autorais, plágios, etc. Nove instituições pesquisadas declararam não possuir tal política. Na UFTPR, apesar de não possuir tal política, os autores assinam uma declaração de autoria que atribui a eles a responsabilidade pelo conteúdo. Apenas na USP a sua PII contempla esta política, mas, por enquanto, ainda não se depararam com caso de plágio ou violação dos direitos autorais.

Assim como na UFTPR, na UFLA ainda não foi elaborada a política de direitos autorais. No entanto, na Licença de declaração não exclusiva consta a seguinte informação: o referido autor *Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.*

4.2.9 Política de preservação digital

Preservação digital se refere a uma série de atividades que asseguram o acesso ao material digital a longo prazo. Wheatley (2004) resumiu os objetivos da preservação digital, argumentando que preservar significa que as informações: a) serão mantidas íntegras, sem danos, perdas ou alterações; b) podem ser encontradas e extraídas pelo usuário, do servidor ou arquivo; c) podem ser interpretadas e compreendidas pelo usuário e d) que estas ações podem ser realizadas em longo prazo.

No contexto dos RI, uma estratégia importante é o uso de identificadores persistentes que garantem o acesso perpétuo aos documentos depositados, independente da localização, mesmo que o recurso não exista mais. Um dos objetivos e requisitos dos repositórios digitais é referenciar, de forma persistente,

os seus recursos, de modo a permitir a pesquisa e a recuperação dos mesmos num futuro distante (TOMAÉL, SILVA, 2007). O objetivo é que as citações para materiais arquivados permaneçam válidas por longos períodos de tempo. Para ajudar a resolver este problema, uma das funcionalidades do DSpace é a criação de identificadores persistentes para cada item, coleção e comunidade armazenada no sistema (IBICT, 2012).

Uma das motivações iniciais da proposta de RI é ser cumulativo e perpétuo, buscando preservar a produção intelectual de uma instituição para lhe garantir acesso amplo e irrestrito.

Dessa forma, verificou-se se as instituições fazem uso desse identificador e qual o usado. Quatro instituições afirmaram que utilizam identificador do próprio sistema, três não souberam responder qual o identificador utilizado. Três afirmaram que utilizam o Handle System.

No momento da configuração do RIUFLA, entrou-se em contato com o IBICT, para saber como a instituição deveria proceder nesse sentido. Então, foi recomendado por aquele órgão que fosse usado o próprio identificador do sistema.

4.2.10 Dificuldades enfrentadas

A evolução do RI está diretamente relacionada com os desafios e os problemas enfrentados ao longo da implantação e da gestão do repositório e são próprios de cada instituição. Nesta categoria, procurou-se identificar as principais dificuldades e os desafios enfrentados pelas instituições, quanto à implantação dos repositórios.

Para seis instituições pesquisadas, a maior dificuldade foi referente à elaboração da política de funcionamento do repositório institucional; a segunda maior dificuldade relatada, por cinco das instituições, foi quanto às questões de

direitos autorais, seguidas da capacitação da equipe, que foi apontada por quatro instituições. As dificuldades relacionadas com a infraestrutura tecnológica e a falta de apoio institucional foram relatadas por três instituições; duas declararam dificuldades com a definição dos metadados, uma declarou ter tido dificuldades quanto a recursos financeiros e a UFRS ainda informou outro tipo de dificuldade não mencionada no questionário: *a complexidade do fluxo de trabalho, uma vez que envolve muitos setores da universidade nas várias etapas até a disponibilização no Lume.*

Estes resultados podem ser visualizados no Gráfico 9.

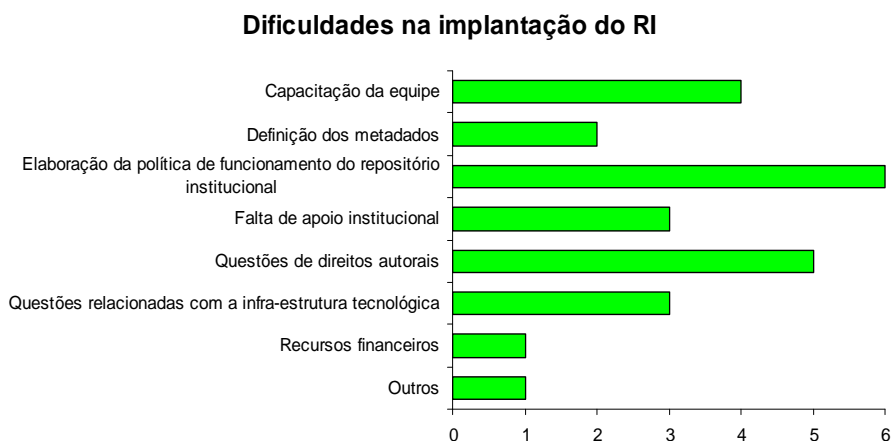


Gráfico 9 Dificuldades enfrentadas na implantação do RI

No que se refere ao contexto geral do gerenciamento de repositórios, as principais dificuldades relatadas na literatura dizem respeito aos processos de gestão, como inserção de dados, coleta de informações, direitos autorais e resistência por parte dos pesquisadores. A principal dificuldade relatada foi quanto à elaboração da política de funcionamento, seguida por questões de direitos autorais.

As dificuldades quanto às questões de direitos autorais têm sido descritas, na literatura, como uma das barreiras ao depósito (VAN DER GRAAF,

2008). A dificuldade na elaboração das políticas de funcionamento do RI se refere, de forma geral, aos processos de gestão. Como as instituições poderiam marcar mais de uma opção, algumas informaram que enfrentaram mais de uma dificuldade no processo de implantação do repositório.

As principais dificuldades encontradas pela equipe do RIUFLA foram quanto à elaboração da política de funcionamento do repositório institucional, à capacitação da equipe, às questões relacionadas com a infraestrutura tecnológica, à definição dos metadados e às questões de direitos autorais, conforme relatado no primeiro objetivo.

4.2.11 Resultados da implantação

Nesta categoria, buscou-se relatar as experiências com a implantação do repositório, descrevendo as lições aprendidas, os possíveis erros quanto à implantação e o gerenciamento de repositórios, além dos resultados alcançados.

Para garantir o funcionamento do RI, segundo os dados obtidos com o questionário, é fundamental:

- a) estabelecer uma PII que garanta o depósito;
- b) a composição de uma equipe interdisciplinar;
- c) o trabalho em equipe;
- d) a postura e o apoio da administração superior;
- e) a integração entre os diferentes atores;
- f) a adesão dos pesquisadores;
- g) manter o repositório atualizado;
- h) o fluxo de trabalho contínuo.

Quanto aos problemas as instituições, foram mencionados:

- a) falta de interesse das pessoas;
- b) falta de uma maior articulação política das instâncias superiores;

- c) falta de uma política de informação definida;
- d) ocorrência de iniciativas isoladas de criação de repositórios na instituição;
- e) falta de treinamento;
- f) falta de envolvimento institucional;
- g) falta de apoio e pessoal capacitado;
- h) dificuldades na sensibilização dos professores.

Os relatos completos podem ser observados no Quadro 11.

Quadro 11 Experiência de implantação do RI das instituições analisadas

INSTITUIÇÃO	RESPOSTAS
ENSP	É fundamental ter uma política institucional que garanta o repositório. A adesão do pesquisador é fundamental ao projeto. Não basta montar um repositório sem que se tenha apoio institucional, principalmente da direção. No nosso caso, tivemos apoio total da direção no projeto.
UFBA	São muitas, poderia destacar fazer um planejamento como fizemos, contar com uma equipe interdisciplinar ou ter um grupo gestor e capacitar a equipe de informática.
FURG	Trabalho em equipe e a postura da administração superior da instituição são fundamentais.
UFC	Em instituição pública, tudo é uma questão de boa vontade. Se as pessoas envolvidas, principalmente o pessoal de TI, fossem mais interessadas em fazer as coisas acontecerem, certamente os serviços fluiriam bem melhor.
UFRGN	Muitos conhecimentos adquiridos acerca da criação e da implantação de repositórios digitais. Um bom relacionamento com a equipe do Laboratório de Metodologias de Tratamento e Disseminação da Informação – IBICT. A falta de uma maior articulação política das instâncias superiores. Implementar um repositório institucional sem uma política de informação definida.
UFRGS	É fundamental integrar bibliotecários e docentes na equipe responsável pelo repositório, a fim de facilitar sua implementação e institucionalização. É interessante criá-lo, mesmo sem estar instituído formalmente, para que já haja um produto a ser mostrado e, em etapa posterior, formalizá-lo. É uma atividade com fluxo contínuo. Manter o repositório atualizado é muito importante para se adquirir credibilidade junto à comunidade. O que evitar? Que sejam criadas iniciativas isoladas de criação de repositórios na instituição.
USCS	Faltou treinamento para bibliotecárias, mas não acho que há coisas a evitar, apenas aprender mais.
UTFPR	É necessário um envolvimento institucional, apoio e pessoal capacitado.
USP	Muitas foram as lições e aprendizados, principalmente com relação à questão de incentivar a comunidade aderir à cultura do acesso aberto.
UFGD	Talvez ainda seja a dificuldade de sensibilização dos professores para divulgação de seus trabalhos. Isto deve ser um trabalho contínuo e permanente

Vale destacar que as ações e as estratégias para se garantir o funcionamento de um RI foram traçadas na UFLA. Quanto aos problemas na implantação do RIUFLA, observaram-se alguns pontos em comum com as demais instituições, os quais já foram mencionados, como dificuldades quanto à elaboração da política de funcionamento do RI, a definição de metadados, a capacitação da equipe etc. No entanto, acredita-se que, para vencer estes obstáculos, é essencial o envolvimento de todos os atores, uma mudança de postura por parte dos pesquisadores e, além disso, é fundamental o apoio institucional.

Na realização de qualquer política, busca-se o resultado dessa ação. Assim, buscou-se saber, das instituições analisadas, quais os resultados da implantação dos repositórios. Na ENSP, na FURG, na UFC e na USCS, os respondentes do questionário declararam que ainda não têm como avaliar os resultados, pois o repositório ainda está em fase de desenvolvimento ou devido ao tempo de funcionamento. Os demais declararam que os principais resultados obtidos foram: aumento da visibilidade da produção científica e da instituição, mapeamento da produção, preservação da memória da instituição, gestão da informação científica, facilidade e rapidez no acesso à informação, elaboração de indicadores que permitem decisões gerenciais e transparência. Os resultados completos são descritos no Quadro 12.

Quadro 12 Resultados da implantação do RI

INSTITUIÇÃO	RESPOSTAS
ENSP	Ainda é cedo para avaliação, só temos 6 meses, e ainda com um período de férias, fim de ano, carnaval, que baixa a capacidade de resposta institucional. Teremos mais condições de responder futuramente. Mas, a princípio, já temos como ganho a visibilidade da produção científica.
UFBA	Vou destacar algumas: ampliação da visibilidade da instituição, melhor mapeamento da produção, uso como ferramenta administrativa em editais, preservação da memória da instituição, entre outras.
FURG	Não temos como mensurar ainda.
UFC	Ainda estamos em fase de estudo para verificar os resultados, pois há pouco mais de uma semana é que as estatísticas foram implementadas.
UFRGN	Visibilidade da produção técnico-científica da UFRN em diretórios de buscas internacionais; Ministrar treinamentos para utilização da ferramenta Dspace: - Universidade Federal do Ceará (fev. 2011); - Universidade Federal do Mato Grosso - Campi Cuiabá e Rondonópolis (2011) Reconhecimento do RI da UFRN como 3º colocado no requisito qualidade dos repositórios institucionais durante o evento “Iniciativas do IBICT para a visibilidade da ciência brasileira”, realizado em Brasília, DF, em 18 e 19 de outubro de 2012; Curso de aperfeiçoamento em criação e gestão de repositórios digitais (mar. 2013) - em curso.
UFRGS	Hoje não temos como medir os resultados alcançados de maneira mais “precisa ou científica”, digamos. Pode-se mencionar, contudo, que o Lume, considerando o número de itens que reúne e o de acessos e downloads, tem contribuído muito para a posição da Universidade no Ranking Web de Universidades, realizado pelo Cybermetrics Lab, grupo de pesquisa pertencente ao Conselho Superior de Investigações Científicas (CSIC), da Espanha. A UFRGS aparece em 129º lugar no Webometrics, divulgado em fevereiro deste ano. A pesquisa leva em consideração a

Quadro 12 “conclusão”

	relação entre atividade/presença e visibilidade/impacto do conteúdo divulgado na Internet pelas instituições avaliadas. A UFRGS é a terceira melhor na América Latina e a segunda no Brasil. No Lume, por sua vez, na classificação geral, que inclui 1.654 repositórios temáticos e institucionais, a Universidade conquistou o 27º lugar, na terceira colocação entre as instituições da América Latina e na segunda posição no Brasil.
USCS	Até o momento, acho que não podemos falar em resultados alcançados. Estamos ainda em fase de conhecimento e desenvolvimento.
UTFPR	Ampliação da visibilidade, incentivo ao acesso aberto e gestão da informação científica
USP	Maior visibilidade da produção intelectual e acadêmica institucional. Facilidade e rapidez no acesso à informação. Elaboração de indicadores que permitem decisões gerenciais.
UFGD	Transparência e visibilidade

Na UFLA, o repositório ainda está em fase de desenvolvimento e, devido ao pouco tempo de implantação, ainda é muito cedo para apresentar resultados concretos. Mas, como resultado parcial é possível perceber que a implantação trará vários benefícios para a instituição, como citado pelas instituições analisadas. Pode-se relatar que, com pouco tempo de implantação, a equipe já está auxiliando duas instituições que estão iniciando a implantação do repositório, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, UFRB e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas, Campus de São João del-Rei. Além disso, com base em dados estatísticos, o RIUFLA, com pouco tempo de implantação, já teve um número bem considerável de acessos, um total de 1.517, os quais são feitos de vários países e cidades do mundo todo. A quantidade de documentos inseridos por comunidade e o número de acessos podem ser visualizados no Quadro 13²².

²² Dados consultados em 17 de maio de 2013.

Quadro 13 Dados estatísticos das comunidades RIUFLA

Dados estatísticos das comunidades RIUFLA - fev/mar./abr./maio		
Comunidades	Número de documentos depositados	Número de Acessos
Biblioteca Universitária (BU)	12	260
Departamento de Administração e Economia (DAE)	174	303
Departamento de Agricultura (DAG)	30	82
Departamento de Biologia (DBI)	33	92
Departamento de Ciência dos Alimentos (DCA)	14	48
Departamento de Ciência da Computação (DCC)	6	103
Departamento de Ciências Florestais (DCF)	20	61
Departamento de Ciências Humanas (DCH)	7	39
Departamento de Ciência do Solo (DCS)	17	44

Quadro 13 “conclusão”

Departamento de Educação (DED)	1	33
Departamento de Educação Física (DEF)	0	38
Departamento de Engenharia (DEG)	13	49
Departamento de Entomologia (DEN)	9	56
Departamento de Ciências Exatas (DEX)	13	49
Departamento de Fitopatologia (DFP)	8	44
Departamento de Medicina Veterinária (DMV)	34	75
Departamento de Química (DQI)	8	43
Departamento de Zootecnia (DZO)	14	50
Programa de Pós-graduação em Biotecnologia Vegetal (PPBV)	2	48
Total de documentos e acessos	415	1517

4.2.12 Formulação da Política Institucional de Informação

A Política Institucional de Informação deve conter os objetivos e as diretrizes para o funcionamento do RI. Procurou-se identificar como foi o processo de formulação e implantação dessa política nas instituições analisadas, indagando-se de quem foi a iniciativa de propor a formulação da PII na instituição. As respostas foram variadas, tendo a formulação da PII sido proposta por diversos órgãos da instituição. Em apenas três delas a proposta foi feita pela biblioteca.

Nas demais instituições, como na ENSP, a *Coordenação de Comunicação Institucional com o apoio de uma comissão multidisciplinar*. Na UFBA, *uma professora da Instituição que submeteu à Reitoria a PII em seus desdobramentos, que foi criado pelo Grupo Gestor nomeado pela Reitoria*. Na FURG, *Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPESP*. Na UFRGS, *o Comitê Gestor do Lume*. Na USCS, *Pró-Reitoria de Pós-Graduação e professores do Mestrado*. Na UTFPR, *a equipe gestora elaborou a política quando da participação do edital FINEP/IBICT*. Na USP, pelo *Departamento Técnico do Sistema Integrado de Bibliotecas. DT/SIBi*.

Como recomendado no edital do IBICT, antes da implantação do RI, é necessária a elaboração da PII, a qual deve prever as decisões e as ações para garantir o gerenciamento do RI e o depósito por parte dos pesquisadores. Dessa forma, perguntou-se em que momento foi proposta a formulação da PII nas instituições. Seis instituições pesquisadas seguiram o que foi recomendado pelo edital do IBICT, cuja proposta de formulação aconteceu antes da implantação do RI. Nas outras instituições, ficou assim dividido: em duas, a formulação aconteceu durante a implantação e, nas outras duas, depois da implantação do RI. Os resultados podem ser vistos no Gráfico 10.

Momento da formulação da PII

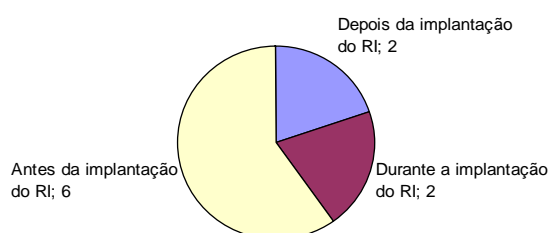


Gráfico 10 Momento da formulação da PII

Na UFLA, a proposta da formulação PII seguiu as recomendações do edital e aconteceu antes da implantação do RI.

Leite (2009) sugere que sejam estabelecidas algumas políticas que podem fazer parte de uma política mais abrangente, que é a PII. As políticas que podem ser contempladas são conteúdo, direitos autorais, preservação digital, submissão/depósito, etc., as quais serão definidas de acordo com os objetivos do repositório. Todas as instituições declararam que as suas políticas estão contempladas na sua PII, em que podem ser consultadas²³.

As políticas contempladas no RIUFLA foram: política de conteúdo,

²³ Disponível em: <<http://repositorio.furg.br:8080/jspui/about/politica.jsp>, http://www.lume.ufrgs.br/arquivos_download/Portaria-5068.pdf, http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/sobre/politica_repositorio_1.pdf, <https://repositorio.ufba.br/ri/about/politica%20institucional.pdf>, http://www.repositorio.ufc.br:8080/ri/sobre/Resolucao02_Consuni_2011.pdf, http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/sobre/resolucao_592010_consepe_riufrn.pdf, <http://www.ufgd.edu.br/prograd/repositorio-ufgd/politica-institucional-para-divulgacao-das-producoes-cientificas-e-tecnicas-da-ufgd>, http://blogrib.files.wordpress.com/2009/12/uscs_politica-institucional-de-informacao.pdf, <http://www.usp.br/drh/novo/legislacao/dae2012/res-usp6444.html>, [http://www.fsa.br/santoandre/upload/arquivo/003\(1\).pdf](http://www.fsa.br/santoandre/upload/arquivo/003(1).pdf), http://roarmap.eprints.org/700/1/portaria_acesso.pdf>.

política de submissão/depósito, política de divulgação, política de preservação, política de direitos autorais, política de acesso à informação e política de gerenciamento.

Para apreciação e aprovação da PII, Rodrigues (2009) sugere que a proposta seja encaminhada para consulta junto aos órgãos da instituição. Dessa forma, perguntou-se, no questionário enviado às instituições, se a PII passou por alguma das instâncias superiores das instituições para aprovação. A maioria das instituições respondeu que a política passou pelo conselho universitário e pela reitoria, antes de ser aprovada. Nota-se que nenhuma das instituições informou que a PII passou pelo setor jurídico para avaliação.

Na UFLA, a PII foi encaminhada para o CEPE, o qual encaminhou para o setor jurídico da instituição e, posteriormente, enviada para aprovação no CUNI. Acredita-se que esse procedimento tenha sido correto, visto que a política envolve questões de direitos autorais.

Para se garantir o povoamento dos repositórios é importante que as instituições formulem sua PII como mandatória, ou seja, de depósito obrigatório. Dessa forma, questionou se a PII das instituições era de caráter obrigatório. Caso não fosse, se, em algum momento da formulação, sugeriu-se que ela fosse mandatória. Pela análise das respostas observa-se que em duas instituições, a PII é de caráter obrigatório, mas respeitam-se as políticas editoriais; em outras duas, é obrigatória somente para teses e dissertações; em cinco ela não é obrigatória e uma não soube responder. Apesar do fato de em duas instituições a PII ser de caráter obrigatório, Kuramoto (2012), em seu blog, faz menção somente à política da ENSP²⁴.

Pelos resultados obtidos, verifica-se que apenas a formulação de uma PII

²⁴ Disponível em: <<http://kuramoto.blog.br/2012/10/08/ensp-institui-sua-politica-de-oa/>>. Acesso em: 6 maio de 2013.

não é garantia de povoamento do RI. Isso porque a aprovação da PII veio garantir o depósito das publicações em cinco das instituições investigadas, mas em outras cinco ela não garantiu.

Na UFRGS, segundo a resposta obtida no questionário, a PII garantiu o aumento dos depósitos e, ainda, que *a PII dá respaldo a uma rotina que já vinha sendo adotada há alguns anos. Sem dúvida, é fundamental no processo de implantação do repositório, mas, além disto, é necessária ampla divulgação do repositório e dos benefícios do mesmo para o autor e para a instituição.* Na UFBA, na UFC e na UFRGS, embora tenham informado anteriormente que a PII não é obrigatória, as respostas dadas à questão indicam que, a partir da implementação da PII, houve aumento nos depósitos.

Como em algumas instituições, na UFLA existe a obrigatoriedade de depósito somente para teses e dissertações.

Para as instituições que responderam que a PII não garantiu o depósito, questionou ainda, o que seria possível para alcançar esse objetivo. Na FURG, segundo a informação obtida, com a PII não houve aumento de depósitos e, segundo a opinião do respondente a forma de se garantir o depósito seria por meio de motivação. *Primeiro temos de consolidar o RI como ferramenta de gestão, depois partiremos para a obrigação do depósito. Pelo fato deles ainda não compreenderem o que é o RI é que estamos trabalhando para consolidá-lo.*

A equipe da UFRGN não respondeu à pergunta anterior, mas, a esta afirmou que não garantiu o depósito e não declarou como seria possível fazer para garantir os depósitos. Na UFGD não houve aumento de depósito e *ainda existe uma dificuldade para que o professor torne este envio de publicações de modo rotineiro, assim como ele preenche os formulários da CAPES, por exemplo.* Na USCS, *não há como ter essa garantia.* Enquanto na UTFPR, *depende da criação de uma cultura, o que não é nada fácil.*

O RIUFLA foi lançado em fevereiro de 2013 e a equipe técnica iniciou

imediatamente um plano de divulgação na universidade. Entretanto, observa-se que, mesmo mostrando a importância da participação dos pesquisadores, percebe-se um total desinteresse destes pelo repositório.

Diante dessa análise sobre a implantação do RI em dez instituições e com base na experiência do projeto piloto na UFLA e nas percepções dos três atores da comunidade universitária, vale destacar a necessidade de refletir sobre algumas ações que podem contribuir para a continuidade da implantação do RIUFLA.

4.3 Recomendar o ajuste de ações para continuidade da implantação do RIUFLA

Observa-se que, de modo geral, questões gerais norteadas pelo edital do IBICT (viabilizar as ações necessárias para a implantação do RI compatível com o modelo de interoperabilidade Open Archives; estabelecer uma PII que garanta o depósito por parte dos pesquisadores; constituir e manter uma equipe composta por técnicos de informação e informática; manter conexão permanente com a Internet) foram assumidas quase em sua totalidade pelas instituições pesquisadas. Esse resultado corrobora o tipo de formulação que essa política do IBICT suscita, ou seja, uma visão *top-down*, que já inicia com o atendimento a alguns pré-requisitos para que as instituições possam submeter as suas propostas de participação. Caso sejam aprovadas, existem vários procedimentos a serem seguidos na implementação.

Por outro lado, a pesquisa também demonstra que as universidades tiveram um pouco de autonomia na operacionalização de seus RIs. Foi nesse quesito de operacionalização que se observaram as principais limitações, como, por exemplo, a questão do depósito e da obrigatoriedade.

Essas limitações têm sido enfrentadas na implementação do RIUFLA, pois, embora os atores entrevistados na UFLA salientem que a comunidade universitária reconhece o propósito do RI em divulgar e gerenciar a informação em pesquisa, ciência e tecnologia, ainda não há um envolvimento, por parte de seus pesquisadores, com relação ao depósito de suas publicações.

Dessa forma, a necessidade repensar ações que visam à implementação e à continuidade do RI na UFLA recai sobre as questões de obrigatoriedade do depósito, a conscientização de seus pesquisadores e um plano efetivo de divulgação. Assim, observa-se que será necessário reestruturar a PIIUFLA, quanto à equipe técnica, aos tipos de documentos a serem inseridos, a trabalhar melhor as estratégias de divulgação e a propor novamente a obrigatoriedade de depósito.

Assim, com base nas experiências de implantação de repositórios institucionais das instituições pesquisadas e nas entrevistas realizadas com os atores da UFLA, elaborou-se uma avaliação *in itinere*, conhecida como avaliação formativa, que ocorre durante o processo de implementação para fins de ajustes imediatos (SECCHI, 2010). Estes ajustes são necessários para a continuidade da implementação do RIUFLA.

Como destacado anteriormente, as estratégias de implantação em cada instituição podem variar devido a vários fatores, os quais podem mudar de acordo com o contexto local e os objetivos de cada instituição. No entanto, observa-se que o planejamento para implantação do RIUFLA buscou, em um primeiro momento, estar alinhado ao edital IBICT/FINEP, o que também parece ter ocorrido com a maioria das instituições pesquisadas.

Como resultado desse contexto, observa que a UFLA e as demais instituições pesquisadas desenvolveram um processo de implantação de repositórios de forma parecida. Esse fenômeno, pelo qual as organizações se assemelham, é conhecido, na teoria institucional, como isomorfismo, que é uma

própria consequência do modo normativo que o IBICT condiciona a participação dessas instituições na política de financiamento do repositório institucional e também da falta de promoção de ações de treinamento por aquele órgão, o que faz com que as instituições contempladas no edital recorram às experiências de outras instituições que já implantaram o RI.

Por outro lado, vale destacar que a semelhança nos processos não deve ser compreendida como um problema nesse contexto, mas como uma forma de buscar as melhores práticas para aplicar aos processos de implantação do RIUFLA.

Retomando as ações a serem elaboradas para a continuidade do RIUFLA, destaca-se que será necessário repensar a equipe técnica, pois, após reuniões com a Comissão Técnica da Biblioteca Universitária da UFLA, ficou decidido que as dissertações e as teses, que estão hospedadas na BDTD, deverão ser migradas para o RIUFLA. Além disso, existe uma demanda para o acesso digital às dissertações e teses que foram defendidas na UFLA antes da implantação da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), em 2006. Antes do ano mencionado, o acervo era disponibilizado apenas no formato impresso e, com a tecnologia da internet, é importante disponibilizar o conhecimento produzido na instituição também em formato digital. Será utilizado o Robô scanner para digitalizar e disponibilizar, aproximadamente, 12.000 teses e dissertações defendidas na UFLA até aquele ano, com a finalidade de oportunizar o acesso e a preservação da memória institucional da universidade. Este equipamento também poderá ser utilizado no setor de acessibilidade, para digitalização de materiais para usuários com deficiência visual.

Vale destacar que, nesse primeiro momento de implementação, não foi feito nenhum levantamento das reais necessidades dos usuários da instituição, ou seja, quais as publicações seriam de interesse para o depósito no RI. Nesse

sentido, com a experiência da implantação, percebe-se que alguns tipos de documentos poderiam ser retirados da PIIUFLA, como é o caso dos resumos de trabalhos e incluir outros, como monografias, relatórios técnicos, textos acadêmicos e manuais, os quais não são visíveis nem para a própria comunidade acadêmica, pois não são publicados. Esta inclusão demandará mais profissionais para desenvolver estas atividades, que poderão ser incorporados por meio da equipe bolsistas e/ou contratação de novos profissionais para colaborar neste processo.

Para fazer o tratamento desses documentos, a equipe deverá ser composta por quatro bibliotecários, dos quais o responsável pelo gerenciamento da Coordenadoria de Produtos e Serviços também coordenará o projeto e os outros três serão responsáveis pela supervisão e correção dos metadados inseridos pelos doze bolsistas, que trabalharão em horários e turnos distintos, para que seja possível a otimização do mobiliário destinado ao Setor. Além disso, sugere-se que seja acrescentada à equipe um representante dos docentes, buscando mediar e facilitar a sensibilização desses atores, o que, conseqüentemente, poderá refletir no aumento dos depósitos.

Após quatro meses de implantação do repositório da UFLA e o desenvolvimento de um plano de divulgação nos departamentos, principalmente no que participou do projeto piloto, observou-se que os níveis de depósito ficaram abaixo das expectativas. Assim, será necessária a realização de uma pesquisa para compreender os fatores que influenciam o comportamento dos pesquisadores e, a partir desses resultados, elaborar ações sobre conscientização e mudança de comportamento de tais atores.

Dentre as possíveis questões a serem investigadas nessa pesquisa, destacam-se: o conhecimento dos pesquisadores em relação às políticas de informação e de RI, a preocupação com direitos autorais, as inúmeras atribuições do pesquisador e as dúvidas sobre a operacionalização do sistema.

Essa limitação com o depósito também foi relatada pela maioria dos respondentes do questionário enviado às instituições pesquisadas. Como ressalta Rodrigues (2009), uma boa estratégia de divulgação e promoção é um fator importante para se obter sucesso na implementação de um RI, pois, quando bem trabalhada, ela pode alterar alguns aspectos sociais e culturais que desencadeiam o fraco envolvimento por parte dos acadêmicos. Assim, será necessário otimizar esforços na UFLA para uma divulgação mais consistente, entre os quais estão: criar materiais de apresentação e divulgação do repositório, como fôlder, cartazes, e-mails, notícias na página institucional, redes sociais, listas de discussão da instituição etc.; realizar treinamento; apresentar o repositório em reuniões dos departamentos, seminários e conferências; realizar contatos face a face, por telefone, com os docentes para apresentar o RI; fazer publicidade dentro e fora da universidade e inserir o RIUFLA no projeto de internacionalização da universidade etc.

Associada à estratégia de divulgação, deverá que ser repensada a questão do depósito voluntário na PII. Como se observou nas instituições analisadas nesta pesquisa, apenas a formulação da PII não garante o depósito, sendo necessário uma política institucional mandatória. No entanto, o que é sugerido por algumas instituições que já adotaram tal política é alinhar essa obrigatoriedade com incentivos aos pesquisadores. Por exemplo, Viana e Márdero Arellano (2006) destacam que uma das possibilidades é viabilizar, junto à alta administração da instituição, a garantia de alguma vantagem pecuniária aos autores mais produtivos ou mais citados, devido ao seu autoarquivamento no RI.

Dessa forma, acredita-se que um bom passo para que a PIIUFLA se torne mandatória consiste na formulação e na prática de alguns incentivos aos pesquisadores, tais como complemento financeiro à matriz orçamentária dos departamentos, como incentivo pelo seu empenho na implementação da política

de depósito no RI. A distribuição do recurso poderá ser proporcional à porcentagem de publicações contidas nas comunidades dos departamentos. Também se sugerem: a) incentivos em nível de progressão profissional, em que a medida de controle seria a criação de uma resolução, portaria ou circular; b) oferecer uma viagem para eventos internacionais para quem publicar em revistas Qualis 1 e comprovar que fez o depósito das publicações no RI.

É importante destacar que, antes de exigir tal obrigatoriedade, é preciso trabalhar a questão do comportamento dos pesquisadores, conscientizando-os continuamente sobre a importância do RI, de modo que se crie uma cultura de depósito. É preciso consolidar o RI como uma ferramenta de gestão, pois ainda existem muitas dúvidas quanto a esta política e isso será contornado por meio da conscientização dos pesquisadores, alinhada a estratégias de divulgação.

Desde a sua implantação até o momento, entende-se que parte da Política do Repositório Institucional deve ser aglutinada à Política Institucional de Informação da UFLA, como havia sido formulada anteriormente, pois procurou-se seguir o modelo proposto pelo IBICT, com base nas políticas de outras instituições, tendo o desmembramento em duas políticas diferentes sido proposto pela procuradoria da UFLA. Portanto, segue a sugestão para nova redação da PII e da Resolução que cria o RIUFLA que pode ser consultada no ANEXO C.

Diante de todas essas considerações sobre a necessidade de recomendar algumas ações em prol da continuidade, foi elaborado também um quadro sobre o RIUFLA, conforme a proposta de Rodrigues (2009), que enumera as principais fases para implantação de um RI. A previsão de tempo feita por este autor é de de aproximadamente seis meses até a implementação. No entanto, no caso da UFLA, este prazo foi de, aproximadamente, doze meses até a implementação do projeto piloto, devido a algumas peculiaridades do seu contexto.

Quadro 14 Fases executadas do projeto piloto

	Fase	Ações UFLA	Duração
1	Análise e planejamento	Levantamento e estudo das políticas de outras instituições. Identificação dos recursos (técnicos, humanos) necessários à implementação, acompanhamento e monitoramento. Elaboração do plano de implementação.	1 mês
2	Definição e aprovação	Redação da proposta da PIIUFLA, dez./mar. de 2012. Apresentação da proposta e consulta junto à Biblioteca Universitária da UFLA, CEPE, CUNI e Procuradoria. Aprovação e formalização da política pelo CUNI, em novembro de 2012	8 meses
3	Divulgação e sensibilização	Divulgação da PIIUFLA e da implantação do projeto piloto do RIUFLA pelos canais institucionais e pelos meios de comunicação e informação internos (e-mail, página da UFLA, página da Biblioteca, facebook, twitter). Realização de sessões de divulgação específicas e/ou apresentação da política nas assembleias departamentais. A divulgação externa foi feita por meio da página institucional e mídias sociais. A PIIUFLA e o repositório foram registrados no OpenDoar, ROAR, ROARMAP, BASE e Diretório do IBICT.	3 meses
4	Implementação e entrada em vigor	Disponibilização do repositório institucional para depósito das publicações. Disponibilização de informação (resposta a perguntas frequentes) e/ou de serviços de apoio (apoio ao depósito, esclarecimento sobre direitos de autor, etc.) para os membros da instituição. Comunicação sobre a vigência da política através dos canais institucionais e internos.	4 meses

Quadro 14 “conclusão”

		<p>Realização de ações de formação ou sensibilização sobre o autoarquivo.</p> <p>Manter e desenvolver as informações e serviços de apoio aos autores da instituição.</p> <p>Fornecer estatísticas de utilização (acessos, downloads, etc.) aos autores e às lideranças institucionais.</p>	
5	Acompanhamento, apoio e monitorização	<p>Monitorar o cumprimento da política (taxa/percentagem de documentos depositados, face aos produzidos) e fornecer informação regular a diversos níveis organizacionais (autores individuais, departamentos da organização, gestão de topo).</p> <p>Levantamento da produção científica anual efetiva e produção de listagens de publicações não depositadas para envio a autores e/ou unidades orgânicas.</p> <p>Incentivar a produção das listagens anuais “oficiais” das publicações científicas das unidades orgânicas, a partir do repositório institucional.</p>	Não executada

Fonte: Rodrigues (2009, p. 14-15).

Vale destacar que somente a sessão pública de apresentação do repositório e a fase cinco, acompanhamento, apoio e monitorização, não foram concretizadas. Mas, a equipe técnica do repositório está trabalhando nestas fases e algumas das ações sugeridas podem contribuir com a fase cinco.

Além dessas fases propostas por Rodrigues (2009), para as instituições que aderiram ao edital FINEP existe uma avaliação dos seus repositórios, visando garantir os objetivos propostos na política de implantação. Os critérios utilizados nesta avaliação são baseados nas Diretrizes DRIVER²⁵, no Certificado DINI²⁶ e no Guia para avaliação de repositórios institucionais de pesquisa²⁷. No Quadro 15, podem ser visualizados os critérios exigidos nesta avaliação e as ações já implementadas na UFLA.

²⁵ Disponível em: <http://www.driver-support.eu/documents/DRIVER_Guidelines_v2_Final_PT.pdf>.

²⁶ Disponível em: <http://www.rebiun.org/doc/certificado_DINI_2007.pdf>.

²⁷ Disponível em: <<http://www.recolecta.net/buscador/documentos/GuiaEvaluacionRecolectav1.0-1.pdf>>.

Quadro 15 Avaliação dos repositórios institucionais do Projeto FINEP

Avaliação dos repositórios institucionais do Projeto FINEP – Pontuação de 0 a 5			
Categorias	Critérios	Perguntas	Ações RIUFLA
Metadados	1. Estrutura de metadados	Os metadados estão estruturados com Dublin Core?	Sim
	2. DC: type	O campo dc type está preenchido com informação sobre o tipo de documento?	Sim
	3. DC: rights	O campo dc rights está preenchido com informação sobre o direito de acesso ao documento?	Sim
	4. Identificador único para o registro de metadados e recursos textuais, sem apontar para ambientes externos aos RI.	4. Cada item possui um identificador único que ligue os metadados e os documentos? Esse identificador não deve apontar para ambientes externos ao RI.	Sim
Visibilidade	5. Estatísticas	Possui estatísticas de acesso?	Sim
	6. Nome do repositório na URL (com o termo repositório)	O nome repositório aparece na URL com o termo “repositório”?	Sim
	7. Participar de diretórios internacionais	O RI participa de diretórios internacionais, como ROAR e OpenDOAR	Sim
	8. Exibir o nome da empresa e/ou logotipo	O nome ou logotipo da instituição está sempre visível no RI?	Sim
	9. Identidade visual	As páginas do RI estão padronizadas	Sim
Políticas	10. Política sobre o depósito de arquivo no RI	Na política do RI estabelecem-se, pelo menos, quem e o que pode depositar?	Sim
	11. Preservação dos conteúdos	Há alguma política sobre preservação dos conteúdos?	Sim
	12. Missão/objetivos do RI	Há alguma declaração sobre a missão e os	Sim

Quadro 15 “conclusão”

		objetivos do RI?	
	13. Aspectos legais	Identifica-se o uso de licenças, tais como Creative Commons, no RI?	Sim
Usuário	14. Sobre	Há uma seção na homepage para informações sobre o RI?	Sim
	15. Ajuda para o depósito	O RI disponibiliza textos de ajuda para o depósito?	Sim
	16. Contato com a administração do RI	O RI disponibiliza e-mail e telefone da administração em sua página principal?	Sim
	17. Mapa do site	O RI disponibiliza o mapa do site para navegação?	Sim
	18. Login de usuário	O RI permite que o usuário faça login?	Sim
	19. E-mail de contato	O e-mail de contato esta na forma impessoal?	Sim
Elementos desejáveis			
Usuários	1. Orientação sobre como citar documentos	Há algum texto no RI orientando os usuários como citar documentos?	Sim
	2. RSS	O RI possibilita o uso de feeds RSS?	Sim
	3. Redes sociais	Há redes sociais ligadas ao RI?	Sim
	4. Idiomas	O RI permite interfaces em outras línguas?	Sim
Visibilidade	5. Ranking de repositórios	O RI aparece no ranking webmetrics?	Não

Fonte: IBICT (2013).²⁸

²⁸ Avaliação enviada por e-mail pelo IBICT em junho de 2013.

Com base nesta avaliação, observa-se que o RIUFLA atende a todos os critérios definidos pela avaliação FINEP. A única ação que ainda não pode ser avaliada é o item sobre o ranking Webometrics, pois, devido ao pouco tempo de implantação, a UFLA ainda não aparece nesse ranqueamento.

Além desse comparativo com o plano de implementação sugerido por Rodrigues (2009) e as atividades a serem avaliadas pelo IBICT, no Quadro 16, propõe-se um cronograma das ações sugeridas que ainda precisam ser realizadas, além dos responsáveis por essas ações e o tempo aproximado para executá-las.

Quadro 16 Cronograma de ações a serem desenvolvidas no RIUFLA

Cronograma de ações a serem desenvolvidas			
Ação	Atividade	Responsável	Cronograma
Divulgação e sensibilização	<ul style="list-style-type: none"> -criar documentos e materiais de apresentação e divulgação do repositório, como pôsteres, cartazes, e-mails, notícias na página institucional, redes sociais, listas de discussão da instituição etc.; - realizar treinamento para tirar dúvidas sobre operacionalização do sistema, com todos os pesquisadores da instituição; - apresentar o repositório em reuniões dos departamentos, seminários e conferências, etc.; - realizar contatos face a face, por telefone, com os docentes, para apresentar o RI; - realizar um estudo sobre o comportamento dos pesquisadores em relação à criação RI; - publicar artigos e notícias sobre o repositório em revistas, boletins e outros meios de comunicação da instituição; - identificar comunidades e pessoas “exemplos”, líderes de opinião na universidade, etc.; - oferecer palestras sobre temas de interesse para os acadêmicos e relacionados aos repositórios institucionais, como direitos autorais, direitos de propriedade intelectual na era digital, etc.; - fazer publicidade dentro e fora da universidade; - inserir o RIUFLA ao projeto de internacionalização da universidade. 	Equipe Técnica do RIUFLA	Jul./dez. 2013

Quadro 16 “conclusão”

Política Institucional de Informação (PIIUFLA)	<ul style="list-style-type: none"> - Reestruturar a PIIUFLA no que se refere à exigência da obrigatoriedade de depósito; - Reestruturar a equipe técnica; - Reestruturar os tipos de documentos. 	Equipe Técnica do RIUFLA CUNI Procuradoria	Jul./set. 2013
Acompanha-mento, apoio e monitorização	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar a evolução das publicações; - Fazer o levantamento da produção científica anual efetiva e produção de listagens de publicações não depositadas para envio a autores e/ou unidades orgânicas; - Enviar aos pesquisadores relatório das estatísticas de acesso. 	Equipe Técnica do RIUFLA	Contínuo
	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar o depósito das monografias de cada departamento; - Trabalhar em parceria com os departamentos para o envio de relatórios semestrais das produções dos pesquisadores/docentes de cada departamento. 	Departamentos da UFLA	

No intuito de consolidar o RIUFLA, sugere-se que estas ações sejam implantadas, buscando atender aos objetivos do repositório e da instituição como um todo. Com o amadurecimento do RIUFLA é possível que as políticas sejam revistas, analisadas e replanejadas, para se adequar às necessidades da instituição.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas são criadas como forma de desenvolvimento e superação dos obstáculos pela sociedade. Elas devem ser orientadas pelas necessidades dos indivíduos e estar alinhadas com os direitos individuais e coletivos. Muitas políticas são formuladas por algumas instituições que nem sempre serão as implementadoras, caracterizando-se, assim, como *top-down*. A política de criação de repositórios em instituições públicas brasileiras de ensino e pesquisa tem seguido essa tendência, visto que essa modalidade de política de acesso aberto tem sido formulada pelo IBICT, que fornece um kit tecnológico para ser implementado e ainda determina requisitos a serem seguidos.

Dessa forma, no presente estudo, procurou-se compreender o caso de implementação de um repositório em uma instituição federal de ensino, pesquisa e extensão, a Universidade Federal de Lavras (UFLA). Para tanto, foi necessário discorrer sobre o processo de formulação dessa política, descrevendo a proposta do IBICT e as diretrizes que as instituições devem seguir para implementar o repositório institucional.

Foram realizadas entrevistas com três atores da UFLA e também enviados questionários em outras instituições que implementaram políticas institucionais de informação e Ris, no intuito de avaliar esse processo de implementação e subsidiar a elaboração de propostas de melhoria para uma implementação mais efetiva do RIUFLA.

Pode-se observar que, por meio do caso da UFLA e da avaliação das instituições pesquisadas, o modo como foi formulada a política pelo IBICT não contempla todos os quesitos necessários para a efetiva operacionalização de um RI, visto que as suas diretrizes são genéricas, o prazo estipulado é inferior à necessidade de tempo para implementação e falta apoio no que diz respeito aos treinamentos.

Apesar de ser uma política que foi formulada sem um envolvimento mais participativo das instituições implementadoras, no caso da UFLA observa-se que os objetivos para a criação de um RI pautaram-se no fato de o RI ser um instrumento que propicia visibilidade da produção científica da instituição, além de divulgar e difundir conhecimento para a comunidade acadêmica e para a sociedade. Quanto à implementação dessa política de acesso aberto, vale destacar que, antes de criar o repositório, foi necessário seguir as orientações do IBICT, as quais se iniciam com a formulação de uma política institucional de informação própria da UFLA. Vale destacar que a PII deve ser compreendida como um marco regulatório para garantir a alimentação do RI por parte de seus pesquisadores.

A concretização da PIIUFLA enfrentou várias barreiras, a começar pela aprovação do setor jurídico (procuradoria) que, em uma análise detida, expressou a dificuldade de implantação, devido, especialmente, à proteção dos direitos autorais. Todavia, após ressalvas quanto à obrigatoriedade, passando, então, a ser depósito voluntário, em confronto com a proposta de ser obrigatório pelo IBICT, foi emitido um parecer favorável.

Como estratégia para iniciar a implementação, realizou-se um projeto piloto em um departamento da instituição, o qual foi uma experiência positiva, que permitiu compreender não só questões operacionais do RIUFLA, como também o envolvimento dos pesquisadores. Assim, em nível menor, de um departamento, foi possível detectar as suas primeiras limitações e corrigi-las, o que facilitará a implementação nos outros departamentos.

A realização das entrevistas com três atores envolvidos com o RIUFLA foi de suma importância para avaliar as primeiras iniciativas de implementação dessa política na instituição. Os entrevistados declararam que compreendem o objetivo do repositório como um mecanismo que propicia visibilidade à instituição, difundindo a produção científica e tecnológica aos vários segmentos

da sociedade, além de ampliar benefícios, tanto para os pesquisadores quanto para a universidade, no tocante à valorização do profissional e da própria instituição frente ao mercado no qual estão inseridos. Enfim, o RI é algo legitimado pelos seus propósitos de ampliar a informação em pesquisa, ciência e tecnologia.

Vale destacar que o processo de implementação do RIUFLA foi muito próximo aos procedimentos adotados pelas dez instituições pesquisadas no que diz respeito aos tipos de documentos a serem depositados, as etapas de submissão e depósito, as políticas de proteção de direitos autorais, e a forma de divulgação e comunicação. Além de viabilizar as ações necessárias para a implantação do RI, compatível com o modelo de interoperabilidade *Open Archives*; formar uma equipe composta por técnicos de informação e informática, estabelecer uma PII. Ações que corrobora com o formato dado a essa política de acesso aberto pelo IBICT.

Dentre as principais limitações, tanto a experiência com o projeto piloto, quanto a percepção dos entrevistados na UFLA e as demais instituições pesquisadas definiram a questão da obrigatoriedade do depósito. A UFLA e a maioria das instituições pesquisadas não conseguiram tornar o depósito das publicações obrigatório, não atendendo, assim, a esse critério previsto pelo IBICT.

Embora a obrigatoriedade do depósito seja uma questão que ainda apresenta diferentes conotações para a comunidade acadêmica, entende-se que ela representa um elemento coercitivo fundamental para a sustentabilidade do RI como instrumento de política de acesso livre.

Ao redesenhar os contornos da PII proposta pelo IBICT tornando o depósito voluntário e não obrigatório como previa tal órgão, a UFLA e a maioria das instituições abriram precedentes para o não depósito, o que pode prejudicar a política.

Para a sua efetividade, o IBICT deverá manter o seu posicionamento e primar para que todas as instituições de pesquisa e ensino superior que aderiram à política assumam o compromisso de formularem suas PII como mandatórias, buscando a garantia de depósito por parte de seus pesquisadores.

Outra alternativa à política mandatória seria a estratégia de a equipe técnica assumir os depósitos das publicações no RI. Nas instituições públicas, no entanto, essa alternativa pode não ser viável, pois o que se observa é um quadro enxuto de servidores, o que representaria uma sobrecarga de trabalho e não sustentável ao longo prazo.

Diante das experiências do projeto piloto do RIUFLA, das entrevistas com os três atores e da pesquisa com as dez instituições que já implementaram a política, buscou-se elaborar algumas ações para dar continuidade à implementação do RIUFLA. As ações propostas se resumem à reestruturação da PII, especialmente quanto à inclusão de novos profissionais na equipe técnica, à alteração dos tipos de documentos e à adesão da diretriz do IBICT quanto à obrigatoriedade dos depósitos.

Outra ação que se revela muito importante são as estratégias de divulgação do RI. Essas deverão ser mais consistentes e expressivas, como, por exemplo, a divulgação nas assembleias departamentais, a vinculação de reportagens na página institucional, a confecção de fôlderes e de cartilhas explicativas sobre o processo de submissão/depósito e a importância de se manter um RI.

Propõe-se, também, a realização de uma pesquisa para avaliar o comportamento dos pesquisadores dessa universidade em relação ao RI.

Vale destacar que os contornos da maioria dessas ações recaem sobre a principal limitação de um RI, que constitui na questão da obrigatoriedade do depósito. Mas, essa obrigatoriedade não pode ser compreendida apenas pela ótica coercitiva, sendo necessário entender o comportamento e as atitudes dos

pesquisadores em relação à criação de um RI, pois eles são atores fundamentais na continuidade dessa estratégia que além de dar visibilidade à instituição, também constitui um meio de se acabar com o monopólio dos grandes editores que se beneficiam de pesquisas financiadas pelo erário público.

Em síntese, este trabalho também aponta que os repositórios brasileiros ainda estão num processo embrionário, pois a comunidade científica ainda não se deu conta da importância e dos benefícios que trará para a visibilidade de suas publicações. Os pesquisadores não podem ver os repositórios como um retrabalho, como um processo que irá tomar seu tempo, pois as vantagens e os benefícios são grandes, tanto para os pesquisadores quanto para a sociedade, em se tratando da disseminação do conhecimento produzido pelas universidades. Para facilitar para os pesquisadores e diminuir etapas de preenchimento de relatórios institucionais, preenchimento do Lattes, o ideal seria uma interligação entre esses sistemas.

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para a implantação de outros repositórios, servindo de referência para outras instituições que pretendem implementar esse instrumento de acesso aberto. A experiência de implantação do projeto piloto, a visão dos atores envolvidos com o projeto e a experiência das instituições analisadas possibilitaram identificar as principais dificuldades e desafios enfrentados pelas instituições quanto à implantação dos repositórios e demarcar as principais atividades que deverão ser executadas para divulgar, customizar e operacionalizar um RI.

Por fim, é necessário ressaltar que alguns aspectos visualizados nesta pesquisa merecem maior investigação. Nesse sentido, apresentam-se sugestões para futuros estudos, como: a) avaliar o processo de implantação dos 80 repositórios que participaram do edital FINEP; b) verificar como está o processo para formulação da PII nessas 80 instituições; c) realizar num período sugerido de três anos um novo estudo do RIUFLA, abordando a fase de avaliação,

visando identificar os resultados alcançados com a implantação e d) realizar um estudo sobre o comportamento dos pesquisadores em relação à criação do RI e o do depósito obrigatório das publicações.

REFERÊNCIAS

- ABRIZAH, A.; NOORHIDAWATI, A.; KIRAN, K. Global visibility of Asian universities' Open Access institutional repositories. **Malaysian Journal of Library & Information Science**, Malaysia, v. 15, n. 3, p. 53-73, Dec. 2010. Disponível em: <<http://myais.fsktm.um.edu.my/11585/1/article4.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2012.
- AGUIAR, A. C. Informação e atividades de desenvolvimento científico e tecnológico e industrial: tipologia proposta como base em análise funcional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 20, n. 1, p. 7-15, jan./jun. 1991. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000005648&dd1=c1e21>>. Acesso em: 8 jan. 2013.
- ALBAGLI, S. Informação em ciência, tecnologia e inovação: configurações institucionais e mediações tecnológicas. In: BRAGA, G. M.; PINHEIRO, L. V. R. **Desafios do impresso ao digital**: questões contemporâneas de informação e conhecimento. Brasília: IBICT, 2009. p. 405-428. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001850/185086por.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2012.
- ALMEIDA, M. C. B. de. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. 2. ed., rev. e ampl. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.
- AMINU, A. A.; TELLA, C. M.; MBAYA, C. Y. Public policy formulation and implementation in Nigeria. **Public Policy and Administration Research**, New York, v. 2, n. 5, p. 57-62, 2012. Disponível em: <<http://www.iiste.org/Journals/index.php/PPAR/article/view/3119>>. Acesso em: 16 jan. 2013.
- ARRETCHE, M. T. da S. Uma contribuição para fazermos avaliação menos ingênuas. In: BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. do C. B. de. (Org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: PUC, 2001. p. 42-56.
- BAGATTOLLI, C. **Política científica e tecnológica e dinâmica inovativa no Brasil**. 2008. 117 p. (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) - Universidade Estadual de Campinas, 2008. Disponível em: <http://www.academia.edu/349448/Politica_Cientifica_e_Tecnologica_and_Dinamica_Inovativa_no_Brasil>. Acesso em: 18 dez. 2012.

BAPTISTA, T. W. F.; REZENDE, M. A ideia de ciclo na análise de políticas públicas. In: MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. **Caminhos para análise das políticas de saúde**. Rio de Janeiro: IMS, 2011. p. 138-172. Disponível em: <<http://www.ims.uerj.br/ccaps/wp-content/uploads/2011/09/Capitulo-5.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010. 281 p.

BARRETO, A. de A. Políticas nacionais de informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISAS DA INFORMAÇÃO, 5., 2004, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2004. Disponível em: <www.cinform.ufba.br/v_anais/palestras/polinforma.ppt>. Acesso em: 25 nov. 2012.

BARTON, M. R.; WATERS, M. M. **Creating an institutional repository**. [Cambridge]: MIT, 2004. 134 p. Disponível em: <<http://www.dspace.org/implement/leadirs.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2012.

BIRKLAND, T. A. **An introduction to the policy process: theories, concepts and models of public policy making**. 2nd. Armonk, N.Y: M.E. Sharpe, 2005.

BONETTI, L. W. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

BONGIOVANI, P.; GOMEZ, N. D.; MIGUEL, S. Opiniones y hábitos de publicación en acceso abierto de los investigadores argentinos. Un estudio basado en los datos de la encuesta SOAP. **Revista española de Documentación Científica**, Madrid, v. 35, n. 3, p. 453-467, 2012. Disponível em: <<http://redc.revistas.csic.es/index.php/redc/article/view/752/833>>. Acesso em: 22 ago. 2012.

BOSO, A. K. **Repositórios de instituições federais de ensino superior e suas políticas: análise sob o aspecto das fontes informacionais**. 2011. 150 p. (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). **Portaria nº 013**, de 15 de fevereiro de 2006. Institui a divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos. Disponível em: <http://www.bdtd.ufba.br/portaria_013_2006.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2012.

CALMON, P. C. D. P.; COSTA, M. M. da. Análise de políticas públicas no Brasil: estudo sobre a formação da agenda governamental. In: ENCONTRO DA ANPAD, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: EnANPAD, 2007. CD-ROM.

CAPELLA, A. C. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 61, p. 3-138, 2006. Disponível em: <<http://www.anpocs.org.br/portal/images/bib61.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2012.

CARDIM, M. E. **Implementação de políticas públicas nas áreas da formação, da educação e da segurança social: do discurso às práticas**. 2006. (Doutorado em Ciências Sociais na especialidade de Administração Pública) – Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 2006.

CARVALHO, M. de L. de; BARBOSA, T. R. da C. G.; SOARES, J. B. Implementação de política pública: uma abordagem teórica e crítica. In: COLOQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTIÓN UNIVERSITARIA EN AMÉRICA DEL SUR, 10., 2010, Mar del Plata. **Anais...** Mar del Plata: UFFS, 2010. p. 1-13.

CASSELLA, M.; MORANDO, M. Fostering new roles for librarians: skills set for repository managers: results of a survey in Italy. **Liber Quarterly**, Munich, Alemanha, v. 21, n. 3/4, p. 407-408, Apr. 2012. Disponível em: <<http://liber.library.uu.nl/index.php/lq/article/view/8033/8397>>. Acesso em: 22 ago. 2012.

CASTELLS, M. **A sociedade em Rede**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTI, P. A. **Sistematizando e comparando os enfoques de avaliação e de análise de políticas públicas: uma contribuição para a área educacional**. 2007. (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2007.

CORKERY, J.; LAND, A.; BOSSUYT, J. **The process of policy formulation: institutional path or institutional maze?** Maastricht: European Centre for Development Policy Management, 1995.

COSTA, M. M. O papel de atores governamentais e da sociedade civil na formação da agenda governamental. In: ENCONTRO DA ANPAD, 32., 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. CD-ROM.

COSTA, S. M. de S. O novo papel das tecnologias digitais na comunicação científica. In: MARCONDES, C. H. et al. (Org.). **Bibliotecas digitais: saberes e práticas**. 2. ed. Brasília: IBICT, 2006. p. 165-183.

COSTA, S. M. de S.; LEITE, F. C. L. Insumos conceituais e práticos para iniciativas de repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica em bibliotecas de pesquisa. In: SAYÃO, L. et al. (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 163-202.

CROW, R. **The case for institutional repositories: a SPARC position paper**. 2002. Disponível em: <http://scholarship.utm.edu/20/1/SPARC_102.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2012.

CULLEN, R.; CHAWNER, B. Institutional Repositories, Open Access, and scholarly communication: a study of conflicting paradigms. **The Journal of Academic Librarianship**, Ann Arbor, Mich., v. 37, n. 6, p. 460–470, Dec. 2011.

DAGNINO, R. et al. Metodologia de análise de políticas públicas. In: _____. **Gestão estratégica da inovação: metodologia para análise e implementação**. Taubaté: Cabral Universitária, 2002. Disponível em: <<http://www.oei.es/salactsi/rdagnino1.htm>>. Acesso em: 28 nov. 2012.

DAL-SOTO, F. **O Processo de internacionalização de empresas brasileiras do setor de componentes para couro, calçados e artefatos**. 200-. Disponível em: <http://www.unicruz.edu.br/site/cursos/administracao/downloads/28-05-2008/artigo_fabio.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2013.

DIAS, R. de B. O que é política científica e tecnológica? **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 316-344, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n28/11.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

DUARTE, K. A. P. B.; RODRIGUES, R. S. Periódicos em acesso aberto na área do direito. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 9, n. 2, p. 100-120, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/527/pdf_23>. Acesso em: 10 ago. 2012.

DYE, T. R. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: UNB, 2009. p. 99-132. Disponível em: <http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/10/docs/mapeamento_dos_modelos_de_analise_de_politicas_publicas.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2012.

EUROPEAN COMMISSION. **Communication from the Commission to the European Parliament, the council, the European Economic and Social Committee and the committee of the regions towards better access to scientific information: boosting the benefits of public investments in research**. 2012. 12 p. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/research/science-society/index.cfm?fuseaction=public.topic&id=1245>>. Acesso em: 16 ago. 2012.

FERREIRA, M. **Introdução à preservação digital: conceitos, estratégias e atuais consensos**. Guimarães, Po: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006.

FERREIRA, P. A.; ALENCAR, E.; PEREIRA, J. R. Revisitando o modelo processual de análise de políticas públicas a partir das relações entre Estado e sociedade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 6., 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://anaisenapegs.com.br/2012/dmdocuments/186.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, jun. 2000.

GELINSKI, C. R. O. G.; SEIBEL, E. J. Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 42, n. 1/2, p. 227-240, abr./out. 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, M. Y. F. S. de F. O estado e o processo de implantação de uma política nacional de informação científica e tecnológica no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 17, n. 2, p. 105-117, jul./dez. 1988. Disponível em: <<http://revista.IBICT.br/ciinf/index.php/ciinf/article/viewFile/1356/982>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

GUIMARÃES, M. C. S.; SILVA, C. H.; NORONHA, I. H. RI a resposta. Mas qual é a pergunta? Primeiras anotações para a implementação de Repositório Institucional. In: SAYÃO, L. F.; MARCONDES, C. H. **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador : EDUFBA, 2009. p. 261-281.

GULDBRANDSSON, K.; FOSSUM, B. An exploration of the theoretical concepts policy windows and policy entrepreneurs at the Swedish public health arena. **Health Promotion International**, Oxford, v. 24, n. 4, p. 434-444, 2009. Disponível em: <<http://heapro.oxfordjournals.org/content/24/4/434.full.pdf+html>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

HARNAD, S. **The Immediate-Deposit/Optional-Access (ID/OA) mandate**: rationale and model. Open Access Archivangelism. 2006a. Disponível em: <<http://openaccess.eprints.org/index.php?/archives/71-guid.html>>. Acesso em: 17 ago. 2012.

HARNAD, S. **Optimizing OA self-archiving mandates**: what? where? when? why? how? 2006b. Disponível em: <<http://openaccess.eprints.org/index.php?/archives/136-guid.html>>. Acesso em: 13 maio 2013.

HARNAD, S. et al. The access/impact problem and the green and gold roads to open access. **Serials Review**, Greenwich, Conn., v. 30, n. 4, p. 310-314, 2004.

HARTLEY, J. F. Case studies in organizational research. In: CASSEL, C.; SYMON, G. (Ed.). **Qualitative methods in organizational research**: a practical guide. London: Sage, 1995. p. 323-333.

HAYES, W. **Defining policy formulation**. 2008. Disponível em: <<http://profwork.org/pp/formulate/define.html>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

HILL, M. Implementação: uma visão geral. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Org.). **Políticas Públicas**: coletânea. Brasília: ENAP, 2006. p. 61-89.

HOWARD, C. The policy cycle: a model of post-machiavellian policy making? **Australian Journal of Public Administration**, Malden, v. 64, n. 3, p. 3-13, Sept. 2005. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-8500.2005.00447.x/pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT. **Manifesto Brasileiro de apoio ao Acesso Livre à Informação Científica**. 2005. Disponível em: <<http://kuramoto.files.wordpress.com/2008/09/manifesto-sobre-o-acesso-livre-a-informacao-cientifica.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT. **Sistema para construção de Repositórios Institucionais Digitais (DSpace)** - repositórios digitais. 2012. Disponível em: <<http://dspace.IBICT.br/>>. Acesso em: 30 mar. 2013.

JARDIM, J. M. Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006). In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/...30774-32938-1PB.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2012.

JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. de A.; NHARRELUGA, R. S. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 2-22, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v14n1/v14n1a02.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2012.

JOHNSON, R. K. Partnering with faculty to enhance scholarly communication. **D-Lib Magazine**, online, v. 8, n. 11, Nov. 2002. Disponível em: <<http://www.dlib.org/dlib/november02/johnson/11johnson.html>>. Acesso em: 3 abr. 2012.

KIM, J. Faculty self-archiving: motivations and barriers.” **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 61, n. 9, p. 1909-1922, 2010. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/asi.21336/pdf>>. Acesso em: 4 jun. 2012.

KIM, J. Motivations of faculty self-archiving in institutional repositories. **The Journal of Academic Librarianship**, Ann Arbor, Mich., v. 37, n. 3, p. 246-254, May 2011. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0099133311000310>>. Acesso em: 5 jul. 2012.

KINGDON, J. **Agendas, alternatives and public policies**. New York, Longman, 2003.

KURAMOTO, H. Implantação de repositórios institucionais em universidades e instituições de pesquisa do Brasil: do projeto ao processo. In: GOMES, M. J.; ROSA, F. (Org.). **Repositórios institucionais: democratizando o acesso ao conhecimento**. Salvador: EDUFBA, 2010a. p. 61-70. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/616/3/Repositorios%20institucionais.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

KURAMOTO, H. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 91-102, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a10v35n2.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

KURAMOTO, H. **Open Access no mundo**. 2011. Disponível em: <<http://kuramoto.blog.br/2011/04/09/open-access-no-mundo/>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

KURAMOTO, H. Repositórios institucionais: políticas e mandatos. In: GOMES, M. J.; ROSA, F. (Org.). **Repositórios institucionais: democratizando o acesso ao conhecimento**. Salvador: EDUFBA, 2009b. p. 203-217.

LAAKSO, M. et al. The development of Open Access Journal Publishing from 1993 to 2009. **PLOS ONE**, San Francisco, v. 6, n. 6, p. 1-10, June 2011. Disponível em: <<http://www.plosone.org/article/info%3Adoi%2F10.1371%2Fjournal.pone.0020961>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2004.

LAWRENCE, S. "Free online availability substantially increases a paper's impact". **Nature**, London, v. 411, n. 6837, p. 521-618, May 2001. Disponível em: <<http://www.nature.com/nature/debates/e-access/Articles/lawrence.html>>. Acesso em: 4 abr. 2012.

LEITE, F. C. L. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília: IBICT, 2009.

LEITE, F. C. L. Comunicação científica e gestão do conhecimento: enlaces conceituais para a fundamentação da gestão do conhecimento científico no contexto das universidades. **TransInformação**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 139-151, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/10481/1/TR-2006-157.pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2012.

LEITE, F. C. L. et al. **Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica**. Brasília: IBICT, 2012.

LIMA, L. L.; D'ASCENZI, L. Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 6., 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://anaisenapegs.com.br/2012/dmdocuments/19.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2013.

LIMA, M. L. de O. F. de; MEDEIROS, J. J. Empreendedores de políticas públicas na implementação de programas governamentais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, p. 1251-270, set./out. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v46n5/a04v46n5.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2013.

LITTLE, G. Solutions in search of problems? The Challenges and opportunities of institutional repositories. **The Journal of Academic Librarianship**, Ann Arbor, Mich., v. 38, n. 1, p. 65-67, Jan. 2012. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0099133311002254>>. Acesso em: 10 maio 2012.

LYNCH, C. A. Institutional Repositories: essential infrastructure for scholarship in the Digital Age, **Association of Research Libraries**, Washington, n. 226, p. 1-7, Feb. 2003. Disponível em: <<http://www.arl.org/resources/pubs/br/br226/br226ir.shtml>>. Acesso em: 4 abr. 2012.

MAGNANI, M. C. B. **Política de informação**: o programa cultura viva do ministério da cultura. 2011. 149 p. (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MARCONDES, C. H.; SAYÃO, L. F. À guisa de introdução: repositórios institucionais e livre acesso. In: SAYÃO, L. et al. (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 9-21.

MATHIAS-PEREIRA, J. **Manual de gestão pública contemporânea**. 3. ed. rev. e atua. São Paulo: Atlas, 2010.

MELO, M. Estado, governo e políticas públicas. In: MICELI, S. et al. (Org). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré: ANPOCS; Brasília: CAPES, 1999a. v. 3, p. 59-99. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=331&Itemid=421>. Acesso em: 4 nov. 2012.

MERCER, H. Almost halfway there: an analysis of the open access behaviors of academic librarians. **College & Research Libraries**, Chicago, v. 72, n. 5, p. 443-453, Sept. 2011. Disponível em: <<http://crl.acrl.org/content/early/2010/09/14/crl-167.full.pdf+html>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MONTVILOFF, V. **Nacional Information Policies**: a handbook on the formulation, approval, implementation and operation of a national policy on information. Paris: UNESCO, 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000869/086995eb.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

MOTA, L. F. de O. **Implementação de políticas públicas em quadros de Public Governance** - colaboração inter-organizacional como factor chave: o caso dos centros novas oportunidades do Distrito de Lisboa. 2010. 133 p. (Mestrado em Sociologia das Organizações e do Trabalho) – Universidade Técnica de Lisboa, 2010. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/3016/2/dissertacao_Luis_Mota.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2013.

MUELLER, S. P. M. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, B. S.; CEDON, B. V.; KREMER, J. M. (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. Cap. 1, p. 21-34.

MUELLER, S. P. M. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência e Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 27-38, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a04v35n2.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2012.

NICHOLAS, D. et al. Digital repositories ten years on: what do scientific researchers think of them and how do they use them? **Learned Publishing**, Cambridge, v. 25, n. 3, p. 195-206, July 2012. Disponível em: <<http://www.4buku.com/digital-repositories-ten-years-on--what-do-scientific-researchers-think----pdf.html>>. Acesso em: 26 jul. 2012.

NOGUEIRA, F. do A. **Continuidade e descontinuidade administrativa em governos locais**: fatores que sustentam a ação pública ao longo dos anos. 2006. 139 p. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Escola de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, A. Burocratas da linha de frente: executores e fazedores das políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 6, nov./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122012000600007&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 jan. 2013.

OLIVEIRA, A. C. P. de; MARTINS, S.; SILVEIRA, S. de F. R. Análise da implementação do Programa Minas PCH: o caso da PCH Cachoeirão. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 44-59, jan/abr. 2012. Disponível em: <<http://www.cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/361>>. Acesso em: 18 jan. 2013.

OLIVEIRA, J. A. P. de. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro v. 40, n. 1, p. 273-288, mar./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n2/v40n2a06.pdf>>. Acesso em: 3 dez. 2012.

OPEN ACCESS INFRASTRUCTURE RESEARCH FOR EUROPE. **Open Access Policies in the European Union**. 2012. Disponível em: <<http://www.openaire.eu/en/open-access/mandates-a-policies>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

ORTELLADO, P. As políticas nacionais de acesso a informação científica. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 186-195, set. 2008. Disponível em: <<http://revista.IBICT.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/268/168>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

PARADA, E. L. Política y políticas públicas. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Org.). **Políticas públicas**: coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 2, p. 67-95. Disponível em: <http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=856>. Acesso em; 25 jan. 2013.

PINFIELD, S. Paying for open access? Institutional funding streams and OA publication charges. **Learned Publishing**, Cambridge, v. 23, n. 1, p. 39-52, Jan. 2010.

PRESTES, C. Q. **Construção de políticas para repositórios institucionais**: análise da ferramenta do OpenDoar. 2010. 87 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

QUADE, M. **A implementação de políticas públicas de prevenção da criminalidade** – estudo de caso no Centro Educativo da Bela Vista e no Centro Educativo Padre António de Oliveira. 2011. (Mestrado em Gestão e Políticas Públicas) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/3538/1/Tese_Final3.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2013.

REGISTRY OF OPEN ACCESS REPOSITORIES. 2012. Disponível em: <http://repositories.webometrics.info/about_rank.html>. Acesso em: 2 dez. 2011.

RIBEIRO JUNIOR, D. I. et al. Implantação do repositório digital do Projeto ‘Memória Científica da FAED’ com Dspace: relato de experiência. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 17, n. 1, p. 152-173, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/view/824/pdf_77>. Acesso em: 12 ago. 2012.

RODRIGUES, E. et al. RepositóriUM - implementação do DSpace em português: lições para o futuro e linhas de investigação. In: CONFERENCIA PORTUGUESA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, 5., 2004, Lisboa. **Actes...** Lisboa: APSI, 2004. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/679>>. Acesso em: 15 jul. 2012.

RODRIGUES, E. Kit de políticas open access. Repositório de Acesso Aberto Científico de Portugal. Junho de 2009. Versão 1.0. Disponível em: <http://projecto.rcaap.pt/index.php?option=com_remository&Itemid=2&func=startdown&id=97&lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2011.

ROLLEMBERG, R. **Projeto de lei do Senado nº 387, de 2011**. Dispõe sobre o processo de registro e disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de educação superior, bem como as unidades de pesquisa no Brasil e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/Materia/getPDF.asp?t=93151&tp=1>>. Acesso em: 25 ago. 2011.

ROWLANDS, I. Understanding information policy: concepts, frameworks and research tools. **Journal of Information Science**, Cambridge, v. 22, n. 1, p. 13-25, 1996. Disponível em: <http://www.iuj.ac.jp/faculty/kucc625/itis/info/reading/Rowlands_1996_Understanding.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2012.

RUA, M. G. **Análise de políticas públicas**: conceitos básicos. 1997. Disponível em: <http://vsites.unb.br/ceam/webceam/nucleos/omni/observa/downloads/pol_ublicas.PDF>. Acesso em: 30 nov. 2012.

SANTOS, R. S. et al. Compreendendo a natureza das políticas do Estado capitalista. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 5, p. 819-834, set./out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122007000500002&script=sci_arttext>. Acesso em: 28 nov. 2012.

SARAVIA, E. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Org.). **Políticas públicas**: coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 1, p. 21-42. Disponível em: <http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2857>. Acesso em: 25 jan. 2013.

SCHOFIELD, J. Time for a revival? Public policy implementation: a review of the literature and an agenda for future research. **International Journal of Management Reviews**, v. 3, n. 3, p. 245-263, Sept. 2001.

SEAMAN, D. Discovering the information needs of humanists when planning an institutional repository. **D-Lib Magazine**, online, v. 17, n. 3/4, Mar./Apr. 2011. Disponível em:
<<http://www.dlib.org/dlib/march11/seaman/03seaman.html>>. Acesso em: 12 set. 2012.

SECCHI, L. Atores no processo de política pública. In: _____. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SENSO, J. A.; ROSA PIÑERO, A. El concepto de metadato: algo más que descripción de recursos electrónicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 2, p. 95-106, 2003. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n2/17038.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2012.

SILVA, A. M. F. **Sociedade da informação**. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2007.

SILVA, P. L. B.; MELO, M. A. B. **O Processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos**. Campinas: UNICAMP, 2000. (Caderno, n. 48). Disponível em:
<<http://www.ensode.net/pdf-crack.jsf>>. Acesso em: 27 jan. 2013.

SILVA, R. S.; ASSIS, T. B. Avaliação preliminar das políticas de depósito obrigatório (mandatos) em repositórios institucionais brasileiros. In: CONFERÊNCIAS ACESSO ABERTO, 2., 2011, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro: IBICT, 2011. Disponível em:
<<http://www.acessolivre.pt/c/index.php/confoa2011/confoa2/paper/view/51>>. Acesso em: 13 maio 2013.

SILVA, T. E. da; ALCARÁ, A. R. Acesso aberto à informação científica: políticas e iniciativas governamentais. **Informação e Informação**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 100-116, jul./dez. 2009. Disponível em:
<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/4817>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

SOUZA, C. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: FOCRUZ, 2007. p. 65-86.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Revista Sociologia**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

STAKE, R. E. Case studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Ed). **Handbook of qualitative research**. Londres: SAGE, 1994, p. 236-247.

STRASSMANN, P. A. **The politics of information management: policy guidelines**. Connecticut: Information Economics Press, 1994.

SUBIRATS, J. Definición del problema. Relevancia pública y formas de La agenda de atuação de los poderes públicos. In: SARAVIA, E; FERRAREZI, E. (Org.). **Políticas públicas: coletânea**. Brasília: ENAP, 2006. p. 199-218.

TAKAHASHI, T. **Sociedade da informação no Brasil: Livro Verde**. Brasília: MCT, 2000. Disponível em: <<http://livroaberto.IBICT.br/bitstream/1/434/1/livroverde.pdf>>. Acesso em: 6 dez. 2012.

TARAPANOFF, K. A política científica e tecnológica no Brasil: o papel do IBICT. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 21, n. 2, p. 149-158, maio/ago. 1992.

THEODOULOU, S. Z.; CAHN, M. A. **Public policy: the essential readings**. New Jersey: Prentice Hall, 1995.

TILLY, C. O acesso desigual ao conhecimento científico. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 47-63, nov. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v18n2/a03v18n2.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2012.

TOMAÉL, M. I.; SILVA, T. E. da. Repositórios institucionais: diretrizes para políticas de informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador, 2007. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT5--142.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2011-2015**. Disponível em: <<http://UFLA.br/pdi/>>. Acesso em: 13 mar. 2012.

VAN DER GRAAF, M. **The European Repository Landscape**: inventory of digital repositories for research output in EU. Amsterdam University Press: Amsterdam, 2008. Disponível em: <<http://dare.uva.nl/document/150724>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

VAN WESTRIENEN, G.; LYNCH, C. A. Academic institutional repositories. **D-Lib Magazine**, online, v. 11, n. 9, p. Sept. 2005. Disponível em: <<http://www.dlib.org/dlib/september05/westrienen/09westrienen.html>>. Acesso em: 17 set. 2012.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VIANA, C. L. de M.; MÁRDERO ARELLANO, M. A. Repositórios institucionais baseados em dspace e eprints e sua viabilidade nas instituições acadêmico-científicas. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 14., 2006, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: UFBA, 2006. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/8834/1/Trabalho_SNBU_RI_DSpace_EPrints_IES.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2012.

VIEIRA, M. F. V.; ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração**: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 240 p.

VIOTTO, P. J. **Planejamento estratégico**. Lins: Ed. Unilins, 2008.

WESTELL, M. Institutional repositories: proposed indicators of success. **Library Hi Tech**, Ann Arbor, Mich., v. 24, n. 2, p. 211-226, 2006. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/journals.htm?articleid=1558875>>. Acesso em: 7 jul. 2012.

WHEATLEY, P. **Technology watch report**: institutional repositories in the context of digital preservation. Leeds: Digital Preservation Coalition, 2004. Disponível em: <www.dpconline.org/docs/DPCTWf4word.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2012.

XIA, J. Positioning Open Access Journals in a LIS Journal Ranking. **College & Research Libraries**, Chicago, v. 73, n. 2, p. 134-145, Mar. 2012. Disponível em: <<http://crl.acrl.org/content/73/2/134.full.pdf+html>>. Acesso em: 26 ago. 2012.

XIA, J. et al. A review of open access self-archiving mandate policies. **Libraries and the Academy**, Baltimore, v. 12, n. 1, p. 85-102, 2012. Disponível em: <http://www.press.jhu.edu/journals/portal_libraries_and_the_academy/portal_print/current/articles/12.1xia.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2012.

XIA, J.; MYERS, L M.; WILHOITE, S. K. Multiple open access availability and citation impact. **Journal of Information Science**, Cambridge, v. 37, n. 1, p. 19-28., Feb. 2011. Disponível em: <<http://jis.sagepub.com/content/37/1/19.full.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Você tem conhecimento dos princípios do movimento do acesso livre em prol da divulgação da produção científica? Explique.
2. Você acredita que a implantação do RI na Universidade Federal de Lavras (UFLA) promoverá a visibilidade da produção científica da instituição? Explique.
3. Como você está vendo a implantação dessa política de informação na UFLA?
4. Quais as vantagens e as desvantagens dessa implantação para a universidade? E para os pesquisadores?
5. Você percebe alguma barreira na implantação do RI na UFLA? Quais seriam estas barreiras?
6. Qual a sua opinião quanto à exigência da obrigatoriedade do depósito da produção científica em repositórios institucionais?
7. Você acredita que a Política Institucional de Informação (PIIUFLA), mesmo não sendo de caráter obrigatório, irá garantir que os pesquisadores façam o depósito de suas publicações no RI? Como isso seria possível? Acha que essa obrigatoriedade seria viável na UFLA?
8. Você acredita que, com a implantação do RIUFLA, a instituição poderá aumentar sua visibilidade e, assim, ser mais bem classificada no Ranking Web?
9. Em sua opinião, a implantação do RIUFLA contribuirá para o projeto de internacionalização da universidade? Em que sentido?
10. A missão da UFLA é manter e promover a excelência no ensino, na pesquisa e na extensão, formando cidadãos e profissionais qualificados, produzindo conhecimento científico e tecnológico de alta qualidade e disseminando a cultura acadêmica, o conhecimento científico e tecnológico na sociedade. Em sua

opinião, a implantação do RIUFLA será importante para conseguir este objetivo?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO

Política Institucional de Informação e Repositório Institucional da UFLA

Prezado(a), Sou Bibliotecária/Documentalista na Biblioteca da Universidade Federal de Lavras (UFLA) e mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública. Estou desenvolvendo meu projeto de mestrado, que tem como objetivo compreender o processo de formulação da Política Institucional de Informação (PII), mais especificamente do Repositório Institucional da UFLA, e traçar um (re) planejamento para implementação dessa política na instituição, com base em experiências nas instituições que possuem políticas constituídas. Dessa forma, sua contribuição, respondendo ao questionário online, será de grande utilidade para compreendermos algumas questões relacionadas com a implantação dos repositórios institucionais e da elaboração de políticas institucionais de informação. O prazo final para o encaminhamento das respostas é até 14 de março de 2013. Desde já agradeço sua participação e coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos, através do e-mail: siaamedeiros@gmail.com.

*Obrigatório

1. Nome da instituição*
2. Há quanto tempo o Repositório Institucional (RI) da sua instituição está ativo? *
3. Quantas pessoas trabalham para o RI? *
4. Quais profissionais compõem a equipe responsável pelo RI? (Se necessário,

marque mais de uma opção) *

Bibliotecário

Analista de sistema

Técnico em informática

Estagiário

Outro:

5. Qual o software utilizado para implantação do RI?*

Dspace

EPrints

[Unknown]

Outro:

6. Qual o motivo da escolha deste software?*

7. Para implantação do RI foi feito um planejamento?*

Sim

Não

8. Se sua resposta for SIM, como foi feito esse planejamento? Explique

9. Se sua resposta foi NÃO, quais os motivos do não planejamento? Essa falta de planejamento dificultou a implementação do RI?

10. Atualmente, quantos documentos estão inseridos no repositório?*

11. Quais documentos são inseridos no repositório? (Se necessário, marcar mais de uma resposta)*

Artigos de periódicos científicos

Artigos/trabalhos publicados em eventos científicos

Resumo de trabalhos publicados em eventos científicos

Livros

Capítulos de livros

Imagens e vídeos em geral

Monografias

Dissertações e teses

Patentes

Outro:

12. O povoamento dos documentos foi retroativo ou somente documentos após a criação do Repositório? Explique*

13. No momento da implantação do RI, foi feito algum plano de marketing para divulgação e para sanar dúvidas dos usuários?*

Sim

Não

14. Se a resposta anterior foi SIM, como foi feito esse plano de marketing? Explique

15. Se a resposta foi NÃO, você acredita que um plano de marketing ajudaria na implementação do RI?

16. A respeito do depósito dos documentos, qual a modalidade praticada? (Se necessário, marque mais de uma opção)*

Autoarquivamento (o próprio autor deposita)

Depósito feito pelo bibliotecário

Outro:

17. Quanto à autorização para o depósito do documento no RI, você:*

Solicita autorização (aos autores e/ou editores)

Não solicita autorização alguma

Outro:

18. Em caso de trabalhos em coautoria, quem faz o depósito e quem assina o termo de autorização para arquivar o documento no RI? Todos os autores ou apenas 1 (um) deles? Explique*

19. Existe alguma política de descarte do item, como violação de direitos autorais, plágios, etc.? Em caso positivo, explique como foi feita essa política*

20. Quem administra as coleções? a biblioteca ou os chefes de departamento?*

21. No caso de arquivos restritos, existe a obrigatoriedade da inserção dos metadados no RI?*

Sim

Não

22. Quando um documento possui coautoria de pesquisadores de departamentos diferentes, qual o critério usado para escolher a comunidade onde será realizado o depósito? Explique*

23. O RI está registrado em alguma base? Se a resposta for sim, qual(is)?*

24. Como a instituição acompanha as publicações dos pesquisadores? Pelo Currículo Lattes? Outros? Neste caso, avisa ao pesquisador que ele deve submeter o item? Quais os procedimentos adotados?*

25. No RI da sua instituição, em quais áreas do conhecimento são realizados mais depósitos?*

Ciências exatas e da terra

Ciências biológicas

Engenharias

Ciências da saúde

Ciências agrárias

Ciências sociais aplicadas

Ciências humanas

Linguística, letras e artes

Outro:

26. O RI da sua instituição faz alguma divulgação de dados estatísticos, como número de acessos e downloads para seus autores?*

Sim

Não

27. Para inserir os termos de indexação, a biblioteca faz uso de vocabulário controlado ou usa termos livres?*

28. É necessário autorização para submeter itens nas comunidades/coleções?
Qual o procedimento?*

29. Que tipos de licença são usadas no RI?*

Licença de distribuição não exclusiva

Creative Commons

Outro:

30. Como são definidos os metadados? Existe um formulário para cada documento? Explique*

31. O repositório utiliza identificador persistente? (O identificador persistente permite que a URL não mude quando o sistema migrar para um novo equipamento (hardware), ou quando mudanças ocorrerem no sistema). Se a resposta for sim, qual o identificado utilizado?*

32. No momento de planejamento e implantação do RI da sua instituição, tiveram algum problema com a implantação? Quais as principais dificuldades encontradas durante a construção do repositório: (Se necessário, marque mais de uma opção)*

Capacitação da equipe

Definição dos metadados

Elaboração da política de funcionamento do repositório institucional

Falta de apoio institucional

Questões de direitos autorais

Questões relacionadas com a infraestrutura tecnológica

Recursos financeiros

Outro:

33. Quais as lições aprendidas com a implantação do RI? O que evitar?
Explique*

34. Quais foram os resultados alcançados com a implantação do RI na sua instituição? Explique*

QUESTÕES REFERENTES À POLÍTICA INSTITUCIONAL DE INFORMAÇÃO

1. Quem propôs a formulação da Política Institucional de Informação (PII) na sua instituição? Explique*
2. Em que momento foi proposta a formulação da PII da sua instituição? Escolha uma das opções*
 - () Antes da implantação do RI
 - () Durante a implantação do RI
 - () Depois da implantação do Ri
 - () Outro:
3. Para o processo de formulação da PII foi feito um planejamento?*
- () Sim
- () Não
4. Se sua resposta foi SIM, como foi feito esse planejamento? Explique
5. Se sua resposta foi NÃO, quais os motivos do não planejamento? Essa falta de planejamento dificultou a implementação da PII?
6. Quais as políticas do RI estão contempladas na PII? Enumere-as*
7. A PII passou por alguma das instâncias superiores da sua instituição para aprovação? Qual(is)? Como foi esse processo? Explique*
8. A PII da sua instituição é do tipo mandatória, ou seja, de depósito obrigatório? Se a resposta for NÃO, no momento da formulação, foi sugerido que ela fosse de depósito obrigatório? *
9. A aprovação da PII da sua instituição garantiu o depósito das publicações no RI? Houve aumento nos depósitos?*
- () Sim
- () Não
10. Se sua resposta foi NÃO, em sua opinião, como garantir esse depósito? Explique.

APÊNDICE C - Reestruturação da PIIUFLA**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**RESOLUÇÃO CUNI Nº __, DE __ DE
____ DE 2013.**

**Dispõe sobre o Repositório Institucional da
UFLA.**

O Conselho Universitário da Universidade Federal de Lavras, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o disposto no art. 6º da Resolução CUNI nº ____/13, e considerando o que o que foi deliberado em sua reunião de ____/____/13,

R E S O L V E:

Art. 1º Para a execução da Política Institucional de Informação da **UFLA** de que trata a Resolução CUNI nº ____, de ____/____/13, será utilizado um sistema de informações eletrônicas, denominado "Repositório Institucional".

Art. 2º A aplicação do disposto nesta Resolução deverá observar a Resolução CUNI nº ____/13 e as normas legais específicas que regem e disciplinam a matéria.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ ROBERTO SOARES SCOLFORO

Presidente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**RESOLUÇÃO CUNI Nº _____, DE ____ DE
_____/2013.**

**Dispõe sobre a Política Institucional de
Informação da UFLA.**

O Conselho Universitário da Universidade Federal de Lavras, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o que foi deliberado em sua reunião de ___/___/13,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Política Institucional de Informação da UFLA – PIIUFLA.

Art. 2º A Política Institucional de Informação da UFLA – PIIUFLA visa à criação do Repositório Institucional da Universidade e por meio dele garantir o acesso livre à produção intelectual da Universidade, respeitada a legislação aplicável.

§1º Considera-se produção intelectual toda e qualquer produção técnica, científica, artística ou cultural que, referendada por um processo de avaliação por pares, com critérios estabelecidos, seja publicada em meio impresso ou digital.

§2º O Repositório Institucional (RI) de que trata o *caput* é o sistema eletrônico que registrará toda a produção intelectual da UFLA, armazenada em formato digital, e permitirá a busca e a recuperação para seu posterior uso tanto nacional quanto internacional pela rede mundial de computadores.

§3 ° O Repositório Institucional será composto pelo depósito da produção intelectual e demais informações geradas pela UFLA, pela autoria ou coautoria de docentes, discentes da graduação, pós-graduação *lato sensu e stricto sensu*, pesquisadores e técnicos.

Art. 3º Para fins do disposto nesta Resolução, serão consideradas produções intelectuais da comunidade científica da UFLA, passíveis de depósito perante o RIUFLA, as elencadas abaixo:

I - artigos publicados em revista científica, na qual haja processo de seleção por meio de revisão por pares;

II - artigos/trabalhos publicados em eventos científicos, nos quais haja processo de seleção por meio de revisão por pares;

III - dissertação e tese, após avaliação por banca específica;

IV - monografias e trabalhos de conclusão de curso de graduação e pós-graduação *lato sensu*, após avaliação por banca específica;

V - livros ou capítulos de livros, após avaliação por banca específica da editora;

VI - registros de propriedades intelectuais, desde que não haja cláusula de confidencialidade;

VII - texto acadêmico, manuais e relatórios técnicos;

VIII - boletins técnicos e de extensão.

§1º As produções intelectuais decorrentes de pesquisas realizadas pela UFLA e demais documentos não elencados acima, terão sua relevância analisadas pela Equipe Técnica para posterior inserção no Repositório Institucional.

§ 2º O depósito das monografias e trabalhos de conclusão de curso de graduação e pós-graduação *lato sensu* ficará a critério do departamento/curso.

§ 3º O recolhimento das declarações de autorização para divulgação no RI das monografias e trabalhos de conclusão de curso de graduação e pós-graduação *lato sensu* é responsabilidade dos departamentos/cursos, ficando a cargo da Biblioteca Universitária a indexação e correção dos metadados.

§ 4º O depósito dos registros de propriedades intelectuais é de responsabilidade do Núcleo de Inovação Tecnológica da UFLA – NINTEC/UFLA, ficando a cargo da Biblioteca Universitária a indexação e correção dos metadados.

§ 5º O depósito ou a inserção de metadados de livros, boletins técnicos ou de extensão, editados e publicados pela Editora UFLA é responsabilidade da própria editora, ficando a cargo da Biblioteca Universitária a indexação e correção dos metadados.

Art. 4º São princípios fundamentais da Política Institucional de Informação da UFLA – PIIUFLA:

I - transparência, para tornar a produção intelectual amplamente disponível e acessível;

II - privacidade e respeito à garantia do sigilo comercial;

III - proteção da propriedade intelectual, em obediência às normas legais pertinentes à matéria; e

IV - segurança para garantir a autenticidade, a originalidade, a integridade e a segurança da produção intelectual depositada.

Art. 5º A Política Institucional de Informação da UFLA tem por finalidade:

I - divulgar toda e qualquer produção intelectual da UFLA, ressalvados os casos de obras protegidas por contrato de direito de propriedade intelectual ou que contenha invenções ou modelos de utilidade passíveis de patenteamento, nos termos da legislação aplicável;

II - preservar a produção intelectual da Universidade;

III - garantir, facilitar e ampliar o acesso à produção intelectual, observada a legislação que rege e disciplina a matéria;

IV - potencializar o intercâmbio da UFLA com outras instituições;

V - subsidiar a gestão de investimentos em pesquisa na Universidade.

Art. 6º Observada à legislação pertinente, toda a produção intelectual gerada pela UFLA deverá ser obrigatoriamente depositada no Repositório Institucional, devendo ser realizada imediatamente após sua aprovação para publicação, exceto nos seguintes casos:

I - quando caso fortuito impossibilitar o depósito imediato, o autor ou coautor terá um prazo máximo de 6 (seis) meses da data de publicação da produção para depositá-la no Repositório Institucional;

II - O caput deste art. não se aplica aos incisos IV, VII e VIII do art. 3º desta resolução, sendo nesses casos, facultativo o depósito.

Parágrafo único. Quando a disponibilidade integral do conteúdo em ambiente de acesso aberto constituir infração à licença concedida pelo autor ou por seus detentores, estes deverão do mesmo modo, ser imediata e obrigatoriamente depositados no RI assim que forem aceitos para publicação. No entanto, o acesso ao referido documento, será restringido pelo gerenciador do RI durante o prazo estabelecido pela política de restrições dos editores detentores de direitos autorais. Nesse caso, estarão acessíveis apenas os metadados que os descrevem, com o arquivo restrito, para livros e capítulos, e o link direcionando para a página do editor quando se tratar de artigos de periódicos ou trabalhos publicados em eventos.

Art.7º Será designada pelo Diretor da Biblioteca Universitária uma Equipe Técnica incumbida pelo gerenciamento do sistema do RI, e será composta por:

I – quatro bibliotecários;

II - um servidor técnico-administrativo;

III - um técnico em informática;

IV – um docente;

V - bolsistas

Art. 8º A Equipe Técnica será responsável por:

I - manter o conjunto de dados atualizados e organizados, servindo como garantia de preservação;

II - disciplinar as normas sobre o depósito da produção intelectual dos pesquisadores, inclusive monografias, teses e dissertações.

Art. 9º A aplicação do disposto nesta Resolução deverá observar os ditames impostos pelas Leis nºs 9.610/98, 10.973/04, 9.456/97, 9.609/98 e 9.279/96, e demais normas legais concernentes.

Art. 10 O Repositório Institucional (RI) mencionado nesta resolução deverá ser objeto de criação por meio de resolução específica, aprovada pelo Conselho Universitário, observadas as disposições constantes nesta Resolução.

Art. 11 Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ ROBERTO SOARES SCOLFORO

Presidente